

IZABEL LARISSA LUCENA SILVA
MARIZA ANGÉLICA PAIVA BRITO
(ORGANIZADORAS)

USOS DA LINGUAGEM

FUNDAMENTOS E ANÁLISES



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo–SP)

S586l Silva, Izabel Larissa Lucena; Brito, Mariza Angélica Paiva (orgs.).
Usos da Linguagem: fundamentos e análises /
Organizadoras: Izabel Larissa Lucena Silva e Mariza Angélica Paiva Brito;
Prefácio de Valdinar Custódio Filho.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023.
E-book: 8 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-677-6.

1. Análise do Discurso. 2. Argumentação. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41
2. Linguística. 410

**IZABEL LARISSA LUCENA SILVA
MARIZA ANGÉLICA PAIVA BRITO**
(ORGANIZADORAS)

USOS DA LINGUAGEM

FUNDAMENTOS E ANÁLISES



Copyright © 2023 – Das organizadoras representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Joana Moreira

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: ACESSA Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO _____	7
-----------------------	----------

Valdinar Custódio Filho

ESTUDOS FUNCIONALISTAS COM ORIENTAÇÃO TEÓRICA NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL _____	14
--	-----------

Márcia Teixeira Nogueira

Nadja Paulino Pessoa Prata

SOBRE TIPOS DE HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA _____	39
---	-----------

Mônica Magalhães Cavalcante

Carlos Eduardo Silva Pinheiro

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DA DÊIXIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ARGUMENTATIVA DEMONSTRATIVA _____	70
--	-----------

Mariza Angélica Paiva Brito

Acsa de Sales Albuquerque de Sousa

Danielle Ketley de Sousa Pereira

ARGUMENTAÇÃO E MODALIDADE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MODALIZADORAS EM EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO _____	84
---	-----------

Izabel Larissa Lucena Silva

Fábio Fernandes Torres

**ANÁLISE DOS ELEMENTOS EXTERNOS DA ARGUMENTAÇÃO EM MATERIAIS
INFORMATIVOS DE PREVENÇÃO À COVID-19 NO PORTAL DA FIOCRUZ** ___ 112

Bárbara Silva Cruz

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

**O *ETHOS* E AS CENAS DE ENUNCIÇÃO NO DISCURSO DE MICHELLE
BOLSONARO DIRIGIDO À CONVENÇÃO DO PARTIDO LIBERAL** _____ 132

Anatália Carvalho Albuquerque

Jonathan de Queiroz Viana

Maria Leidiane Tavares

**UM ESTUDO DA PARÁFRASE DE TEXTOS MOTIVADORES COMO
ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE REDAÇÕES** _____ 153

Kennedy Cabral Nobre

Larisse Ferreira de Alcântara Lima

**A VARIAÇÃO DA NEGAÇÃO VERBAL NA FALA DE ACADÊMICOS
ANGOLANOS E CABOVERDIANOS NO CEARÁ** _____ 173

Késsio Jhone Lopes da Silva

Cláudia Ramos Carioca

Rakel Beserra de Macêdo Viana

**A NECROPOLÍTICA LINGUÍSTICA GOVERNAMENTAL DO BRASIL: UMA
DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA E DIREITOS LINGUÍSTICOS** _____ 193

Alexandre Cohn da Silveira

SOBRE OS AUTORES _____ 210

PREFÁCIO

O Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira), criado em fevereiro de 2019, começa a dar seus frutos acadêmicos, e um desses frutos é este livro eletrônico que o leitor tem o privilégio e o prazer de ler em suas telas. Trata-se de obra valiosa em vários aspectos.

Ressalto, inicialmente, a relevância do Programa para a consolidação da Unilab como centro de pesquisas de qualidade. O recente Programa faz parte de uma Universidade recente, construída sob dois princípios definidores da pauta do ensino superior brasileiro do século XXI: o fortalecimento das relações entre os países do hemisfério sul, particularmente entre aqueles que têm o português como língua oficial; e a interiorização de universidades públicas e de institutos federais, como forma de ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade. O Programa, portanto, ao mesmo tempo em que assume seu compromisso com o progresso científico de excelência e a valorização da educação pública, é uma peça importante das políticas de reparação, ao qualificar mestres dos países africanos de língua portuguesa e do interior do Nordeste brasileiro.

Há que se destacar, também, a composição do corpo docente do programa. As professoras doutoras e os professores doutores podem ser considerados, para os padrões acadêmicos, jovens, na medi-

da em que boa parte deles concluíram seus estudos de doutoramento nos últimos dez anos. É uma safra de novos talentos, que amadurecem sua trajetória acadêmica e profissional com entusiasmo, renovando a convicção, acadêmica e política, de que a produção científica é o maior trunfo de uma universidade relevante e de uma sociedade que se pretende desenvolvida (em diferentes dimensões). O modo como o programa vem atuando até agora deixa claro que seu sucesso será longo, pois as docentes e os docentes envolvidos nessa construção, em estreita parceria com professoras/professores e alunas/alunos de outras instituições, já trazem e trarão muitas contribuições para o fortalecimento da ciência linguística.

O livro **Usos da linguagem – fundamentos e análises**, organizado pelas professoras Izabel Larissa Lucena Silva e Mariza Angélica Paiva Brito, já em seu título revela a sua vinculação ao Programa, visto que remete às linhas de pesquisa trabalhadas – Linguagem: diversidade e políticas linguísticas; e Linguagem: práticas textuais-discursivas. As duas linhas investem, constitutivamente, nos usos da linguagem, em suas dimensões gramatical, textual, discursiva e argumentativa. Os capítulos da obra desenvolvem os temas ligados a essas dimensões, apontando as perspectivas mais relevantes da atualidade no que toca à teorização da linguística textual brasileira e da análise do discurso, bem como às descrições gramaticais funcionalistas e sociolinguísticas.

O capítulo 1 – “Estudos funcionalistas com orientação teórica na gramática discursivo-funcional” –, de Márcia Teixeira Nogueira e Nadja Paulino Pessoa Prata, propõe um panorama sobre os trabalhos realizados no âmbito do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF-UFC/CNPQ), que, dentre outros pressupostos teóricos, sustenta que a língua serve como instrumento de interação social e que a gramática deve considerar o uso linguístico efetivo. O grupo se beneficia de diferentes perspectivas teóricas funcionalistas, privilegiando (como se explicita no título do capítulo) o modelo da gramática discursivo-funcional, para descrever, dentre outros fenômenos, a modalidade,

a evidencialidade e a aposição. Efetivando análises a partir de dados da língua em uso, as autoras confirmam a relevância dos estudos funcionalistas na produção acadêmica brasileira.

O capítulo 2 – “Sobre tipos de heterogeneidade enunciativa” –, de Carlos Eduardo Silva Pinheiro e Mônica Magalhães Cavalcante, é uma demonstração exemplar do processo teórico-metodológico da linguística textual brasileira. Os autores apresentam as linhas gerais da proposta da linguista Jacqueline Authier-Revuz para em seguida relacioná-las a critérios analíticos concernentes à construção da coerência nos textos. A linguista francesa, com sua teoria das heterogeneidades enunciativas, propõe a descrição de estruturas linguísticas reveladoras da alteridade nos modos de enunciar dos sujeitos, partindo de dois nortes teóricos que apontam para a descentração – o dialogismo constitutivo da linguagem (conforme Bakhtin) e a clivagem provocada pelo inconsciente (conforme a psicanálise freudo-lacaniana). A consideração dessa perspectiva importa para a linguística textual devido à possibilidade que abre para a análise de como o sujeito se coloca e se esconde em seus textos mediante certos mecanismos linguísticos, o que sinaliza para os jogos de pontos de vista que se aproximam e se afastam na argumentação retórico-discursiva de um enunciado.

Também na seara da argumentação compreendida a partir da ótica da linguística, o capítulo 3 – “Contribuições dos estudos da dêixis para a caracterização da modalidade argumentativa demonstrativa” –, de Acsa Albuquerque, Danielle Ketley de Sousa Pereira e Mariza Brito, investe na reflexão sobre como o fenômeno da dêixis, fundamental para os processos de referenciação, participa da elaboração dos sentidos em textos nos quais está presente a modalidade argumentativa demonstrativa. O trabalho das autoras propõe a análise de duas redações nota mil do Enem para apontar que a modalidade demonstrativa (conforme se vê da teorização da linguista Ruth Amossy) se estabelece, também, mediante procedimentos dêiticos que investem na mobilização do logos (uma das dimensões da argumentação retórica), o qual

se manifesta por meio do argumento por comparação. Tem-se, aqui, mais um trabalho que reforça o modo como a linguística textual se beneficia de interfaces com outras propostas teóricas para, promovendo transposições relevantes, sedimentar a análise textual com foco na instância da coerência, o que pode ser aplicado às propostas de ensino e aprendizagem da produção textual.

O capítulo 4 – “Argumentação e modalidade: uma análise das estratégias modalizadoras em editoriais da Folha de São Paulo” –, de Izabel Larissa Lucena Silva e Fábio Fernandes Torres, mantém o foco no fenômeno da argumentação, mas o investiga a partir de outra vertente: as estratégias de modalidade epistêmicas e deônticas, dentro do aparato descritivo da gramática discursivo-funcional de Hengeveld e Mackenzie. Nesse arcabouço teórico, a modalidade é compreendida como uma categoria semântico-pragmática relacionada à atitude do enunciador concernente ao modo como ele deseja modificar/orientar a informação pragmática do destinatário. Os autores analisaram 74 editoriais do referido jornal, com o intuito de mostrar como os modalizadores (verbos, advérbios, adjetivos em posição predicativa e substantivos), com base em suas categorias contextuais, interpessoais, representacionais e morfossintáticas, contribuem para a construção da posição argumentativa do texto, mostrando ora maior certeza, ora maior descomprometimento, em relação aos conteúdos sustentados nas proposições. Desta feita, é possível reconhecer o princípio funcionalista de que os elementos gramaticais se organizam conforme as pressões do uso.

No capítulo 5 – “Análise dos elementos externos da argumentação em materiais informativos de prevenção à covid-19 no portal da Fiocruz” –, os autores Bárbara Silva Cruz e José Olavo da Silva Garantizado Júnior analisam a influência dos elementos externos da argumentação na construção de argumentos nos textos informativos em formato de cartazes, publicados no portal da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O trabalho parte da proposta de Garantizado

Júnior (2015), na qual os elementos externos da argumentação são constituídos pelos aspectos sócio-históricos (contexto amplo) e situacionais (contexto específico), que exercem coerções no plano textual (ao influenciar na estrutura dos gêneros textuais). Os resultados da análise apontam que os elementos externos exercem grande influência na argumentação presente nos textos, por meio de coerções no que tange à utilização do gênero cartaz, de caráter essencialmente argumentativo.

O capítulo 6 – “O ethos e as cenas de enunciação no discurso de Michele Bolsonaro dirigido à convenção do Partido Liberal” –, de Maria Leidiane Tavares, Anátalia Carvalho Albuquerque e Jonathan de Queiroz Viana, propõe uma análise eminentemente discursiva, a partir do arcabouço teórico desenvolvido pelo linguista Dominique Maingueneau. O ethos da então primeira-dama, Michele Bolsonaro, é analisado com base no tom de voz, gestos, expressão facial, aparência, bem como na seleção das palavras e dos argumentos, para que se perceba como a construção da imagem de si imprime força ilocutória e persuasão. Tal imagem se concretiza em uma cena de enunciação – a convenção do Partido Liberal para definição de Jair Bolsonaro como candidato a presidente –, na qual se constrói uma cenografia ancorada em uma cena genérica manifestadora de uma cena englobante. A análise comprova que a enunciação valida o ethos do enunciador e retroativamente a si mesma, de modo a obter e/ou reforçar a adesão do auditório ao posicionamento pretendido por quem assume o papel de enunciar.

No capítulo 7 – “Um estudo da paráfrase de textos motivadores como estratégia de produção de redações” –, de Larisse Ferreira de Alcântara Lima e Kennedy Cabral Nobre, o foco recai sobre o fenômeno da paráfrase enquanto estratégia linguístico-discursiva (conforme FUCHS, 1982). O universo de análise compreende um concurso de redação organizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, contemplando alunos do ensino médio. Os autores propõem a análise

de duas redações, contrapondo seu conteúdo às informações constantes das propostas de produção. Vê-se que a paráfrase (considerando-se os planos locutivo, referencial, pragmático e simbólico) foi uma estratégia produtiva em ambos os textos, havendo, inclusive, alterações sintáticas (plano locutivo) que contribuíram para a informatividade das redações. O trabalho se reveste, assim, de uma sugestão pertinente para as práticas pedagógicas que sustentam o desenvolvimento da competência escrita dos estudantes do ensino médio.

No capítulo 8 – “A variação da negação verbal na fala de acadêmicos angolanos e caboverdianos no Ceará” –, os pesquisadores Cláudia Ramos Carioca, Késsio Jhone Lopes da Silva e Rakel Beserra de Macêdo Viana, utilizando-se do aparato teórico-metodológico da sociolinguística variacionista, investigam o fenômeno variável da negação verbal no português falado por estudantes universitários oriundos de Angola e de Cabo Verde residentes no Ceará. O objetivo é identificar se há modificação no uso linguístico à medida que estes discentes passam pelo processo de assimilação ao português brasileiro. Para criar parâmetros de comparação, é apresentado, inicialmente, um levantamento bibliográfico acerca do estatuto linguístico de Angola e de Cabo Verde, tendo como foco a situação de oficialidade da língua portuguesa nesses países; em seguida, os autores descrevem e analisam, por meio de rodada estatística feita no programa Goldvarb X, dados de falas de quarenta estudantes (vinte de cada país). Constatou-se que existe variação na realização da negativa em ambos os países, mas predomina um maior uso da variante considerada como conservadora, a negação pré-verbal.

Finalmente, no capítulo 9 – “A necropolítica linguística governamental do Brasil: uma discussão sobre cidadania e direitos linguísticos” –, o autor Alexandre Cohn da Silveira aborda a política linguística brasileira operada por indivíduos ocupantes do alto escalão governamental nos quatro anos em que Jair Bolsonaro ocupou a presidência da república. O autor aponta que esse grupo alimentou um planejamento linguístico que favorece a exclusão e a morte de grupos

historicamente marginalizados na sociedade, a saber, as mulheres, a população LGBTQIAP+, os indígenas e os negros, principalmente. A discussão ancora-se teoricamente na ideia de “necropolítica”, de Achile Mbembe (2018), em diálogo com os conceitos de direitos linguísticos (PHILLIPSON; SKUTNABB-KANGAS, 1995) e cidadania linguística (WILLIAMS; STROUD, 2015). A conclusão é que, no período analisado, o Estado brasileiro, pela reiteração de discursos que estigmatizam, excluem e incentivam atos de violência física e verbal contra os grupos minorizados, não tem privilegiado o respeito à diversidade, o direito à vida e as condições do pleno exercício da cidadania. Há, então, o favorecimento de políticas públicas e planejamentos linguísticos antidemocráticos e discriminatórios, que alimentam e agravam uma série de problemas sociais na atualidade.

Em todos os capítulos desta obra, está presente, de modo enfático, o compromisso com a justiça social, revelado pela produção acadêmica de excelência atrelada a discussões que enriquecem e valorizam aspectos sociais caros ao que se pretende como desenvolvimento e bem-estar para todas e todos. As primeiras turmas do Programa de Pós-Graduação em Linguagem da Unilab, sem dúvida, mostram a que vieram: vieram para discutir, para (se) educar, para buscar, para sugerir. Que os leitores e leitoras deste livro se enriqueçam com os conhecimentos conquistados e se animem para também participarem da construção científico-cultural da linguística em nosso país.

Valdinar Custódio Filho

Professor adjunto do Curso de Letras e do Mestrado Profissional
em Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

19 de novembro de 2022.

ESTUDOS FUNCIONALISTAS COM ORIENTAÇÃO TEÓRICA NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Márcia Teixeira Nogueira
Nadja Paulino Pessoa Prata

Introdução

O presente capítulo está vinculado ao “*Projeto Integrado de Pesquisa – Funcionalismo Linguístico: Descrição e Ensino de Língua*”, do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF/CNPq)¹, o qual abriga os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) no país, tais como UFC, UECE, UNILAB, IFCE, UFERSA, UFPA, UFOPA, UFG.

Além do interesse pela descrição da língua, cujo objetivo é de explicar as relações de base funcional entre gramática, discurso e cognição, considerando, de modo integrado, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos identificados nos diferentes usos da língua, o GEF se preocupa com o ensino de língua materna ou es-

1 Dados do GEF: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/35166. Site do GEF: www.gef.ufc.br. Redes sociais: @gefpesquisa (Instagram) e www.facebook.com/Grupo-de-Estudos-em-Funcionalismo (Facebook).

trangeira e, por meio de pesquisa-ação, elabora materiais de modo a contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências linguístico-discursivas.

Ao longo dos seus 21 anos, o GEF tem se debruçado na descrição e análise de línguas, como o português e o espanhol, amparando-se em diferentes vertentes teóricas, dentre elas a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), tendo em vista sua arquitetura e seu poder explanatório para questões relacionadas notadamente à modalidade, à evidencialidade, à aposição, entre outras temáticas. O aparato teórico da GDF orientou pesquisas em diferentes níveis, estando aqui destacadas aquelas defendidas em teses e dissertações, que não apenas aplicam estritamente esse modelo holandês, mas também refletem sobre sua utilidade descritiva a partir de dados da língua em uso, como veremos a seguir.

Quanto à organização retórico-discursiva deste capítulo, primeiramente tratamos dos pressupostos teórico-metodológicos da GDF e, em seguida, fornecemos um panorama das pesquisas realizadas pelos integrantes do GEF, mais especificamente, dos estudos orientados por esse modelo teórico no âmbito da Pós-Graduação em Linguística da UFC (PPGLIN).

A Gramática Discursivo-Funcional: pressupostos teórico-metodológicos

Mackenzie (2016) nos conta sobre a emergência da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) como sendo uma expansão da teoria da Gramática Funcional (doravante GF), elaborada por Dik (1997a). Segundo ele, à medida que o grupo de praticantes de GF se expandia, foram surgindo novas ideias ou correntes de pensamento que não estavam presentes na formulação inicial do modelo.

A proposta de que a representação subjacente consistia em quatro camadas encaixadas foi feita por Hengeveld (1987, 1988, 1989),

o principal colaborador de Dik, e conseguiu explicar vários fatos sobre ordenação na sintaxe e na morfologia de línguas divergentes. Além disso, a introdução da camada ilocucionária inovou a teoria aproximando-a da pragmática dos atos de fala, uma vez que, na GF, o foco de análise era a oração (*clause*), construída a partir de uma estratificação ascendente (*bottom-up*), em que um predicado é atribuído a um determinado número de termos, construindo uma predicação que, ao representar um construto mental, constituiria uma proposição que, ao ser revestida com força ilocucionária, constituiria um ato de fala.

Apesar de a descrição do enunciado na GF ser *bottom-up*, no capítulo 18 da parte 2, Dik (1997b) já esboçava apontamentos sobre “uma gramática funcional do discurso”, pois se reconhecia que o usuário da língua não produz sentenças isoladas, mas as combina em unidades mais longas e complexas que geram o “discurso”.

Ao elaborar um modelo de interação verbal, Dik (1997a) coloca a expressão linguística como o instrumento de mediação entre as intenções do Falante e as interpretações do Ouvinte, em que o grau de explicitude é codeterminado pela informação pragmática do falante (informação geral, informação situacional e informação contextual). Dik (1997b) reconhece que certas decisões globais para produção do discurso são feitas de modo *top-down*, tais como a escolha do tipo/gênero discursivo, o estilo do gênero, o tipo de mundo criado, a ilocução do discurso.

Assim como a estrutura da oração, o discurso, evento social e interpessoal, poderia ter uma estrutura hierárquica, mapeada pela ordenação linear das orações. Diferentes tipos de distinções poderiam ser feitos nas diferentes camadas ou níveis: (i) camada interpessoal, relativa aos aspectos interacionais e atitudinais, cuja menor unidade seria o *ato de fala*; (ii) camada representacional, relativa aos aspectos organizacionais e conteudísticos, cuja menor unidade seria a *proposição*. A cada camada corresponderiam diferentes estratégias usadas

pelo Falante para criar o discurso, tendo em vista parâmetros como: (i) as relações entre os participantes do evento discursivo; (ii) o conteúdo comunicado; (iii) o tempo, lugar e cenário de fala.

Tais considerações sobre discurso refletiam “[...] uma crescente onda de interesse dos praticantes da GF no quanto a teoria poderia cobrir, não somente o impacto do discurso na estrutura sintática, mas também o próprio discurso” (MACKENZIE, 2016, p. 130), o que se resolveu em 2000, quando Hengeveld propôs um novo modelo que buscava superar as limitações do modelo anterior. Surgiu, então, o modelo da Gramática Discursivo-Funcional, limitando seu escopo de análise ao *Move* (Movimento ou Intervenção), unidade máxima do Nível Interpessoal do Componente Gramatical, conforme arquitetura da gramática, como veremos a seguir.

A Arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

O novo modelo, denominado *Functional Discourse Grammar* (Gramática Discursivo-Funcional), elaborado por Hengeveld e Mackenzie, veio à luz em 2008 com a publicação do livro *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Esse modelo, conforme os autores, representa avanços em relação à GF, uma vez que: (i) separa os Níveis Interpessoal e Representacional e investiga a interação entre eles; (ii) estabelece princípios próprios para os Níveis Morfossintático e Fonológico; (iii) constitui um modelo de estratificação descendente (*top-down*) que explicita, nesta ordem, a relevância dos aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos na produção do Ato Discursivo.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é um modelo tipologicamente orientado, pois se presta à descrição de diferentes línguas (adequação tipológica). Como um modelo teórico de gramática, mas de uma gramática das línguas em uso, a GDF é parte de uma teoria mais ampla da interação verbal (adequação pragmática). Ela toma

o *Ato Discursivo* como unidade básica de análise, e não mais a oração. Dessa forma, parte-se da intenção do falante para se chegar à articulação da expressão linguística, de modo a refletir o processo de produção da linguagem, o que significa que a gramática está adequada do ponto de vista psicológico (adequação psicológica).

Sendo uma teoria sobre gramática, distinguem-se, no interior do Componente Gramatical, centro do modelo, dois processos para a construção de enunciados: (i) a Formulação, que envolve os Níveis Interpessoal e Representacional, e (ii) a Codificação, que envolve os Níveis Morfossintático e Fonológico.

No Componente Gramatical, todos os Níveis estão organizados hierarquicamente em camadas e apresentam a seguinte estrutura subjacente: $(\pi v_1: [\text{head}(v_1)\Phi]: [\sigma(v_1)\Phi])\Phi$, em que “ v_1 ” representa a camada, “ π ” representa um operador e “ Φ ” representa uma função.

No Nível Interpessoal (NI), lida-se com os aspectos formais de uma unidade linguística que refletem seu papel na interação entre Falante e Ouvinte. A interação entre Participantes (P_1 e P_2) se dá por meio de *Move* (M), maior unidade de interação, que se compõe de *Ato(s) Discursivo(s)* (A), a menor unidade de interação. Cada *Ato Discursivo* apresenta, ao menos, uma ilocução (F) e um Participante 1 (P_1 – Falante), como nos casos de *Atos Expressivos*. Entretanto, há *Atos Discursivos* em que aparece um Participante 2 (P_2 – Ouvinte) e um Conteúdo Comunicado (C), que consiste no que o Falante quer comunicar e se compõe de dois tipos de Subatos: Atributivo (T) e Referencial (R).

No Nível Representacional (NR), encontram-se os aspectos semânticos das unidades linguísticas. Um Estado-de-coisas (e) é a configuração básica padrão do NR, que pode estar formado por uma Propriedade Configuracional (f_1), o qual pode se compor por diversas unidades semânticas, como Indivíduo (x), Propriedade (f_2), Tempo (t), lugar (l), etc. Um Estado-de-coisas pode formar camadas mais altas,

como os Episódios (ep), que formam um conjunto tematicamente coerente, e estes, por sua vez, podem constituir uma camada hierarquicamente mais alta, o Conteúdo Proposicional (p), que é um construto mental.

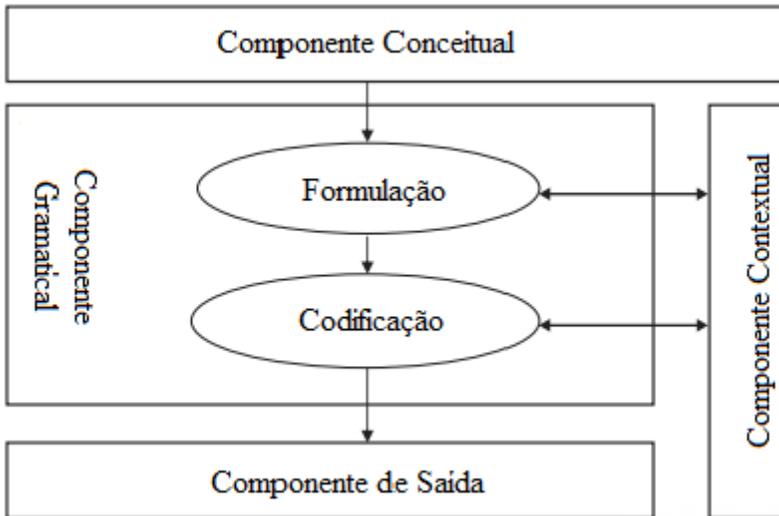
Essa estruturação em níveis e camadas tem permitido perceber uma hierarquização entre diversas categorias, de modo a distinguir, por exemplo, os tipos de modalidade e evidencialidade com base nas camadas para as quais se orientam. Desse modo, por exemplo, a GDF, em 2008, distinguia dois tipos de “evidencialidade”, categoria que diz respeito à fonte de uma informação: uma reportativa, categoria do NI que modifica um Conteúdo Comunicado; e uma evidencialidade propriamente dita, do NR, que podia atuar no Conteúdo Proposicional (como inferência) ou no Estado-de-Coisas (como percepção de evento).

No Nível Morfossintático (NM), estão os aspectos estruturais que mapeiam (alinham) os aspectos semânticos e pragmáticos, o que é governado por três princípios: (i) iconicidade, (ii) integridade e (iii) estabilidade funcional, de modo a maximizar o paralelismo entre eles. O *template* máximo é o da camada da Expressão linguística (Le), que pode se constituir por Cláusula(s) (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw). A expressão linguística não corresponde necessariamente a uma cláusula, mas a um conjunto de unidades que podem ser usadas de modo independente. O *output* do NM serve de *input* para o Nível Fonológico.

No Nível Fonológico (NF), estão as representações segmentais e suprasegmentais, específicas de cada língua, as quais servem de base para o Componente de Saída. Um enunciado (U) se constitui de um ou mais Sintagmas Intonacionais (IP), que pode se constituir por Sintagmas Fonológicos (PP), que contém uma ou mais Palavra(s) Fonológica(s) (PW).

Tais níveis que constituem o Componente Gramatical interagem com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída, como mostra a Figura 1:

Figura 1: Modelo da GDF



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6)

O Componente Conceitual é responsável pela intenção comunicativa e conceitualizações de eventos extralinguísticos, materiais ideacionais e interativos pressupostos para a análise dos *Moves* e *Atos Discursivos*. O Componente Contextual contém informações sobre o discurso precedente (cotexto) e a situação sociocultural em que estão envolvidos os participantes do evento discursivo. O Componente de Saída, por sua vez, converte as estruturas do Componente Gramatical em sinais sonoros ou gráficos.

Mackenzie (2022) explica que a GDF é uma teoria estrutural-funcional, situada entre as teorias radicalmente formais, como a Gramática Gerativa, e as radicalmente funcionais, como a Gramática Emergente. Seria, portanto, uma teoria “orientada para a forma, mas indo da função para a forma”. Para o autor, há vários modos de ver a GDF:

[...] como quadro para a comparação e tipologização de línguas; como arcabouço teórico para a descrição de línguas individuais; como quadro para reflexões sobre a relação

complexa entre conceitualização e contextualização; como alicerce para a investigação de noções abstratas tais como transparência, interface, arquitetura geral da capacidade linguística [...] (MACKENZIE, 2022, p. 108).

Desses modos de considerar a GDF, interessa-nos vê-la notadamente como: (i) arcabouço teórico para a descrição de línguas individuais e (ii) quadro para reflexões sobre a relação entre conceitualização e contextualização, como notar-se-á pelas pesquisas de caráter analítico-descritivo de línguas como o português e o espanhol, que vêm sendo desenvolvidas pelo GEF/UFC. Segundo Mackenzie (2022), apesar de a GDF ter sido desenvolvida nos Países Baixos, atualmente, ela é praticada em diversas partes do mundo, como o Brasil, cenário no qual o nosso grupo de estudos se insere.

A descrição e a análise linguística à luz da GDF: breve histórico das pesquisas do GEF

Ao longo de sua existência, o GEF vem refletindo sobre o uso da língua a partir de diferentes vertentes teóricas conforme o fenômeno linguístico a ser investigado. A quantidade de pesquisas realizadas, inicialmente, no âmbito do PPGLIN da UFC, dá uma amostra da contribuição do grupo para a formação de recursos humanos para a pesquisa linguística e para o ensino de língua.

Dentre as teorias funcionalistas que orientam as pesquisas desenvolvidas pelo GEF, destaca-se a *Gramática Discursivo-Funcional*. Desde 2004, quando ainda se discutia uma nova arquitetura da *Gramática Funcional*, passando pelo lançamento da obra *Functional Discourse Grammar*, em 2008, até os dias atuais, as pesquisas do grupo puderam contar com a generosa contribuição de um dos idealizadores da GDF, Lachlan Mackenzie, na supervisão de estágios de doutorado e de pós-doutorado. Neste capítulo, apresentamos um panorama das pesquisas

com orientação teórica na GDF, desenvolvidas por integrantes do GEF no âmbito do PPGLIN, na UFC, no período de 2008 até o ano de 2021.

Dentre as temáticas de interesse do GEF, destacam-se a modalidade, a evidencialidade e a aposição. A utilidade do chamado *funcionalismo holandês* como ferramenta descritiva para a investigação da modalidade/evidencialidade, por exemplo, já se encontra em Hengeveld (1987, 1988), uma vez que a proposta de um enunciado que se estrutura em camadas permite, por meio da distinção de que camada é alvo da qualificação modal, a formulação e operacionalização de uma tipologia.

Em Hengeveld (2004) e, posteriormente, em Hengeveld e Mackenzie (2008), concebendo a modalidade como uma categoria semântica, observa-se uma tipologia modal com base em dois parâmetros: (i) o alvo de avaliação, que distingue a orientação da qualificação modal, ou seja, a camada do NR modalizada (*orientada para o participante, orientada para o evento e orientada para a proposição*) e (ii) o domínio de avaliação (*volitiva, deôntica, epistêmica, facultativa e evidencial*).

Estudos sobre modalidade

Por ser uma categoria semântica, a modalidade aparece notadamente no NR da GDF. Como vimos, a depender do escopo de atuação do modalizador (alvo), podemos diferenciar subtipos de uma mesma modalidade. Além disso, a noção de “domínio” permite-nos distinguir, atualmente, pelo menos quatro noções: *facultativa, volitiva, deôntica e epistêmica*.

Diversos trabalhos mostram a estreita relação entre a modalidade e a construção discursiva, de modo que alguns integrantes do GEF desenvolveram, com esse interesse, pesquisas que focaram na descrição e análise de diferentes modalidades. Seguem alguns trabalhos ligados ao PPGLIN/UFC, que tiveram a GDF como base teórica:

- a) Menezes (2011) analisou a manifestação da modalidade deôntica em registros taquigráficos de deputados federais em sessões plenárias na Câmara dos Deputados ao longo do ano de 2007 e início de 2008. Com orientação teórica da GDF e incursões no Tratado da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a pesquisadora faz a descrição e análise linguística da manifestação da modalidade deôntica na compreensão das expressões linguísticas dessa categoria modal na construção argumentativa. Entre outros resultados, a pesquisa revelou a predileção pela não indicação direta de alvos deônticos, como meio de evitar confrontos com conotação pessoal e, quando esses alvos são indicados, observou-se, mais frequentemente, a inclusão do orador entre aqueles sobre os quais recai a necessidade de realizar algo ou de evitar que algo se produza, atuando o orador como alguém disposto a agir e que convoca os parceiros à ação.
- b) Pessoa (2011) fez uma análise da modalidade deôntica no discurso midiático, de modo a propor uma tipologia para essa categoria, tendo em vista aspectos contextuais, aspectos pragmáticos, aspectos semânticos e aspectos morfossintáticos, com base nas relações estatisticamente observadas e intuitivamente interpretadas. A proposta reconhece os seguintes tipos de modalidade deôntica: inerente, não-subjetiva (objetiva explícita ou implícita), intersubjetiva (explícita ou implícita) e subjetiva (explícita ou implícita);
- c) Trindade (2014) analisou, no Doutorado, que contou com um estágio no Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), em Lisboa, sob a supervisão de Lachlan Mackenzie, uma estrutura que ela denominou de *oração pseudorrelativa modalizadora*. Na análise de um *corpus* constituído por amostras de textos nas modalidades escrita e oral da língua portuguesa, nas variantes brasileira e europeia, o estudo identificou que essa oração é construída em torno de um predicado dos do-

mínios evidencial ou epistêmico, que abriga como um de seus argumentos uma oração completiva com natureza de Conteúdo Proposicional, que se apresenta, preferencialmente, na forma desenvolvida, em que o termo correferente ao antecedente exerce, mais frequentemente, a função sintática de sujeito pré-verbal.

- d) Lopes (2015) analisou a manifestação da modalidade deôntica em textos da coluna *Confronto das Ideias*, do Jornal O Povo. O interesse desse estudo foi revelar como a modalidade deôntica instaura noções relacionadas à conduta e à cidadania na defesa de opiniões sobre as questões de interesse social tratadas na coluna. A pesquisa apresentou, entre outros resultados, que o alvo sobre o qual recaem os valores deônticos instaurados mais frequente nesses textos foi o *domínio-comum* e, quando o alvo é uma terceira pessoa definida, é mais frequente a referência a uma instituição.
- e) Oliveira (2017) descreveu a manifestação modalidade volitiva nos discursos do Papa Francisco em língua espanhola, tendo em vista a relação entre a Formulação e a Codificação e o Componente Contextual. A análise quantitativo-qualitativa dos dados da modalidade relacionada ao que é (in)desejável revelou que o Papa Francisco prefere modalizar, volitivamente, para o Ouvinte 1 (chefes de estados, altas autoridades e sociedade civil) em ambientes políticos e, em ambientes religiosos, para o Ouvinte 2 (bispos, sacerdotes e fiéis católicos). Tais enunciados que instauram os valores semânticos de desideração, opção e intenção são frequentemente construídos com fonte do tipo “enunciador” por meio de ilocuções declarativas e optativas direcionadas, majoritariamente, ao alvo do tipo “domínio comum”; por meio de auxiliares modais, verbos plenos e construções volitivas, no presente do indicativo.
- f) Lima (2018) tratou da modalidade facultativa (MF) no português falado no Ceará. Esse tipo de modalidade diz respeito à mani-

festação das condições físicas e circunstanciais de eventos ou de habilidades e capacidades intrínsecas ou adquiridas pelos participantes de um EC. Ao analisar a MF, a autora descreve diversas inter-relações entre os níveis, tais como: a) o comportamento/posição do falante sobre o valor facultativo instaurado determina diretamente o alvo da modalidade; b) a condição *realis* sobre a expressão da modalidade facultativa (tempos verbais presente, pretérito perfeito e pretérito imperfeito, prioritariamente no modo indicativo); c) os estados-de-coisas dinâmicos (processo e ação) sobre o alvo da modalidade facultativa (*orientado para o participante* em sua faceta adquirida).

- g) Batista (2019) analisou a modalidade deôntica e os efeitos de sentido em língua espanhola (objetividade, subjetividade e intersubjetividade), de modo a propor uma escala para tais efeitos a partir da (não)marcação da fonte deôntica e da consideração do ouvinte na interação linguística. A inter-relação entre os Níveis do Componente Gramatical e entre estes e o Componente Contextual forneceram observações importantes para um possível ajuste teórico no que tange à modalidade deôntica.
- h) Oliveira (2021) analisou a manifestação da Volitividade nas homilias do Papa Francisco em língua espanhola, apontando convergências e divergências entre as modalidades deôntica (eixo da imposição volicional) e volitiva (ato volicional) no que diz respeito aos aspectos pragmático, semântico e morfossintático. Tais modalidades, ao operarem nas camadas dos Níveis Interpessoal (Conteúdo Comunicado e Ilocução) e Representacional (Propriedade Configuracional, Estado-de-Coisas, Episódio e Conteúdo Proposicional) revelam propriedades que as individualizam como subtipos modais distintos.

Estudos sobre evidencialidade

Por ser uma categoria que se relaciona a aspectos pragmáticos e semânticos, a evidencialidade se manifesta no Nível Interpessoal (NI) e no Nível Representacional (NR), da GDF, a depender do escopo de atuação (camada).

A evidencialidade é tratada, na obra de referência da GDF, como um subtipo de modalidade. Entretanto, Hengeveld e Hattnher (2015), ao analisarem 64 línguas nativas do Brasil, propõem uma reformulação de modo a separar as duas categorias. Dessa forma, a evidencialidade passa a ser considerada uma categoria superior à modalidade e se subdivide em *Reportativa* (NI) e *Inferencial* (camada do Conteúdo Proposicional do NR), *Dedução* (camada do Episódio do NR) ou *Percepção de evento* (camada do Estado-de-coisas do NR). Em Hengeveld e Fischer (2018), temos a proposta de que a evidencialidade poderia ser de tipo *Reportativo*, cujo escopo seria o Conteúdo Comunicado; ou do tipo *Citativo*, cujo escopo seria o Ato Discursivo. No NR, temos a seguinte tipologia para a evidencialidade: *Inferência*, referente ao Conteúdo Proposicional; *Dedução*, referente ao Episódio; e *Percepção de evento*, referente ao EC.

Assim como ocorre com as pesquisas sobre modalidade, os estudos sobre evidencialidade desenvolvidos pelo GEF vão, paulatinamente, incorporando alterações conceituais e tipológicas propostas ao modelo de 2008 da GDF. Vejamos a lista de trabalhos ligados ao PPGLIN/UFC, que tiveram a GDF como base teórica para investigação sobre evidencialidade:

- a) Carioca (2009), em pesquisa sobre a manifestação da evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo, descreveu e analisou as estratégias evidenciais utilizadas como recursos de indicação da fonte das informações veiculadas em monografias, dissertações e teses, relacionando-

-as com efeitos de (des)comprometimento na construção textual. Como resultado, a pesquisa identificou, nos três gêneros acadêmicos, maior frequência da evidencialidade Reportativa, com uso de verbos *dicendi*, intercalados entre Fonte e Conteúdo Comunicado.

- b) Silva (2013), em pesquisa de Doutorado que contou com a realização de estágio no ILTEC, em Lisboa, com a supervisão de Lachlan Mackenzie, investigou a manifestação da evidencialidade no português escrito do século XX, com atenção à correlação entre essa manifestação (subtipos evidenciais, por exemplo) e os condicionamentos cognitivos e discursivos originados nos agrupamentos de textos escritos dos gêneros da ordem do narrar (GON), do relatar (GOR), do argumentar (GOA), do expor (GOE) e do prever (GOP), do COMTELPO (2006) – *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa*. A pesquisa identificou diferenças quanto à manifestação dos tipos de evidencialidade nos agrupamentos de gêneros, embora predomine, no *corpus*, a evidencialidade Reportativa.
- c) Fonseca (2013) analisou as estratégias evidenciais utilizadas no material didático impresso para cursos superiores da modalidade a distância (EAD). O estudo descreveu essas estratégias em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos com o objetivo de avaliar as indicações das fontes dos conteúdos veiculados nesse material. Entre outros resultados, a pesquisa identificou, no embasamento teórico do material didático, a predominância da evidencialidade do tipo Reportativa e uso de verbo como marca que se antepõe à fonte e à informação veiculada.
- d) Vidal (2021) discutiu sobre os usos evidenciais dos verbos de cognição (*saber, pensar, considerar, suponer, entender, encontrar, imaginar e sospechar*), em língua espanhola. A partir do cruzamento dos usos evidenciais dos verbos de cognição com os aspectos

contextuais, a autora constatou que essas formas de expressão da evidencialidade se comportam diferentemente no que diz respeito à relação com a (inter)subjetividade e o efeito de confiabilidade. Dessa forma, os verbos *sospechar* e *imaginar* mostraram ser mais subjetivos e uma escolha pouco provável para exprimir um efeito de confiabilidade. Por outro lado, o verbo *saber* se relacionou fortemente à dimensão da intersubjetividade e ao efeito de confiabilidade. Por isso, ela apontou caminhos para uma sistematização da coerção entre contexto e gramática na expressão da evidencialidade.

- e) Caldas (2021) tratou da relação entre gramaticalização e evidencialidade de verbos de percepção em espanhol. Após uma análise quali-quantitativa, a autora constatou que *ver* apresenta um processo de gramaticalização mais avançado que os demais verbos, pois mostra um maior alargamento de seu escopo, atuando na camada do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal, e nas camadas do Conteúdo Proposicional, Episódio e Estado-de-coisas, no Nível Representacional. O verbo *notar* atua nas camadas do Conteúdo Proposicional, Episódio e Estado-de-coisas, no Nível Representacional. O verbo *oír* atua nas camadas do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal; do Episódio e Estado-de-coisas, no Nível Representacional. O verbo *sentir* atua nas camadas do Conteúdo Proposicional e Episódio no Nível Representacional. Por fim, os verbos *oler* e *escuchar* não apresentaram dados suficientes para apontar possíveis percursos de gramaticalização.

Estudos sobre aposição

A aposição constitui um tema em torno do qual existem muitas divergências teóricas entre gramáticos e linguistas. No modelo teórico da Gramática Funcional de Simon Dik, que privilegiava os aspectos

semânticos da estrutura da oração, o tema aposição não foi tratado. As funções pragmáticas intraoracionais (Tópico, Foco) ligadas à informação e os chamados *constituintes pragmáticos extraoracionais* eram tratados em capítulo à parte. Infere-se, então, que uma estrutura apositiva se comporta como um desses constituintes que não faziam parte da oração propriamente dita e seria mais adequadamente descrita em termos de sua funcionalidade pragmática. Em Nogueira (1999), as estruturas apositivas não restritivas foram caracterizadas como parênteses, por não estarem diretamente relacionadas às condições de verdade das frases que as contêm, embora contribuam para o sentido global, e por terem seu próprio valor ilocucional, que pode ser, inclusive, distinto daquele da frase em que se encontram.

Para Hannay e Keizer (2005), pesquisadores do modelo teórico da GDF, as aposições não restritivas também são analisadas como atos discursivos. Surgem, a partir de então, publicações orientadas pelo arcabouço teórico da GDF que ou tratavam dos diferentes tipos de aposição, como Keizer (2007); ou de temas estreitamente ligados à descrição das estruturas apositivas, tais como a diferença entre os subatos de *referir* e de *atribuir* na GDF, como faz Keizer (2008); e sobre o Sintagma Nominal, como está em Hengeveld (2008). Com base nessas publicações e na formalização proposta pelo modelo para a representação dos aspectos pragmáticos (Nível Interpessoal), semânticos (Nível Representacional) e morfossintáticos (Nível Morfossintático) do Ato Discursivo, foram desenvolvidas as seguintes pesquisas sobre aposição no âmbito do GEF/PPGLIN/UFC.

- a) Nogueira (2011, 2017) realizou uma pesquisa em estágio pós-doutoral no ILTEC, em Lisboa, sob a supervisão de Lachlan Mackenzie, sobre as construções apositivas em língua portuguesa. A pesquisa propôs uma recategorização das aposições não restritivas e propôs a formalização das aposições restritivas e não restritivas com base nas categorias de repre-

sentação que o modelo propõe para os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

- b) Lemson (2016) investigou as posições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo, propondo análise e formalização dessas estruturas com base no modelo da GDF, segundo três dos quatro níveis da GDF: Interpessoal (NI), Representacional (NR) e Morfossintático (NM). No NI, as posições restritivas são constituídas por um Subato Referencial composto por dois Subatos Atributivos. No NR, os elementos apositivos têm uma relação semântica de restrição em que o primeiro elemento é o restringido (núcleo), e o segundo elemento é o restritivo. Já no NM, as posições restritivas são formadas por elementos da classe dos substantivos, sendo o primeiro elemento da construção pertencente à subclasse do substantivo comum contável, e o segundo elemento pertencente à subclasse de substantivo próprio ou de substantivo comum não contável.
- c) Sousa (2016) analisou a posição encapsuladora em artigos de opinião no português brasileiro. Esta pesquisa desenvolveu uma análise integrada das características sintáticas, semânticas e pragmáticas do chamado tradicionalmente *aposto de oração*. A estrutura mais frequente é aquela composta de pronome demonstrativo + oração adjetiva restritiva encapsulando um *Estado-de-Coisas*. Na análise, a posição encapsuladora é caracterizada como Ato Discursivo independente, formado por um Subato Atributivo que orienta a interpretação do seu escopo. As funções discursivas assumidas por essas estruturas foram definidas com base na natureza da informação que elas acrescentam ao fluxo textual. São elas: Avaliação, Explicação, Desdobramento, Constatação/Ratificação, Conclusão.
- d) Nogueira (2018) descreve as posições oracionais em uso, com a discussão sobre a fronteira entre posição e complementação, e uma formalização segundo o modelo da GDF de posições

nas quais uma oração se encontra ligada aos substantivos *fato*, *tese* e *desculpa* por meio da preposição *de*.

Considerações finais

Como é possível notar nesse panorama das pesquisas desenvolvidas com a orientação teórica da GDF, os integrantes do GEF se interessam pela descrição e análise da expressão linguística em diferentes contextos de uso, por meio de uma análise integrada dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, com atenção especial ao papel dos recursos da língua na construção discursiva.

Além das pesquisas aqui apresentadas, alguns estudos desenvolvidos pelo GEF se beneficiaram, de algum modo, das assunções e da arquitetura do modelo teórico da GDF, resultando numa contribuição inovadora para a análise linguística. São exemplos dessas contribuições as reflexões feitas por Keizer (2008) sobre a questão da referência, tratada, na GDF, como relativa ao Subato de referir no NI; bem a discussão em torno do Nome próprio, que pode ter uso Atributivo (NI) mesmo sem designar uma Propriedade (NR). Seguem alguns estudos particulares que utilizaram o suporte teórico da GDF.

Santos (2010), em estudo sobre inadequações na construção do enunciado em redações escolares, identificou, na GDF, uma arquitetura teórica oportuna para o tratamento da competição de motivações na codificação morfossintática, porque a teoria prevê que esta é sensível a demandas pragmáticas, semânticas e estritamente morfossintáticas, já que existem padrões morfossintáticos relativamente autônomos. A hipótese básica, considerando que essas demandas várias competem entre si pela expressão morfossintática (DU BOIS, 1985), foi a de que algumas inadequações surgem de uma competição de motivações que não se resolve satisfatoriamente em algumas situações de uso da língua, sobretudo quando se entende que o modelo

da GDF sugere uma implementação dinâmica, em que as operações não se sucedem cronologicamente, de modo discreto.

Silva (2013), que também contou com a realização, durante o doutorado, de estágio sob a supervisão de Lachlan Mackenzie, investigou a colaboração intraturno na construção dos enunciados da norma oral do português popular da cidade de Fortaleza. Com alguns conceitos da Análise da Conversação operacionalizados na pesquisa, foram tratadas as operações de Formulação e de Codificação previstas no Componente Gramatical, bem como as informações contextuais, previstas no Componente Contextual da GDF, na descrição da intervenção feita pelo Ouvinte para auxiliar a construção dos enunciados do Falante, em uma microinteração intraturno.

Uchoa (2018) analisou a codificação morfossintática dos modificadores lexicais do Sintagma Nominal no português brasileiro escrito contemporâneo, tendo em vista as motivações de natureza interpessoal (pragmática), representacional (semântica) e morfossintática. A pesquisa investigou indeterminações de fronteira categorial entre operadores (gramaticais) e modificadores (lexicais), no que concerne aos domínios semânticos de Quantidade e Tempo, do Nível Representacional, no sentido de que modificadores desses domínios tendem a posicionar-se à esquerda do núcleo. Confirmou a hipótese de que existem alinhamentos interpessoal e representacional para a posição do modificador lexical em relação ao núcleo do Sintagma Nominal, e também foi confirmada a hipótese de que, por um princípio de Iconicidade, existe alinhamento representacional para a proximidade do modificador lexical nos casos de existência de mais de um modificador lexical no Sintagma Nominal, de tal modo que uma maior proximidade semântica entre modificador e núcleo corresponde a uma maior proximidade formal.

Além desses trabalhos concluídos até 2021, os integrantes do GEF, com o suporte teórico da GDF, continuam produzindo pesqui-

sas sobre as temáticas aqui mencionadas: Kellivânia da Silva Bernardo tem tratado do uso da modalidade epistêmica e da evidencialidade em redações nota máxima do Enem (2013 a 2019); Victória Glenda Lopes Batista Paz faz o tratamento da relação entre modalidade deôntica e (inter)subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional; Renata Pereira Vidal estuda a intersubjetividade na manifestação lexical da evidencialidade no espanhol; Liliane Viana Lima está analisando as expressões (*ser*)*capaz de*, *ter como* e *dar para* com valor modal facultativo em língua portuguesa; Ingrid Hernandez Moya analisa os marcadores evidenciais reportativos e citativos no gênero reportagem escrita no espanhol de Cuba; Rayssa Barroso Sales dedica-se ao estudo das funções textual-discursivas de posições restritivas oracionais.

Referências

- BATISTA, V. G. L. **Modalidade deôntica e efeitos de sentido em língua espanhola**. 2019. 205f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49116/1/2019_dis_vglbatista.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.
- CALDAS, J. E. M. **Evidencialidade e gramaticalização: uma análise discursivo-funcional de verbos de percepção em espanhol**. 2021. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61966/3/2021_dis_jemcaldas.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.
- CARIOCA, C. R. A. **A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo**. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5898/1/2009_tese_crcarioca.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. vol. 1. HENGEVELD, K. (ed.). Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. vol. 2. HENGEVELD, K. (ed.). Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

DU BOIS, J. W. Competing motivations. *In*: HAIMAN, J. (org.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1985.

FONSECA, A. S. F. **As estratégias evidenciais no material didático impresso para EaD**. 2013. 221f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8230/1/2013_tese_asffonseca.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

HANNAY, M.; KEIZER, E. A discourse treatment of English non-restrictive nominal appositions in Functional Discourse Grammar. *In*: GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. de los Á.; MACKENZIE, J. L. **Studies in Functional Discourse Grammar**, 26, 2005. p. 159-194.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. *In*: AUWERA, J. V.; GOSENS, L. (org.). **Ins and outs of predication**. Dordrecht: Foris, 1987. p. 53-66. Disponível em: [27917_hengeveld_1987c.pdf \(uva.nl\)](#). Acesso em: 21 out. 2022.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, v. 3, n. 6, p. 227-269, 1988. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/2114217/27913_hengeveld1988b.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

HENGEVELD, K. Layers and operator in functional grammar. **Journal of Linguistics**, n. 25, p. 127-157, 1989. Disponível em: http://home.hum.uva.nl/oz/hengeveldp/publications/1989_hengeveld.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. *In*: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201. Disponível em: http://keeshengeveld.humanities.uva.nl/publications/2004f_hengeveld.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

HENGEVELD, K. Prototypical and non-prototypical noun phrases in Functional Discourse Grammar. *In*: VELASCO, D. G.; RIJKHOFF, J. **The noun phrase in Functional Discourse Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 43-62. Disponível em: http://keeshengeveld.humanities.uva.nl/publications/2008_hengeveld.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

HENGEVELD, K.; DALL'AGLIO HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. 2015. **Revista Linguistics**, v. 53, p. 479-524, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/128838>. Acesso em: 19 out. 2022. Disponível em: http://keeshengeveld.humanities.uva.nl/publications/2015_hengeveld&hattner.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

HENGEVELD, K.; FISCHER, R. A'ingae (Cofán/Kofán) Operators. **Open Linguistics**, 4, p. 328-355, 2018. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/36479109/Open_Linguistics_Aingae_CofnKofn_Operators.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

KEIZER, E. **The English Noun Phrase – The nature of linguistic categorization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KEIZER, E. Reference and ascription in functional discourse grammar: an inventory of problems and some possible solutions. In: VELASCO, D. G.; RIJKHOFF, J. **The noun phrase in Functional Discourse Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 181-220.

LEMSON, T. M. S. C. **Aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo: análise e formalização no modelo da gramática discursivo-funcional**. 2016. 167f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21785/1/2016_teste_tmsclmson.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

LIMA, L. V. **A modalidade facultativa no português falado no Ceará: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional**. 2018. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40130/1/2018_dis_lvlima.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

LOPES, M. F. S. **Análise funcionalista da modalidade deôntica na coluna Confronto das Ideias do jornal “O Povo”**. 2015. 147f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15744/1/2015_dis_mfslopes.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

MACKENZIE, J. L. Uma primeira história da Gramática Funcional. Tradução de George Henrique Nakamura. *Guavira Letras*, 22, p. 123-135, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/444/404>. Acesso em: 18 out. 2022.

MACKENZIE, J. L. O caráter particular da GDF como teoria de uma ferramenta complexa da comunicação linguística. *MOARA: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras*, n. 60, p. 92-112, ago. 2022. ISSN 0104-0944. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v0i60.12973>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/12973/9007>. Acesso em: 18 out. 2022.

MENEZES, L. C. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa**: um exercício de análise retórico-funcional. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8889/1/2011_tese_lcmenezes.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

NOGUEIRA, M. T. **A aposição não restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil**. Tese (Doutorado) – Araraquara: UNESP, 1999.

NOGUEIRA, M. T. **Construções apositivas e sua formalização no modelo da Gramática Discursivo-Funcional**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Relatório de pesquisa, 2011.

NOGUEIRA, M. T. Aposições oracionais em uso: discutindo fronteiras categoriais. *Revista Odisseia*, v. 2, p. 5-24, 2017.

NOGUEIRA, M. T. Aposição não restritiva em língua portuguesa: análise e formalização segundo a Gramática Discursivo-Funcional. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 130-152, set. 2018. Disponível em: www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1286. Acesso em: 21 out. 2022.

OLIVEIRA, A. S. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. 310f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28010/3/2017_dis_asoliveira.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

OLIVEIRA, A. S. **A manifestação da Volitividade nas homilias do Papa Francisco em língua espanhola.** 2021. 510f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61485/3/2021_tese_asoliveira.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

PESSOA, N. P. **Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional.** 2011. 224f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6097/1/2011_tese_nppessoa.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, F. E. P. **Restrições à atribuição de funções semânticas e sintáticas: um estudo funcionalista sobre inadequações na construção do enunciado em redações escolares.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6118/1/2010_dis_fepdossantos.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, K. E. N. **Colaboração intraturno na construção dos enunciados da norma oral do português popular da cidade de Fortaleza.** 2013. 240f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8245/1/2013_tese_kensilva.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, I. L. L. **A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto dos gêneros textuais.** 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8248/1/2013_tese_illsilva.pdf. Acesso em: 19 out.

SOUSA, R. S. N. **A aposição encapsuladora em artigos de opinião no português.** 2016. 180f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22467/1/2016_tese_rsnsousa.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

TRINDADE, A. P. S. V. **Uma análise funcionalista das orações pseudorrelativas modalizadoras.** 2014. 240f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade

Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10938/1/2014_tese_apsvtrindade.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

UCHOA, J. A. C. **Os modificadores lexicais do sintagma nominal no português brasileiro contemporâneo**: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. 2018. 149f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40400/3/2018_tese_jacuchoa.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

VIDAL, R. P. **Usos evidenciais dos verbos de cognição em língua espanhola**: uma análise discursivo-funcional. 2021. 278f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59154/5/2021_dis_rpvidal.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

SOBRE TIPOS DE HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Mônica Magalhães Cavalcante
Carlos Eduardo Silva Pinheiro

Introdução

Fundamentando-se nas proposições do dialogismo do círculo de Bakhtin e nas discussões da psicanálise freudo-lacanianiana sobre o sujeito e sua relação com a linguagem, Authier-Revuz (1990, 1998, 1999, 2004, 2008, 2015, 2020) estrutura uma teoria da enunciação que identifica, classifica e analisa as marcas cotextuais que revelam a presença de vozes “exteriores” (porque advindas de teorias fora da linguística: o dialogismo e a psicanálise freudo-lacanianiana) atravessando certos textos orais e escritos. É nessa articulação dos dois exteriores teóricos que Authier-Revuz fundamenta e desenvolve a Teoria das Heterogeneidades Enunciativas. Assim, a autora organiza um campo para a análise da *metaenunciação*, pois seu interesse é descrever marcas da alteridade nos modos de enunciar dos sujeitos.

Authier-Revuz observa que ambas as teorias destituem o sujeito do domínio do seu dizer, mas de modos distintos, pois, enquanto o dia-

logismo situa o sujeito em uma linha fronteira com o exterior, dispondo-o sempre em uma relação constitutiva com o outro, a psicanálise assume a descentração do sujeito e sua clivagem ao inconsciente, colocando-o como efeito de linguagem. O pressuposto bakhtiniano assumido na proposta de Authier-Revuz recupera a tese de que a linguagem é o campo do múltiplo, da alteridade, do heterogêneo. Logo, sendo o ambiente no qual diferentes vozes se entrecruzam, consonantes ou dissonantes, a língua exige do sujeito certas escolhas que definirão ou são definidas por questões como *o que* dizer, *como* dizer, *onde* dizer, *quando* dizer, *para quem* dizer e *para quê*. Essas escolhas, conscientes ou inconscientes, vão revelando ou ocultando, simultaneamente, um tipo de sujeito-locutor e os sentidos que o seu dizer veicula.

Como afirma Fonseca (2015, p. 51), Authier-Revuz admite que, nos usos languageiros, pressupõe-se um sujeito-origem do dizer e que muitas pesquisas se apoiam nessa perspectiva. Mas a autora opera com uma noção de sujeito como efeito do dizer, que

não utiliza a linguagem para se comunicar, mas que, antes de qualquer coisa, só é sujeito quando fala, sujeito “produzido” pela linguagem como estruturalmente clivado por um inconsciente, sujeito destituído de toda posição de exterioridade, a não ser imaginária, com relação à linguagem e a seu dizer – o que significa assumir a expressão laciana “não há metalinguagem” –, e, conseqüentemente, não há o controle intencional que depende disso (AUTHIER-REVUZ, 2000, p. 169).

A visão com que lidamos neste trabalho contempla, porém, as duas perspectivas, considerando que é possível observá-lo tanto como um sujeito clivado pelas vozes de discursos outros e pelo inconsciente, quanto como um sujeito que, interacional e discursivamente, sempre realiza escolhas com a intenção de influenciar seu auditório. Em *Linguística Textual*, essas escolhas não se restringem à seleção vocabular, pois envolvem categorias do âmbito do texto. Por isso, concor-

damos com Cavalcante e Fonseca (2018) quando constatarem que essa noção de sujeito ao mesmo tempo estruturalmente clivado e estratégico precisa ser considerada pelos estudos do texto, pois a análise de como o sujeito se coloca e se esconde em seus textos mediante certos mecanismos linguísticos sinalizaria para os jogos de pontos de vista que se aproximam e se afastam na argumentação retórico-discursiva de um enunciado.

Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada (marcada e não marcada)

Para Authier-Revuz (1984), a heterogeneidade de vozes, que é condição *sine qua non* da linguagem, pode ser compreendida, primeiramente, como uma condição constitutiva, a que chama de Heterogeneidade Constitutiva, pois remete ao caráter já-dito de todo ato do dizer e que, portanto, não pode ser tomada sistematicamente para fins de análise, de vez que é abstrata. Mas essa mesma condição pode se revelar como presença em marcos no enunciado: é o que a autora denomina de Heterogeneidade Mostrada, que é a materialização (ou realização textual) desse princípio abstrato em um dizer concreto sobre o qual incidem outros dizeres.

Deve-se alertar, todavia, para uma eventual confusão que essa diferenciação possa causar no leitor. Esses dois tipos de heterogeneidade não são opostos, isto é, não são como duas amostras de um mesmo fenômeno. Nem são, na verdade, tipos de heterogeneidade, pois se configuram como um princípio e um parâmetro, respectivamente. Tem-se, de um lado, a natureza, e do outro, as formas; o princípio de um lado, e do outro, a realização dele. Entendemos que, se Authier-Revuz (1984) defendeu uma separação entre o caráter constitutivamente heterogêneo da linguagem e as formas de instanciação desse princípio na língua em uso, foi, sobretudo, para resolver um problema epistemológico e metodológico. O problema epistemológico advém do fato

de que a Heterogeneidade Enunciativa, sendo constitutiva da linguagem, teria um caráter não linguístico. Para lhe conferir um tratamento metodológico, a demarcação de um plano cotextual do fenômeno seria necessária para uma abordagem efetivamente linguística dele. Em termos metodológicos, como seria possível analisar cientificamente um princípio constitutivo que atravessa todo e qualquer dizer? Como identificar e avaliar a alteridade se ela está em toda e qualquer parte, constituindo a linguagem? Por isso, a autora advoga a diferenciação entre o que é da natureza da língua e o que é da linguagem em uso. Nesta pesquisa, que se inscreve nos parâmetros da Linguística Textual, estamos propondo que as marcas desse princípio constitutivo do heterogêneo não se limitem a formas da língua, mas que se estendam a aspectos languageiros em geral, sobretudo em se tratando de gêneros digitais nativos (PAVEAU, 2021).

Para responder a essa problemática da marcação, Authier-Revuz adverte que compete ao linguista descrever as heterogeneidades que se mostram, daí propõe traçar a distinção entre “heterogeneidade mostrada marcada” e “heterogeneidade mostrada não marcada”. O que Authier-Revuz considera como “marca” é a sinalização tipográfica e, por vezes, léxico-gramatical realizada pelo locutor ao perceber a presença da alteridade nos usos discursivos. Assim, são tomadas como formas de marcação, por exemplo, as aspas, o negrito, o itálico e as glosas ou comentários metaenunciativos. Constituiriam casos de heterogeneidade mostrada não marcada os lapsos de linguagem, a ironia e a alusão.

Authier (1990) explica que a heterogeneidade mostrada revela uma espécie de distanciamento entre o locutor e aquilo que ele diz, como se ele interrompesse o seu modo enunciativo para refletir sobre o dizer, distanciando-se, assim, do dito. Simultaneamente ao desvelamento do outro por uma forma de representação da heterogeneidade na linearidade discursiva, acontece o que Authier-Revuz chama

de uma “especificação da identidade”, confirmando o “eu” do discurso através da representação do “outro”.

Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação... um caráter de particularidade acidental, de defeito local. Ao mesmo tempo, remete a um alhures, a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, determina automaticamente pela diferença um interior, aquele do discurso; ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso. Também a zona de “contato” entre exterior(es) e interior que mostra as marcas de distância num discurso é profundamente reveladora deste discurso, de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir [...] (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31).

Uma forma possível de identificar uma marca de heterogeneidade enunciativa em um texto é verificar o momento no qual as palavras parecem pedras no meio do caminho enunciativo, obrigando o locutor a refletir sobre elas, seja especificando-as, negando-as, traduzindo-as etc. É essa parada sobre as palavras que Authier-Revuz chama de Modalização Autônômica. Quaisquer que sejam as suas formas de manifestação no texto, a Modalização Autônômica, configuração enunciativa pertencente ao campo da reflexividade linguageira, é sempre uma suspensão da evidência da naturalidade de um dizer.

Derivada da noção semiótica de “conotação autônômica” proposta por Rey-Debove (1978), a Modalização Autônômica representa um modo de dizer complexo em que um elemento qualquer do tex-

to é duplicado por sua própria representação de maneira reflexiva e opacificante, isto é, as palavras, ao invés de simplesmente aparecerem no texto, perdem a sua transparência natural e são opacificadas pelo locutor, que, simultaneamente, as usa e menciona, como se elas não fossem palavras quaisquer, mas palavras-objeto, cuja simples enunciação evoca, necessariamente, uma reflexão do locutor sobre o seu estatuto no texto.

São duas as condições suficientes e necessárias para que certas estratégias linguísticas possam ser identificadas como marcas de Modalização Autonímica no texto: o acúmulo de reflexividade e a opacificação de uma parte do texto, como em *Faltou caridade, eu disse intencionalmente caridade, nessa questão*¹. Nesse exemplo, a palavra “caridade” é apresentada e, em seguida, o locutor realiza um comentário metaenunciativo no qual reflete sobre o uso dessa palavra específica no seu dizer. Portanto, acumulam-se reflexividade e opacificação do termo, pois, depois que tem seu estatuto revelado pelo locutor, a palavra “caridade” perde sua transparência natural e ganha o *status* de palavra-objeto, aquela que o locutor “laça”, refletindo sobre ela e, ao mesmo tempo, orientando o interlocutor a prestar mais atenção ao modo como foi utilizada. O movimento de laçada reflexiva aponta para a expressão de forma a mostrar ao interlocutor que seu uso não é (ou não é apenas) o uso corriqueiro com o qual ele possa estar habituado.

São essas, portanto, as duas condições da Modalização Autonímica: reflexividade e opacificação. Desse modo, não pertencem a esse campo as seguintes ocorrências:

1 Os exemplos dessa seção da dissertação que não são tuítes foram retirados de Authier-Revuz (1990, 1998, 1999, 2004, 2008, 2015, 2020). Decidimos manter as referências citadas em cada exemplo conforme os textos originais da autora para facilitar a eventual busca pelas referências pelo leitor. Os exemplos que não apresentarem referência justificam-se pela ausência desta nos textos de Authier-Revuz.

- formas que não refletem, nem opacificam uma parte do texto, como em: *Eu disse que ele não era caridoso*, como nos casos de transparência completa;
- formas que refletem, mas não opacificam uma parte do texto, como em *Ele está doente, se você quer saber de tudo*, como nos casos de glosa sem nenhum termo laçado;
- ou formas que opacificam uma parte do texto, mas não refletem sobre ela, como *A palavra “caridade” vem do latim*, como nos empregos metalinguísticos propriamente ditos.

Explicado o funcionamento enunciativo do mecanismo de Modalização Autonímica, cabe-nos questionar como identificar e descrever uma marca de Heterogeneidade Enunciativa. Que fatores devem ser levados em conta nessa descrição? Chegamos à conclusão de que, segundo os pressupostos da autora, a classificação de uma marca de Heterogeneidade Enunciativa deve seguir três parâmetros:

(1) seu grau de explicitação no texto, como Modo Marcado, Modo Interpretativo e Modo Grau Zero;

(2) a relação do enunciado com o “exterior” convocado, como Modalização de Empréstimo por Substituição, Modalização de Empréstimo por Acoplagem Centrípeta, Modalização de Empréstimo por Acoplagem Centrífuga e Modalização de Empréstimo Associada;

e (3) o modo de negociação do locutor com o “exterior” convocado, como as Não Coincidências do Dizer, as Figuras do Bem Dizer e as Modalidades Irrealizantes do Dizer. Veremos cada um desses parâmetros nas seções a seguir.

Parâmetro I: o grau de explicitação

Se a exterioridade das Heterogeneidades Enunciativas pode ser cotextualmente manifestada nos textos, isso ocorre de diferentes modos, indo das formas mais explícitas às mais implícitas de manifes-

tação linguística. Decerto, o que caracteriza o percurso entre os dois pontos desse *continuum* constitutivo da alteridade é a tentativa do sujeito de controlar o seu dizer apesar das interferências do dialogismo e do inconsciente. Conforme Authier-Revuz (1984), em vez de fronteiras, o que existe é uma gradação, que vai de marcas mais ostentatórias às formas mais discretas e incertas da presença do outro. Essa discretização foi necessária para a análise realizada neste estudo, visto que, através dela, compreendemos como a Heterogeneidade Enunciativa ocorre nos textos do exemplário e em que medida essa explicitação ou implicação poderiam funcionar como (ou impulsionar) uma estratégia argumentativa. Assim, são três os modos de explicitação da “exterioridade” nos textos: Modo Marcado, Modo Interpretativo e Modo Grau Zero.

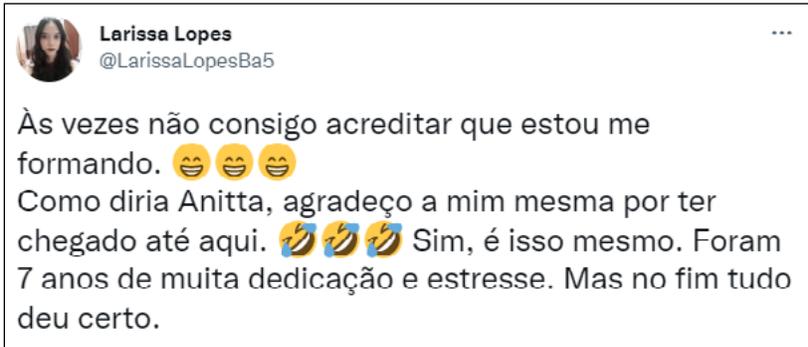
a) No Modo Marcado, o dizer outro aparece de duas formas:

– ou verbalizado nas formas de cópia ou imitação, integrando-se ao um do enunciado, como se a ele sempre pertencesse, ao mesmo tempo que se marca;

– ou não verbalizado, tomando o lugar das palavras do interior, justapondo-se a elas. Estão nesse grupo as não coincidências do discurso consigo mesmo e as formas de discurso reportado (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre).

Tem-se um exemplo desse tipo de heterogeneidade no texto abaixo, no qual a locutora utiliza uma fala da cantora Anitta no meio do seu enunciado como se este servisse exatamente aos seus propósitos comunicativos. A marcação do evento de Heterogeneidade Enunciativa ocorre, neste caso, em “Como diria Anitta, agradeço a mim mesma por ter chegado até aqui”.

(1)

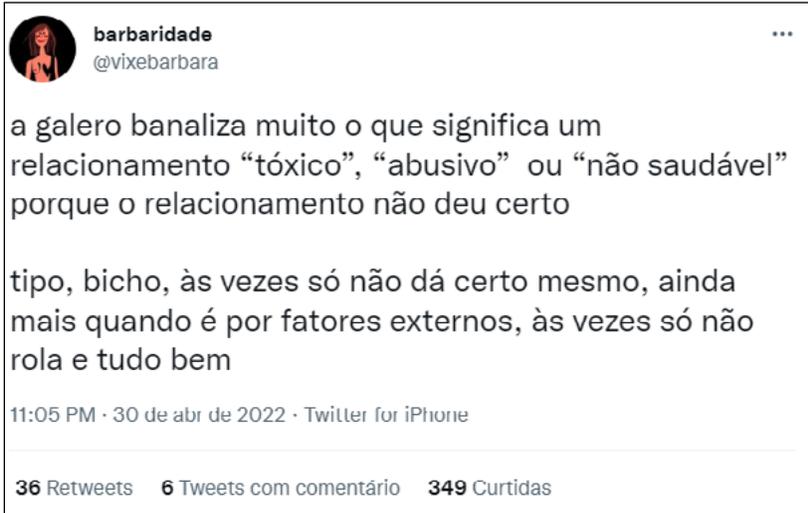


Fonte: <https://twitter.com/LarissaLopesBa5/status/1520478700747300868>

Na perspectiva da Linguística Textual, podemos relacionar o Modo de Marcação a fenômenos intertextuais de copresença, como citação e paráfrase. Afinal, uma marcação “por cópia” corresponde a trechos literais de um outro texto, como no exemplo anterior. Uma marcação “por imitação” deve ser equivalente a uma paráfrase, em que um trecho de um outro texto é repetido sob uma forma semelhante.

b) No Modo Interpretativo, a recuperação da “exterioridade” é formalmente semelhante; a diferença é que a interpretação só pode ser feita pelo interlocutor se tiver em conta uma conotação diferente. As pistas textuais são discretamente sugeridas pelo locutor, como pelo uso de aspas, itálico, negrito ou outro recurso tipográfico que possa opacificar a nomeação de um item da cadeia. Veja-se o texto abaixo:

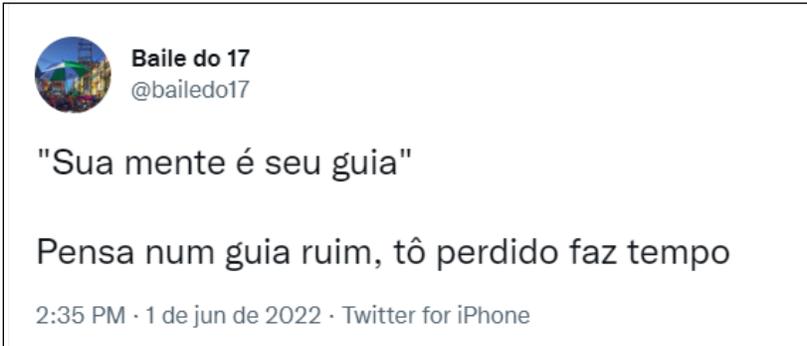
(2)



Fonte: <https://twitter.com/vixebarbara/status/1520585048315019264>

No caso acima, não há outra pista que indique que as palavras aspeadas estão opacificadas, a não ser as próprias aspas. Não há nenhum comentário reflexivo sobre o uso dessas palavras, mas isso não significa que o leitor não compreenda que o que o locutor está querendo problematizar é o uso indiscriminado das palavras aspeadas por determinadas pessoas. Nesse texto, as marcas de Heterogeneidade Enunciativa são reveladas pelas pistas deixadas pelo locutor e aferidas pelo interlocutor na leitura do texto. São, portanto, interpretativas. O Modo Interpretativo parece ocupar-se, assim, com a conotação que é dada aos termos opacificados. Considere-se o outro exemplo abaixo:

(3)



Fonte: <https://twitter.com/bailedo17/status/1532053130300510209>

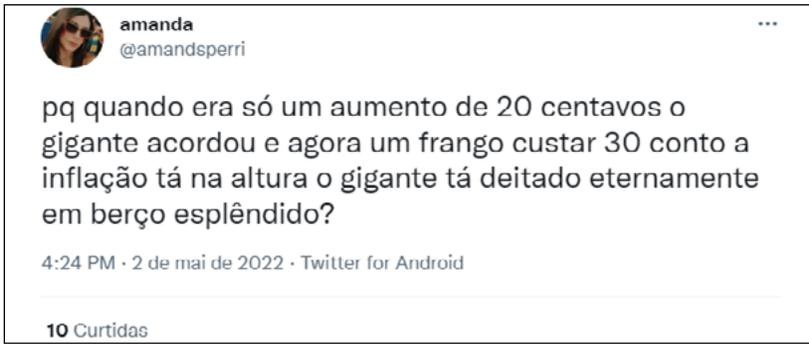
É possível aferir que a expressão aspeada remete a um discurso “exterior”, marcada textualmente como uma citação. Mas, pelo parâmetro Modo de Interpretação, importa notar que essa “fala reportada” é recontextualizada para ser interpretada de outro modo. Nesse exemplo, não é possível especificar a origem desse dizer. Quem é que disse “Sua mente é seu guia”? Um livro de autoajuda? Uma música? Um versículo bíblico? Um monge budista inspirado? Um bêbado? Um amigo do locutor? O próprio locutor em um momento de reflexão existencial? Não se sabe. O que sabemos, por via interpretativa, é que o dizer aspeado é um já-dito. A função desses trechos citados e identificados com marcas tipográficas parece ser, em termos argumentativos, a de contraditar um dizer, para questionar o já-dito.

c) Por último, constituem formas de Modo Grau Zero aquelas que não podem ser inventariadas de maneira sistemática, como as alusões e os lapsos. No exemplo (6) abaixo, existe a presença de uma marca de Heterogeneidade Enunciativa, embora não apareça explicitamente, no sentido de que não há nenhum comentário metaenunciativo ou marcas tipográficas, como aspas ou negrito. Trata-se de uma alusão ao hino brasileiro pelo uso de um de seus trechos como parte integrante do enunciado. Nesse caso, o “exterior” está tão integrado ao enunciado, como se dele fizesse parte e não fossem em si palavras “exteriores”, que um leitor que desconhece o hino nacional brasileiro

poderia não percebê-lo. É a forma desse tipo que podemos considerar como Modo Grau Zero de Modalização Autônômica.

Nos estudos linguístico-textuais, essa relação de copresença de um texto em outro sem marcação tipográfica, nem sintática, é chamada de alusão estrita. Constitui a forma mais implícita de intertextualidade por copresença.

(4)



Fonte: <https://twitter.com/amandsperri/status/1521209149736030219>

Temos, então, o primeiro parâmetro para a caracterização de uma marca de heterogeneidade: o grau de explicitude. Passemos, agora, para o segundo parâmetro, a saber, a relação do enunciado com o “exterior” convocado.

Parâmetro 2: a relação do enunciado com o “exterior” convocado

Authier-Revuz (1999) apresenta diferentes tipos de Modalização Autônômica a depender da relação que o enunciado estabelece com o empréstimo realizado, isto é, com as palavras que são convocadas do “exterior”. Descreveremos cada um desses tipos, retomando um exemplo utilizado pela própria pesquisadora e, quando possível, um exemplo retirado do Twitter.

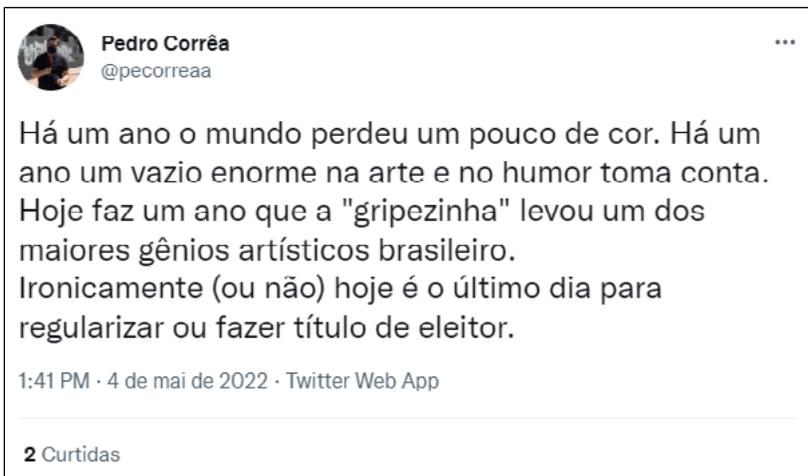
- a) A Modalização de Empréstimo por Substituição: a relação do enunciado com o “exterior” convocado.

São exemplos desse uso os casos em que o locutor substitui um elemento interior de seu texto pelo de outro. Trata-se de marcações que revelam a inclusão da alteridade como fazendo parte do projeto do dizer do locutor, que não é capaz de nomear o item opacificado de outra forma, senão daquela mesma utilizada pelo exterior. A relação é, assim, de continuidade, como se o “exterior” fizesse parte do interior do enunciado. Authier-Revuz (1999) exemplifica esse tipo em:

(5) O frango de galinheiro [...] reencontrará o sabor de seus ancestrais, que o “progresso” de nossas pesquisas agroalimentares tinha impregnado com um gosto de peixe [Le Monde, Cartas dos leitores, 15/4/1986, p. 2].

Trata-se, pois, de um “empréstimo” de outro dizer que é citado no texto do locutor, como se fossem palavras dele, mas marcadas como não sendo. Assim como no exemplo da autora, no exemplo abaixo, o locutor utiliza a expressão “gripezinha” no fio do seu enunciado como se essa fosse a única expressão referencial possível para verbalizar o seu descontentamento com o fato mencionado (a morte de quem ele chama de “um dos maiores gênios artísticos brasileiros”).

(6)



Fonte: <https://twitter.com/pecorreaa/status/1521892825360703488>

Uma análise contextual permite reconhecer que essa mesma expressão ganhou espaço no debate público após ser utilizada pelo então presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro para referir-se à pandemia de covid-19, que assolava o mundo naquele momento. O dizer “exterior” faz parte, portanto, do projeto de dizer do locutor. Essa Modalização de Empréstimo por Substituição pode corresponder, em LT, ao que chamamos de intertextualidade por referência, quando se faz menção a algo de outro texto para se aludir ao texto como um todo, incluindo o contexto de que ele foi retirado.

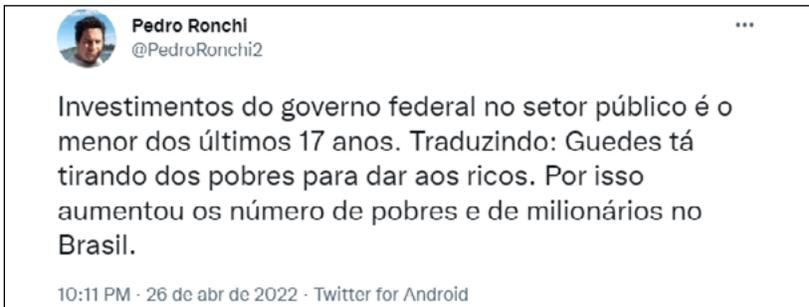
b) A Modalização de Empréstimo por Acoplagem Centrípetas (do “exterior” para o “interior”).

Nesse caso, o locutor coloca os dois discursos (o “seu” e o “exterior”) na mesma enunciação, ambos convocados para a nomeação de um mesmo item da cadeia. A diferença é aqui o locutor retomar primeiro o dizer outro (o “exterior”) para, depois, traduzi-lo por suas próprias palavras (ou seja, para o “interior”). Exemplifica-se esse caso em:

(9) Haverá um vínculo fixo, traduzam por um túnel, entre a França e a Inglaterra [A2, Informations, 20/1/1986].

A laçada reflexiva se encontra na expressão “vínculo fixo”, que será parafraseada pelo locutor como “túnel”, em seu texto. De modo semelhante, em nosso exemplo abaixo, a acoplagem centrípeta ocorre quando o locutor insere o dizer “exterior” no seu enunciado e, então, o parafraseia com suas próprias palavras.

(7)



Fonte: <https://twitter.com/PedroRonchi2/status/1519121945278697473>

Note-se, então, que o correspondente linguístico-textual desse fenômeno seria intertextualidade por paráfrase, mas sempre acompanhado de uma glosa explicativa.

- c) A Modalização por Acoplagem Centrífuga (do interior para o “exterior”).

Nesta situação, ocorre o contrário da Acoplagem Centrípeta, pois os dois dizeres colocados na enunciação articulam-se de modo que o locutor primeiro nomeia um item da cadeia com as suas próprias palavras (do “interior”) para, em seguida, nomeá-lo com as palavras originais (do “exterior”).

Como só muda a direção do movimento, pensamos que este caso não deixa de corresponder, intertextualmente, a uma paráfrase, em Linguística Textual. Não haveria, para nós, necessidade de diferenciá-los. Vê-se essa ocorrência no texto abaixo:

(11) Em menos de quinze dias, é o segundo movimento de resistência passiva, um *stay away*, como se chama, que é observado pela maioria dos dois milhões de habitantes desse gueto gigantesco [La protestation noire en Afrique du Sud, Le Monde, 7/5/1987, p. 5].

Stay away é a expressão de origem, que será parafraseada mais adiante no texto do jornalista.

- d) A Modalização de Empréstimo Apropriada, na qual se situam as marcações que mostram a apropriação do discurso “exterior” pelo locutor.

Chamamos a atenção para o designativo “apropriada”. Isso significa dizer que as palavras retomadas são exatamente as palavras do outro, seguido de uma glosa, para salientar que não se trata de um parafraseamento. Para Authier-Revuz, nesses casos, o locutor assume o dizer “exterior” na cadeia de sua fala, conforme ocorre no exemplo abaixo:

(13) Jean está evidentemente paquerando ela, para falar como ele.

Se o trecho retomado de um outro texto é mencionado literalmente, então podemos afirmar que se trata de um fenômeno intertextual de citação, com a peculiaridade de não vir assinalada por marcas tipográficas, como aspas, por exemplo. Em *Linguística Textual*, não deixa de se configurar como uma citação, já que o comentário da glosa homologa a origem. Pelo fato de apresentar um comentário metatextual, este caso poderia perfeitamente figurar entre as não coincidências do dizer, como um “exterior” convocado.

- e) A Modalização de Empréstimo Associada, na qual estão reunidas as modalizações que associam um determinado dizer a um “exterior”, seja este o próprio interlocutor, outro sujeito, outro texto ou outro discurso. Chamamos a atenção agora para o uso do designativo “associada”. As palavras retomadas, nesse caso, não são exatamente as do outro, mas são possibilidades, isto é, são coisas que o outro poderia dizer.

(15) Jean está evidentemente galanteando-a, como teria dito minha avó.

Aproximamos esse tipo de modalização das intertextualidades por alusão a marcas estilísticas que apontam para traços autorais. São singularidades que aludem a um modo de dizer de um “autor”.

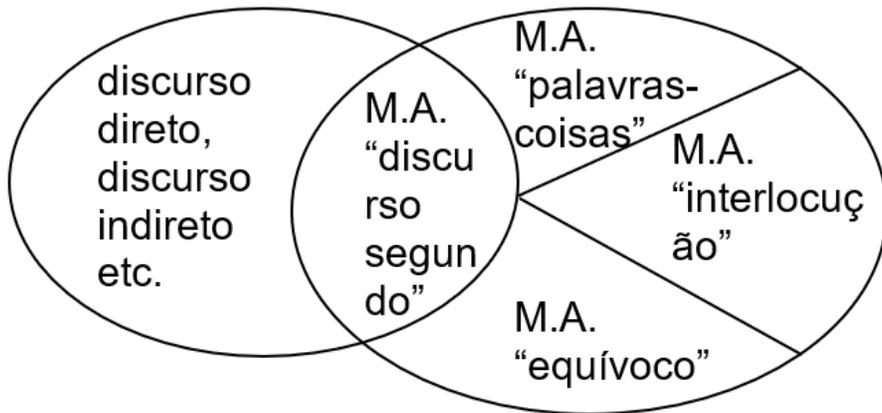
As diferentes formas de representar a “exterioridade” discursiva no fio do dizer através da configuração enunciativa de Modalização Autônima descritas até aqui, manifestam o pressuposto de que nossas palavras são sempre carregadas por uma alteridade pelo que vem do “exterior” discursivo e que pode se revelar linguisticamente através de estratégias mais ou menos explícitas.

Passaremos, agora, para o último dos três parâmetros para a caracterização de uma marca de heterogeneidade, qual seja, o modo de negociação do locutor com a “exterioridade” convocada.

Parâmetro 3: o modo de negociação do locutor com a “exterioridade” convocada

De acordo com Authier-Revuz (1999), a possibilidade de representar outros discursos (no sentido do dialogismo bakhtiniano) dentro de um mesmo texto, permitida pela Modalização Autonímica, é apenas uma (e não a única) função dessa configuração enunciativa. Outras são as possibilidades de encontro na linearidade cotextual da presença “exterior”, sobretudo se considerarmos a alteridade no sentido amplo que a teoria revuziana tem defendido. Assim é que, a título de demonstração didática dos campos de alteridade que concerne à modalização do dizer, Authier-Revuz (1999) propõe a figura:

Figura 1 – Esquema da interseção das formas de Modalização Autonímica (MA) com o campo da Representação do Discurso Outro (RDO)



Fonte: Authier-Revuz (1999, p. 12)

Ousamos afirmar que essa esquematização é uma das primeiras tentativas da autora de colocar em discussão o campo que ela atualmente tem chamado de Representação do Discurso Outro (AUTHIER-REVUZ, 2020). Na figura, Authier-Revuz contrapõe dois campos distintos que circunscrevem diferentes modos de negociar enunciativamente com as heterogeneidades que atravessam o dizer dos locuto-

res. No círculo da esquerda, estão formas de negociação com a palavra do outro discurso, que é o objeto de investigação da Representação do Discurso Outro, no qual estariam inseridos os chamados “discursos reportados” (discurso direto, indireto livre e direto livre). No círculo da direita, estão aqueles relacionados ao que Authier-Revuz chamou, na época, de Autorrepresentação do Dizer.

Assim, para além das formas de Representação do Discurso Outro (que podem incluir as formas de marcação anteriores), existem outras formas de Modalização Autônômica, quais sejam, aquelas relacionadas à autorrepresentação do dizer em circunstâncias enunciativas nas quais a incompletude do enunciado revela, entre outras possibilidades, tentativas do sujeito de estabelecer um acordo com o interlocutor em relação ao seu dizer, por dificuldades em encontrar a palavra adequada para uma nomeação e a especificação de um sentido mais preciso.

Foi essa variedade das formas de Modalização Autônômica que Authier-Revuz (1990, 1998, 1999, 2004, 2008, 2015, 2020) se propôs descrever e classificar em sua teoria enunciativa do sentido, ao longo de mais de vinte anos. Nos anos iniciais da pesquisa, Authier-Revuz (1998) dividiu as marcas de representação do heterogêneo em dois grupos: o das formas segmentais e o das formas suprasegmentais. No primeiro desses dois grupos, estão as marcas manifestadas na forma de glosas e comentários que refletem sobre o estatuto de um segmento do texto. São segmentais porque estão no nível da linearidade, no plano sintático.

As estruturas suprasegmentais, por sua vez, também suspendem a aparente evidência do dizer pelo apontamento da presença de uma voz “exterior”, mas não interrompem o plano sintagmático com comentários. Sua manifestação dá-se de modo suspenso no texto, por isso suprasegmental, pois a identificação do “exterior” discursivo ocorre de modo interpretativo pelo interlocutor ao se deparar com certas pistas textuais que assinalam algum modo de expressão a ser re-

alçado, como aspas, itálico e negrito, e não através de um comentário no fio do texto.

As formas segmentais

Nesse grupo de formas de Modalização Autônômica, estão os comentários e glosas metaenunciativas utilizadas pelo locutor com o objetivo de refletir acerca do uso de determinado trecho do seu texto. Esses comentários e glosas apresentam formas variadas e podem, entre outras funções, demarcar o lugar de origem no exterior de um trecho de um texto, determinar um ou mais sentidos específicos para um trecho em dada situação de interação, afirmar ou negar a pertinência de um trecho no projeto de dizer do locutor, revelar o desejo do locutor de não enunciar dado trecho etc.

São três os tipos de formas segmentais da Modalização Autônômica descritos por Authier-Revuz (1990, 1998, 1999, 2004, 2008, 2015, 2020): as Não Coincidências do Dizer, as Figuras do Bem Dizer e as Modalidades Irrealizantes do Dizer.

As Não coincidências do Dizer

Authier-Revuz (1999) chama de Não Coincidências do Dizer as formas segmentais de Modalização Autônômica que instauram nos textos um afastamento do locutor em relação ao seu dizer. Uma não coincidência é o contrário de uma coincidência porque, quando o dizer coincide consigo mesmo, isso significa que entre as palavras dele existe uma identidade mais ou menos estabilizada. Todavia, quando o dizer não coincide consigo mesmo, isso significa que as palavras dele possuem entre si uma relação fronteira na qual se justapõem duas ou mais identidades diferentes.

Há, todavia, uma questão que precisa ser resolvida para continuarmos nossa reflexão. É comum que Authier-Revuz utilize a expressão “não coincidência do dizer” em dois sentidos: o primeiro confunde-se com a própria noção de Heterogeneidade Enunciativa, pois a não coincidência é tomada como princípio linguístico e não como evento, isto é, como acontecimento nos textos. Nesse caso, não coincidência do di-

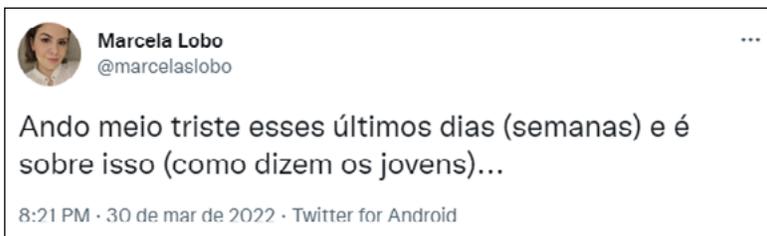
zer e Heterogeneidade Enunciativa são sinônimos. O segundo sentido é o uso da expressão para tratar de um tipo específico de heterogeneidade mostrada marcada, ou seja, não se fala mais de não coincidência como princípio, mas como evento. Pensamos ser esse segundo uso o mais pertinente para diferenciar as não coincidências do dizer pelo parâmetro do dizer convocado.

Para a autora, as marcas das não coincidências do dizer podem ser reunidas em quatro conjuntos, conforme a relação que o locutor estabelece no texto com a alteridade que o atravessa. Nos exemplos que utilizamos, retirados de Authier-Revuz (1990, 1998, 1999, 2004, 2008, 2015, 2020), as palavras sublinhadas são os objetos do comentário do locutor, enquanto os trechos em negrito são as não coincidências. Consideramos para cada tipo pelo menos um exemplo retirado do Twitter. São tipos de não coincidência:

a) Não coincidência do discurso consigo mesmo: nesse grupo de formas, situam-se as modalizações de empréstimo (ME) seguidas de uma glosa como X, tomo esse termo emprestado de Ext; X, para retomar a palavra de Ext; X, como diz Ext; o que Ext chama, batiza de X; X, para falar de maneira vulgar, pedante...; X, no sentido que lhe atribui Ext).

(17) Feijões verdes, *al dente*, **como dizem os italianos**.

(18)



Fonte: <https://twitter.com/marcelaslobo/status/1509309979471269890>

b) Não coincidência interlocutiva: nesse segundo grupo, joga-se com a não identidade entre os participantes da enunciação.

Figuram aqui também as modalizações de empréstimo, mas com a função (para nós, argumentativa) de buscar a concordância daquele para o qual enuncia. Por isso, o locutor utiliza expressões de ajustes que constatam a não coincidência entre os sujeitos, entre o eu e o tu (ex.: digamos X; X, me dê a expressão...; X, como queira; X, se percebe o que quero dizer; o que você chama de X; X, para retomar a sua terminologia; X, como você acaba de dizer; X, sei que você não gosta dessa palavra).

(20) Salientamos esta noite um acontecimento, um feliz acontecimento, **se você me permite esta fórmula**: a publicação neste ano de um conjunto de trabalhos [...] (F. Lazard, alocação publicada em *Humanité*, 22/2/1980).

c) Não coincidência entre as palavras e as coisas: essas marcas evidenciam uma avaliação do locutor acerca da adequação de uma palavra/expressão utilizada por ele para nomear um item de seu enunciado. São, portanto, estruturas que, refletindo sobre a palavra, têm a função argumentativa de questionar, rejeitar etc. (ex.: o que podemos, o que é preciso chamar X; X, é a palavra; X, é a palavra exata, justa, que convém; X no sentido stricito; X propriamente dito; o que eu chamaria de modo impreciso X; o que poderíamos talvez chamar X; um pode-se dizer X; X, eu uso X na falta de coisa melhor, por comodidade; X, por assim dizer; X, entre aspas; X, embora a palavra não convenha).

(22)



Fonte: <https://twitter.com/GogoHigor/status/1270465944876453890>

d) Não coincidência das palavras consigo mesmas: as marcas que manifestam a multiplicidade de sentidos que as palavras podem ter figuram neste grupo. São, assim, expressões que explicitam a polissemia, a homonímia e as aproximações. A marca de não coincidência, nesse caso, rejeita ou acolhe a heterogeneidade que constitui o dizer (ex.: X, no sentido p; X, não no sentido q; X, sem (com) jogo de palavras; X, se ousar dizer assim; eu quase disse X; X, no sentido q também; X, no sentido p e no sentido q; X, em todas as acepções da palavra; X, é o caso de dizer; X, é a palavra).

(24) Mas que trabalho, **no sentido de parto do termo**, que é avançar neste livro! (Correspondência privada, 20/7/88).

Se, por um lado, as marcas de não coincidências revelam um “mal-dizer”, isto é, uma resposta do locutor em relação ao seu dizer de um modo que o distancia do dito, Authier-Revuz (1998) afirma que existe um outro grupo de formas de Modalização Autonímica que manifestam o “bem-dizer”, ou seja, o feliz encontro do locutor com as palavras exatas, perfeitamente adequadas às coisas que deseja enunciar.

As Figuras do Bem Dizer

As formas de representação da Heterogeneidade Enunciativas que Authier-Revuz (1998) chama de figuras enunciativas do bem dizer são respostas metaenunciativas do locutor a um item da nomeação que se materializa em algum ponto do dizer como um espaço sobre o qual é necessário um comentário avaliativo do locutor, uma sanção portanto, que testemunha o encontro adequado entre o que intenciona enunciar e as palavras que efetuam o seu dito.

Nesse sentido, assim como o “mal-dizer”, o bem dizer também pode ser marcado por certas formas linguísticas. Para tratar dessas expressões, Authier-Revuz decide agrupá-las em quatro grupos, forma-

dos pela relação entre as palavras opacificadas e os propósitos comunicativos do locutor. São eles:

- a) **O dizer de acordo com uma intenção do dizer:** as marcas desse grupo refletem sobre o uso adequado de determinado item pelo locutor, que aponta o estatuto do dizer opacificado enquanto objeto perfeitamente situado dentro da enunciação (ex.: X, sim; X, eu digo X; X, eu digo mesmo X). Nesse caso, as palavras realizam-se intencionalmente, respondendo de modo afirmativo não a uma dúvida real do destinatário, como se este perguntasse ao locutor “é isso mesmo o que você quer dizer?”, mas a uma dúvida fictícia prevista pelo locutor como uma “simulação retórica” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 56).

(26) A primeira coisa que fazemos se chegamos ao poder: suprimimos, **eu digo isto mesmo**, suprimimos, e aí então, por todos os meios, incluindo o que foi empregado por Greenpeace, suprimimos todos os nichos situados [...] em todas as grandes cidades da França, no interior das quais a soberania francesa não exerce (Declaração do candidato da Frente Nacional, Radio-France Vaucluse, janeiro 86).

- b) **Um dizer de acordo com as leis do dizer:** são representadas neste grupo as formas que revelam que os dizeres pertencem aos paradigmas de possibilidade possíveis no enunciado em que se realiza, isto é, o locutor manifesta, através de um comentário, que determinado elemento da cadeia é admissível, obrigatório, verdadeiro dentro dos limites do seu discurso, que é apenas aparentemente homogêneo (ex.: X, pode-se dizer; X, devemos dizer; é preciso dizer X; não tenho receio de dizer X”).

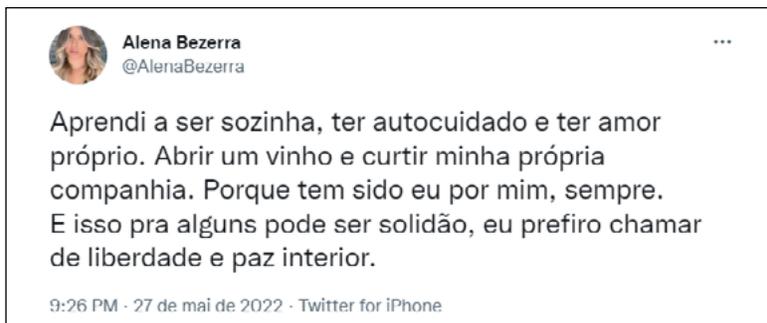
(28) Fizeram, **creio realmente que é preciso dizer**, progresso, mesmo se os resultados não estão ainda claros, durante este trimestre (Oral, reunião escolar, março 83).

(29) É uma catástrofe, é preciso chamar as coisas pelo seu nome (Comentário televisado direto da partida de futebol Turim-Liverpool em Bruxelas [posteriormente designada por “A tragédia do Heysel”], A2, maio 85).

c) A nomeação assumida como ato pessoal: joga-se, nesse grupo, com a paridade entre a identidade do locutor e as coisas que ele enuncia. Assumindo o dizer de um item do enunciado como seu, o locutor responsabiliza-se sobre suas próprias palavras, como se realizasse um “batismo”, manifestando uma decisão pessoal sobre os modos de nomear as coisas que enuncia (ex.: Eu chamaria X; X, que se dirá de bom grado, de agora em diante; eu proponho chamar X; eu ousou chamar X).

(31) Na Palestina, vê-se em qual sentido Israel é muito mais intruso do que já foi. Os efeitos do recalçamento fazem dele o intruso absoluto, insuportável. Ele deve então demonstrar, não mais tanta flexibilidade e astúcias táticas, mas **o que eu chamaria de sensibilidade simbólica** (D. Sibony, *Le Monde*, 31/3/88, p. 2).

(32)



Fonte: <https://twitter.com/AlenaBezerra/status/1530344772266774529>

d) Um dizer preenchido pelo equívoco: as marcas abarcadas por esse grupo explicitam o reconhecimento pelo locutor da ur-

gência de um modo de dizer melhor que o que ele poderia sozinho produzir. É nesse jogo de reconhecimento do exterior como oportuno e ideal aos propósitos comunicativos do locutor que aparecem formas como “é o caso de dizer”.

(34) Quero que eles cheguem a ler, eu lhes imponho um volume, **é o caso de dizer**, de leitura, importante [...] (Oral, professor de francês, reunião de pais de alunos, fev. 85).

Tem-se, até aqui, duas formas principais de negociação do sujeito com a heterogeneidade que atravessa o seu dizer: as não coincidências do dizer, relacionadas a um “mal dizer”, e as figuras do bem dizer, manifestadas pelas marcas que atestam o “bem dizer” do locutor. Ora, Authier-Revuz (2008) também tratou de outras formas que não manifestam nem o mal, nem o bem dizer, mas o “não dizer”, ou um dizer hipotético. A estas formas, que representam a não efetivação de um item da cadeia discursiva a autora chamou de “modalidades irrealizantes do dizer”.

As Modalidades Irrealizantes do Dizer

Se as não coincidências do dizer instanciam no texto um distanciamento protetor do locutor em relação ao seu dizer quando a exterioridade interdiscursiva o atravessa, exigindo uma explicação sobre o uso de determinado item léxico-gramatical na tentativa de evitar desvios interpretativos pelo interlocutor e se, no sentido contrário, as figuras do bem dizer manifestam o emparelhamento virtuoso da presença exterior com o projeto de dizer do locutor de modo que ele aponta o exterior como adequado ao seu querer dizer, existe outro grupo de formas que revela não o distanciamento, nem o emparelhamento, mas o encontro infeliz e inevitável do “exterior” no dizer do locutor. Trata-se das modalidades irrealizantes do dizer, que, de diferentes modos, mostram um conflito entre o dizer e o não dizer, revelando que o locutor não quer dizer o que diz e, se o faz, é porque não encontra outro modo de dizer. São tipos dessa modalidade:

a) **O quase dito:** tem-se nesse grupo as marcas que manifestam a incompletude do enunciado, isto é, mostra-se um dizer não completamente dito, mas quase dito, como se as palavras estivessem à beira de um abismo, equilibrando-se entre a estabilidade e a queda, entre a intenção e o fazer-dizer.

(36) Erotismo da leitura? Sim, desde que jamais se esconda a perversão e **eu diria quase: o medo** (R. BARTHES, *Le grain de la voix*).

b) **O recuo ao que poderia ser dito:** essas marcas revelam o reconhecimento pelo locutor de que o seu modo de dizer pode provocar ruídos na comunicação, assim, ele se protege recuando diante do que diz e das potenciais respostas que o dito pode implicar. Mais uma vez, o locutor só diz o que diz porque não encontra outros modos de atingir seu propósito comunicativo. Todavia, ele sabe que a sua escolha pode não ser a melhor e, apesar das eventuais polêmicas que o seu dizer possa atualizar, ele o usa ao mesmo tempo que confirma que esse uso é ousado.

(38) [...] No que me cabe, o apelo à ciência da literatura, ou à antropologia, ou à semiologia, foi sempre muito ambíguo, muito tortuoso, e **eu ousaria quase dizer falseado muitas vezes** [R. BARTHES, *Entrevista*, 1971].

(39)



Fonte: https://twitter.com/_alienshe/status/1550640584901230592

c) A suspensão da realidade do dito: nesse tipo de modalidade irrealizante, o dizer fica suspenso pela presença da conjunção “se”. Assim, o dito é colocado como uma possibilidade de enunciar. Entretanto, essa possibilidade é cotextualmente marcada. Passa-se, então, da virtualidade do uso à sua cotextualização. Outra vez, o sujeito se protege do seu dizer mostrando-o como aquilo que apenas poderia ser dito.

(40) Teríamos realocado – **se podemos dizer** – uma família com um bebê em um porão, na falta de um teto [Antony Hebdo, n° 284, 1/5/1987].

d) O questionamento do dito: nesse grupo, estão as marcas que abrem o enunciado para a sanção dos interlocutores, como se eles pudessem aprovar ou reprovar o uso em questão. É como se o locutor colocasse em jogo um “será que eu digo?”, ao mesmo tempo que obriga o interlocutor a pensar o mesmo.

(42) É um casal em que cada um tem um papel, **poderíamos dizer**, de prótese para o outro (oral, fev. de 1996).

(43)



Fonte: <https://twitter.com/henricarneiro/status/1551912592578322433>

e) A rejeição radical ao que não pode ser dito: essas marcas revelam que o locutor não quer fazer uso de determinado

modo de dizer porque este seria inadequado. Não há, portanto, uma medida de proteção, mas a colocação de um ponto de vista sobre o que se enuncia, como se assumisse “não digo assim porque me parece o correto e há outros modos melhores de dizer”.

(44) Eu faço questão de agradecer a Senhora X... que nos emprestou umas fotos, que acabaram não sendo expostas porque nós tivemos muitas outras, **eu não ousaria dizer melhores**, mas, enfim, que nós utilizamos [Oral, 15/6/85].

De modo geral, aquilo que se diz através de uma dessas formas de modalidade irrealidade do dizer é a não efetuação no aqui e agora do texto de um dizer que apenas poderia se fazer em determinadas condições.

Formas suprasegmentais

As formas de Modalização Autônômica suprasegmentais manifestam a “exterioridade” discursiva através das aspas, itálicos e negritos no cotexto de produções escritas, e sinais entonativos, em produções orais. Centraremos nossa atenção na descrição das aspas, primeiro porque, geralmente, itálicos e negritos são utilizados com função de destaque e ênfase, segundo porque são as aspas o foco de descrição de Authier-Revuz.

Authier-Revuz (2004) caracteriza e exemplifica cinco tipos diferentes de usos das aspas de Modalização Autônômica: aspas de familiaridade, aspas de condescendência, também chamadas de aspas pedagógicas, aspas de proteção, aspas de questionamento ofensivo e aspas de ênfase.

Considerações finais

Mostramos, neste trabalho, que as formas da Modalização Autônômica são sempre uma suspensão da evidência da naturalidade de um dizer pela ocorrência de uma alteridade, explicitada através de uma retomada metaenunciativa que opacifica a expressão do dizer, isto é, tira-lhe a natureza transparente, seu sentido socialmente estabelecido, dispondo-o como um objeto sobre o qual é preciso olhar e refletir reiteradas vezes. Todavia, as formas de Modalização Autônômica não são apenas o lugar em que o locutor leva em consideração o dizer exterior, o outro discurso, o outro interlocutor, mas, sobretudo, o lugar em que se inscreve, em um sentido muito mais amplo, o outro que pode ou não ser “a linguagem dos outros”.

Recentemente, em 2020, Authier-Revuz publicou o livro *La représentation du discours autre – Principes pour une description*, no qual atualiza a discussão sobre alguns tipos de Modalização Autônômica a que preferiu chamar de Representação do Discurso Outro. A autora sobrevoou alguns pontos abordados nessa obra em uma conferência virtual realizada pela Associação Brasileira de Linguística (Abralin) em seu canal no YouTube e apresentou o caráter languageiro, linguístico, discursivo e subjetivo da noção de Representação do Discurso Outro (RDO), formulada por ela para repensar a noção tradicional de Discurso Reportado.

A RDO é um desenvolvimento recente dos estudos da autora sobre as Heterogeneidades Enunciativas, que ela caracteriza, simultaneamente, como:

- um fato languageiro, pois presente em diferentes produções discursivas;

- linguístico, pois constitui a própria natureza da língua e se manifesta de diversos modos por meio de uma escala de marcação que vai do hipermercado, como no discurso direto, ao não marcado, como nas alusões;

– discursivo, pois evidencia as bordas interdiscursivas e a “exterioridade” interna de todo discurso;

– e subjetivo, pois coloca em cena um sujeito que produz uma imagem de si por diferença em relação aos outros sujeitos, orientando-se por uma ilusão de domínio sobre as coisas que enuncia que advém do seu imaginário.

Sugerimos que as próximas pesquisas se debruçam sobre as possibilidades de análise textual e discursiva que Authier-Revuz (2020) abre em torno da noção atual de Representação do Discurso Outro.

Referências

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AUTHIER-REVUZ, J. Aux risques de l’allusion. In: MURAT, M. **L’Allusion dans la littérature**. Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2000. p. 209-235.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l’autre dans le discours. **DRLAV**, v. 26, p. 91-151, 1982.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéités énonciatives. **Langages**, v. 73, p. 98-111. 1984.

AUTHIER-REVUZ, J. **La Représentation du Discours Autre**. Berlin; Boston: De Gruyter, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; FONSECA, C. M. V. Linguística Textual e Teoria da Enunciação. In: SOUZA, E. R. F. de; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). **Linguística Textual**: interfaces e delimitações. São Paulo: Cortez, 2017. p. 357-393.

FONSECA, C. M. V. **Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer**. Mossoró: Edições UERN, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, v. 6, 1992.

MUNIZ LIMA, I. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. 179 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2022.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.; COELHO, F. U. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINHEIRO, C. E. S. **As marcas de heterogeneidade enunciativa como recursos argumentativos**. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2022.

REY-DEBOVE, Josette. **Le métalangage**. 1978.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DA DÊIXIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA MODALIDADE ARGUMENTATIVA DEMONSTRATIVA

Mariza Angélica Paiva Brito
Acsa de Sales Albuquerque de Sousa
Danielle Ketley de Sousa Pereira

Introdução

No presente trabalho, buscamos discutir acerca das contribuições que os estudos da dêixis podem ofertar para a caracterização da modalidade argumentativa demonstrativa, tendo em vista que ela possibilita a construção do argumento por comparação.

Para a realização de tal reflexão, embasamo-nos na Teoria da Argumentação no Discurso, proposta por Amossy (2018), e utilizaremos a categoria de modalidades argumentativas por ela proposta, que as entende como “[...] tipos de troca argumentativa os quais, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” (AMOSSY, 2008, p. 32). A pesquisadora enumera as seguintes modalidades: po-

lêmica, patêmica, demonstrativa, pedagógica, de coconstrução e negociada, entretanto discorre exaustivamente apenas sobre a primeira, na obra *Apologia da Polêmica* (2014), o que demonstra a importância de uma pesquisa que se debruce sobre a modalidade demonstrativa de modo mais direto e detalhado.

Essa modalidade é definida por Amossy (2008, p. 233) como aquela na qual uma “tese é apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou num diálogo, a um auditório do qual o primeiro quer obter a adesão por meio da demonstração racional, do raciocínio articulado apoiado em provas”. Desse modo, acreditamos que, por ser embasada na demonstração racional, a modalidade argumentativa demonstrativa mobiliza o *logos*, que se configura como um dos três meios de persuasão apresentados pela retórica, o qual busca persuadir o seu coenunciador mediante a apresentação de provas – ou técnicas argumentativas, como proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Pelo fato de tais técnicas possuírem um papel basilar na configuração da modalidade argumentativa em foco, já que o *logos* é um dos elementos característicos, analisaremos a contribuição da dêixis no tocante à sua construção – com foco no argumento por comparação – categoria que, consoante Cavalcante e Martins (2020, p. 244), entendemos como a “Introdução ou retomada de um referente situado em relação à origo ressaltando-o para o interlocutor”.

Assim, a seguir, no desenvolvimento deste trabalho, expandimos a discussão acerca das categorias com as quais trabalhamos e apresentaremos duas análises a fim de expor a aplicabilidade da nossa proposta e, então, encaminhar-nos-emos para as conclusões, em que apresentaremos uma síntese do que discutimos ao longo da pesquisa.

Dêixis

O fenômeno da dêixis é analisado no seio dos estudos pragmáticos, pois, como pontua Levinson (2007), “Se há um modo pelo qual

a relação entre língua e contexto se reflete nas estruturas das próprias línguas de maneira mais evidente, esse fenômeno é a dêixis”. De modo mais amplo, ainda segundo o autor, esse termo é emprestado de um vocábulo grego que significa apontar ou indicar e possui como protótipos ou exemplares focais o uso dos demonstrativos, dos pronomes da primeira e da segunda pessoa, do tempo verbal, dos advérbios de tempo e lugar específicos como “agora” e “aqui” e uma variedade de traços gramaticais ligados diretamente às *circunstâncias da enunciação*, o que reitera, novamente, o seu caráter pragmático, posto que a Pragmática consiste no estudo do uso linguístico.

Em sua essência, a dêixis diz respeito aos modos pelos quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala e, por conseguinte, também diz respeito às maneiras pelas quais a interpretação das enunciações está relacionada diretamente à análise do seu contexto, de maneira que o pronome “isso” não se refere a uma entidade específica em todas as ocasiões, mas sim varia a depender do contexto no qual está inserido. Podemos, portanto, sintetizar esse conceito ancorando-nos em Levinson (2007, p. 67), que diz: “a dêixis diz respeito à codificação de muitos aspectos diferentes das circunstâncias que cercam a enunciação, dentro do próprio enunciado”.

O autor (2007) destaca que as categorias tradicionalmente analisadas da dêixis são de pessoa, de lugar e de tempo. Assim, a dêixis de pessoa se refere à codificação do papel dos participantes durante o acontecimento discursivo no qual a enunciação é proferida: a categoria primeira pessoa é a gramaticalização da referência do falante a si próprio, a segunda pessoa, a codificação da referência do falante a um ou mais destinatários e a terceira pessoa, a codificação da referência a pessoas e entidades que não são falantes nem destinatários da enunciação em questão – tais papéis são codificados na linguagem mediante os pronomes e as concordâncias de predicado a eles associadas.

A dêixis de lugar, por sua vez, relaciona-se à codificação das localizações espaciais relativas à localização dos participantes no acontecimento discursivo, ou seja, às coordenadas de lugar da situação enunciativa. A maioria das línguas gramaticaliza a distinção entre proximal (ou próximo ao falante) e distal (não proximal, podendo ser perto do destinatário), mas muitas fazem distinções mais elaboradas. Essas distinções são codificadas nos pronomes demonstrativos (este x aquele) e nos advérbios dêiticos de lugar (aqui x lá).

A dêixis temporal comporta a codificação de pontos e extensões temporais relativas ao tempo em que uma enunciação foi proferida, sendo gramaticalizada, comumente, a partir dos advérbios dêiticos de tempo, a saber, “agora”, “ontem”, “este ano” etc., mas, também, no tempo verbal. A essas categorias mais tradicionais, Levinson (2007) acrescenta a dêixis de discurso e a dêixis social. A primeira refere-se à codificação de uma referência feita a porções do discurso em andamento em que é realizada a enunciação, enquanto que a segunda diz respeito à codificação de distinções sociais referentes aos papéis dos participantes.

É importante apontar que a dêixis é organizada de maneira egocêntrica, ou seja, quando se tem em mente em expressões dêiticas como ancoradas a pontos específicos do acontecimento comunicativo, supõe-se que os pontos de ancoragem são os seguintes: i) a pessoa central é o falante; ii) o tempo central é o tempo em que o falante produz a enunciação; iii) o lugar central é a localização do falante; iv) o centro do discurso é o ponto em que o falante se encontra e v) o centro social é a posição social e o grau hierárquico do falante.

Essa classificação tradicional dos processos dêiticos, contudo, passou por revisões ao longo dos anos, de maneira que a ela foram acrescentadas novas tipologias. Desse modo, os tipos dêiticos já descritos na literatura acerca do assunto foram agrupados por Martins (2019) em oito, cuja definição, resumida, pode ser vista a seguir:

Dêixis

Introdução ou retomada de um referente situado em relação à origem, ressaltando-o para o interlocutor.

- Pessoal (por remeter diretamente às pessoas da situação enunciativa simulada);
- Social (por indicar as relações entre os participantes da situação enunciativa, revelando graus de formalidade e informalidade, estratégias de polidez, além de papéis sociais e estereótipos culturais que eles assumem);
- Espacial (por apontar para determinados referentes espacialmente situados, tomando o locutor como ponto de origem);
- Temporal (por indicar aspectos temporais pressupondo o "agora" do locutor para situar o tempo da enunciação);
- Textual (por orientar cotextualmente, pressupondo a instauração de um ponto de origem na superfície textual e a relação deste com o entorno espaço-temporal);
- Memorial (por fornecer base para a construção de um referente a partir de uma indicação a um tempo ou um espaço que costuma ser ativado na memória compartilhada entre os interlocutores);
- Fictiva (por orientar espacialmente, a partir da transposição do ponto de origem, seja em uma situação física, seja fictiva);
- Modal (por englobar modos indicados por comportamentos de qualquer ordem, tais como movimentos corporais ou outras sensações que apelem para os sentidos).

Fonte: Cavalcante e Martins (2020, p. 244)

Entretanto, é importante ressaltar, com base nas autoras (2020), que a relevância do estudo da dêixis não se limita apenas a sua identificação e classificação, mas sim abrange, também, a negociação argumentativa.

Desse modo, consideram-se os processos dêiticos como estratégias argumentativas utilizadas na tentativa de influência do locutor sobre o interlocutor, de maneira que a referenciação – processo no qual a dêixis está inserida – consta como uma das principais estratégias de orientação argumentativa de um texto.

Partindo desse pressuposto, o qual valida o teor argumentativo dos processos dêiticos, teremos como foco a dêixis temporal, por acreditarmos que ela possibilita a construção do argumento de comparação, que, por possibilitar a mobilização *logos* no texto, torna-se

elemento característico de grande relevância da modalidade argumentativa demonstrativa.

Modalidade argumentativa demonstrativa

Amossy (2008) aponta que, na modalidade argumentativa demonstrativa, uma tese é apresentada pelo locutor, num discurso monogerido ou num diálogo, a um auditório do qual o locutor quer obter a adesão por meio da demonstração racional, ou seja, de um raciocínio articulado apoiado em provas. Destarte, nesse modo de argumentar, diferente do que ocorre em outros, como no negociado, o intuito central do enunciador é convencer o seu auditório acerca do seu ponto de vista.

A pesquisadora (2011) apresenta os seguintes parâmetros para caracterizar uma modalidade argumentativa: 1. A estrutura da troca argumentativa (o modo como ocorre à distribuição de papéis no dispositivo enunciativo: se eles são parceiros ou adversários); 2. A maneira pela qual a ação da persuasão é construída em relação ao auditório (se racional, emotiva etc.) e 3. O modo como o alocutário é definido em relação ao orador: se como aluno, cúmplice, rival etc.

A partir disso, quanto ao parâmetro analítico 1, podemos afirmar que os papéis desempenhados pelos participantes do empreendimento argumentativo em foco são de orador e de auditório – como descritos pela Nova Retórica –, já que o enunciador desempenha uma função persuasiva no tocante à sua tese, e o coenunciador desempenha o papel de auditório – o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.

É possível observar isso, por exemplo, no gênero dissertativo-argumentativo modelo do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual o autor, tomando posição de orador frente ao seu auditório, apresenta a sua tese – a qual é composta, geralmente, por causas e/ou consequências de determinado problema que assola a sociedade –,

e busca convencê-lo mediante a exposição de argumentos, como o de autoridade, comumente utilizado nesse gênero. Amossy (2008) cita, como exemplo de gêneros que privilegiam essa modalidade, o discurso parlamentar, o ensaio filosófico, o editorial, o artigo científico e o debate de ideias.

Para levar os espíritos à adesão de uma tese, nessa modalidade, o orador utiliza-se de um raciocínio baseado em provas, ou seja, em argumentos – técnicas argumentativas. Desse modo, acreditamos que, por ser embasada na demonstração racional, a modalidade argumentativa demonstrativa mobiliza o *logos*, o qual, como discutido anteriormente, configura-se como um dos três meios de persuasão apresentados pela retórica, que busca persuadir o seu coenunciador mediante a apresentação de provas.

Em decorrência disso, podemos concluir, no tocante aos parâmetros analíticos 2 e 3 propostos por Amossy (2008), que a maneira pela qual a ação da persuasão é construída em relação ao auditório é racional e que o modo como o alocutário é definido em relação ao orador é enquanto ser de razão.

Argumento por comparação

Para discutir as técnicas argumentativas, que são um elemento característico da modalidade argumentativa demonstrativa, uma vez que permitem a mobilização do *logos*, utilizamos como arcabouço teórico a obra *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica* (2014), pois nela, Perelman e Olbrechts-Tyteca têm como foco a sua classificação e estrutura.

Os pioneiros da nova retórica (2014, p. 274) pontuam a importância do argumento de comparação ao afirmar que “A argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se co-tem vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro”. Assim,

Fiorin (2015, p. 122) declara que a função deste argumento, em síntese, é “aproximar ou diferenciar um objeto de outros”.

Os autores (2014) afirmam que a comparação pode se dar por oposição (o alto e o baixo), por ordenamento (o que é mais alto que) e por ordenação quantitativa (no caso, a medição em metros). É pontuado, também (2014), que a adaptação da escolha dos termos que pertencem à comparação ao auditório é essencial para a eficácia do processo argumentativo, mesmo quando se trata de uma comparação numericamente especificável, de modo que é mais eficiente para um empreendimento argumentativo descrever um país como tendo nove vezes o tamanho da França em vez de descrevê-lo como tendo a metade do tamanho do Brasil.

A partir da assunção de tais pressupostos, defendemos que a dêixis temporal contribui para a construção desse argumento ao possibilitar a codificação de pontos e extensões temporais relativas ao tempo em que uma enunciação foi proferida – focando, especificamente, em dois ou mais pontos temporais, como “ontem” e “hoje” –, sendo gramaticalizada, principalmente, a partir dos advérbios temporais.

A dêixis na construção do argumento por comparação em duas redações do ENEM

A fim de constatar o papel desempenhado pela dêixis na construção do argumento por comparação, tomemos como base os textos a seguir, pertencentes ao gênero redação, conforme as resoluções do ENEM. O acesso às duas redações que serão analisadas ocorreu por meio da *Cartilha redação a mil 2.0*, que tem os textos coletados pelo estudante Lucas Felpi.

A iniciativa, que conta com a colaboração dos autores, reúne 44 das 53 redações que obtiveram nota máxima no exame realizado no ano de 2019. O intuito do organizador com a disponibilização dos textos gratuitamente é ajudar os estudantes na preparação para

a prova de redação, todavia, o material ganhou novos sentidos ao ser amplamente noticiado, tornando-se ainda uma ferramenta de ensino para os professores em sala de aula.

Na cartilha, além do espelho da redação é disponibilizado também o texto transcrito. Ademais, por meio do escaneamento de um QR Code é possível acessar uma pasta no Google Drive que reúne todos os comprovantes das notas para certificar ao leitor que as produções alcançaram a nota mil.

A primeira redação a ser analisada foi escrita por Aldillany Maria Rodrigues:

(1)

A Constituição brasileira de 1988 assegura a todos os indivíduos do amplo acesso aos bens culturais do país. No entanto, na prática, tal garantia é deturpada, visto que o contato com a cultura – por meio dos cinemas – não se encontra efetivado na sociedade nacional. Esse cenário nefasto ocorre não só em razão do deficitário incentivo à valorização cultural nas escolas, mas também devido à excessiva mercantilização da cultura. Logo, faz-se imperiosa a análise dessa conjuntura, com o intuito de mitigar os entraves para a consolidação dos direitos constitucionais.

Em primeira análise, vale destacar que durante o Renascimento Cultural – movimento artístico e intelectual ocorrido na transição da Idade Média para a Idade Moderna – a cultura era valorizada e usada como uma maneira de transmitir conhecimentos. Hodiernamente, entretanto, a situação é pouco observada na sociedade brasileira, uma vez que o acesso ao cinema, como forma de expandir a construção dos saberes, encontra-se pouco ampliado. Esse panorama lamentável acontece porque a maioria das escolas, instituições essenciais para a formação de indivíduos engajados culturalmente, interessa-se, geralmente, apenas pela transmissão de conteúdos técnicos, negligenciando estimular as habilidades socioculturais. Evidencia-se, portanto, que a restrita ida aos cinemas relaciona-se com o deficitário incentivo contato com essa modalidade de entretenimento por parte dos colégios.

Ademais, vale ressaltar que, de acordo com os sociólogos da Escola de Frankfurt, a cultura tornou-se um instrumento voltado para a obtenção de lucros. Nesse viés, a excessiva mercantilização dos bens culturais, como os cinemas, segrega áreas periféricas, nas quais grande parte da população é desprovida de amplos recursos financeiros para acessar tais meios de lazer. Desse modo, constata-se que a concentração dos cinemas em áreas privilegiadas economicamente, atestada pela óptica frankfurtiana, fere os princípios constitucionais e impede a democratização do acesso a esse meio de entretenimento.

Verifica-se, então, a necessidade de ampliar o acesso ao cinema no Brasil. Para isso, faz-se imprescindível que o Ministério da Educação e da Cultura, por intermédio de minicursos, instrua os educadores – especialmente os docentes em sociologia, haja vista o conhecimento cultural inerente a tal curso – a elucidar em suas aulas a importância da valorização dos bens culturais para a ampliação do conhecimento, a fim de estimular os alunos a irem aos cinemas.

Disponível em: <https://en.calameo.com/read/005876988ef4231c58234>.

Acesso em: 20 maio 2022

O tema proposto aos participantes do ENEM na edição à qual o texto pertence fora “A democratização do acesso ao cinema no Brasil”, de modo que cabia ao estudante dissertar acerca da falta de um acesso democrático ao cinema brasileiro. A estudante em questão defende a tese de que tal acesso não ocorre no contexto brasileiro por conta de um deficitário incentivo à valorização cultural nas escolas e da excessiva mercantilização da cultura.

No segundo parágrafo, a autora utiliza-se da técnica argumentativa de comparação para defender a sua ideia do ínfimo incentivo à valorização cultural, colocando em contraste dois períodos históricos: o momento entre a Idade Média e a Moderna, em que, devido ao Renascimento Cultural, havia grande valorização e incentivo à cultura e o contexto atual no qual o Brasil se encontra em que não há

tal valorização, o que se comprova mediante o fato de não haver acesso aos cinemas de modo democrático.

Assim, podemos constatar que a utilização da comparação no empreendimento argumentativo em foco só foi possível mediante o fenômeno dêitico temporal, que se faz presente a partir do advérbio de tempo “hodiernamente”, sublinhado no texto por nós. Logo, é apenas a partir dele que é possível fazer o contraste entre dois períodos históricos, o que corrobora a tentativa do locutor de influenciar o seu locutor no tocante à sua tese.

Nesse prisma, analisemos como ocorre esse encadeamento comparativo pela dêixis na segunda redação, esta escrita por Alana Miranda Delfino sobre a mesma proposta de tema para a edição de 2019 do ENEM.

(2)

Ao longo do processo de formação da sociedade, o pensamento cinematográfico consolidou-se em diversas comunidades. No início do século XX, com os regimes totalitários, por exemplo, o cinema era utilizado como meio de dominação à adesão das massas ao governo. Embora o cinema tenha se popularizado, posteriormente, como entretenimento, nota-se, na contemporaneidade, a sua limitação social, em virtude do discurso elitizado que o compõe e da falta de acesso por parte da população. Essa visão negativa pode ser significativamente minimizada, desde que acompanhada da desconstrução coletiva, junto à redução do custo do ingresso para a maior acessibilidade.

Em primeira análise, é evidente que a herança ideológica da produção cinematográfica, como um recurso destinado às elites, conservou-se na coletividade e perpetuou a exclusão de classes inferiores. Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem que cria mecanismos de controle e coerção, os quais aumentam a subordinação. Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade, moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, o que enfraquece o princípio de que

todos indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento. Desse modo, com a concepção instituída da produção cinematográfica como diversão das camadas altas, o cinema adquire o caráter elitista, o qual contribui com a exclusão do restante da população.

Além disso, uma comunidade que restringe o acesso ao cinema, por meio do custo de ingressos, representa um retrocesso para a coletividade que preza por igualdade. Nesse sentido, na teoria da percepção do estado da sociedade, de Émile Durkheim, sociólogo francês, abrangem-se duas divisões: “normal e patológico”. Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que um ambiente patológico, em crise, rompe com o seu desenvolvimento, visto que um sistema desigual não favorece o progresso coletivo. Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço – que não leva em consideração a renda regional –, a democratização torna-se inviável.

Depreende-se, portanto, a relevância da igualdade do acesso ao cinema no Brasil. Para que isso ocorra, é necessário que o Estado proporcione a redução coerente do custo de ingressos por região, junto à difusão da importância da produção cinematográfica no cotidiano, nos meios de comunicação, por meio de anúncios, a fim de colaborar com o acesso igualitário. Ademais, a instituição educacional deve proporcionar aos indivíduos uma educação voltada à democratização coletiva do cinema, como entretenimento destinado às elites, por intermédio de debates e palestras, na área das Ciências Humanas, como forma de esclarecimento populacional. Assim, haverá um ambiente estável que colabore com a acessibilidade geral ao cinema no país.

Disponível em: <https://en.calameo.com/read/005876988ef4231c58234>.

Acesso em: 27 out. 2022

Nesta redação, a autora argumenta que o impedimento ao acesso democrático do cinema no Brasil deve-se a propagação do discurso que este é um espaço que deve ser ocupado por poucos e ao custo dos ingressos, pois com os valores altos a população com menor poder aquisitivo não pode pagar por este artefato cultural.

No segundo texto, a candidata faz uso da técnica argumentativa de comparação para corroborar sua tese defendida de que o propósito para o acesso ao cinema alterou-se frente ao que era no século XX e o que se tornou na contemporaneidade, mesmo com ressalvas. Desse modo, no segundo parágrafo a comparação é estabelecida entre o marco temporal do início do século XX em contraposição a contemporaneidade.

Nesse ínterim, com base em Cavalcante e Martins (2020), consideramos o uso de “contemporaneidade” como um dêitico temporal, haja vista que remete ao tempo presente. Desse modo, este movimento utilizado pela autora confirma a nossa hipótese de que a dêixis temporal possibilita a construção do argumento de comparação.

Considerações finais

Destarte, torna-se notório que a dêixis possui grande contribuição para a caracterização da modalidade argumentativa demonstrativa, haja vista que ela permite a mobilização do *logos* – elemento característico de tal mobilidade, já que ela pressupõe argumentação racional – ao possibilitar a construção do argumento de comparação.

Reiteramos a importância de estudos que se debrucem sobre essa modalidade, por ser pouco pesquisada e, ainda, a necessidade de análises que contemplem os demais tipos dêiticos, haja vista que, devido à limitação espacial, não foi possível determo-nos nelas.

Referências

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (org.). **Análises do discurso hoje**. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2017 [2014].

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A** – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011a.

CAVALCANTE, M.; MARTINS, M. Referenciação: em síntese. In: LIMA, A. H. D.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. S. (org.). **Linguística Geral**: os conceitos que todos precisam conhecer. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 237-272.

FELPI, L. **Cartilha redação a mil 2.0**. Disponível em: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Acesso em: 20 maio 2022.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARTINS, M. A. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2019.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

ARGUMENTAÇÃO E MODALIDADE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MODALIZADORAS EM EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO

Izabel Larissa Lucena Silva
Fábio Fernandes Torres

Introdução

Este estudo tem por objetivo investigar a manifestação da modalidade como um meio linguístico que contribui para a construção da argumentação em editoriais do jornal Folha de São Paulo. Considerando a noção de que os modalizadores são, segundo Neves (2006), utilizados na interação verbal para construir o ponto de vista do enunciador, seu posicionamento, investiga-se a manifestação das modalidades epistêmica e deôntica na construção dos efeitos de sentido ligados ao posicionamento do jornal Folha de São Paulo em relação ao governo do presidente Jair Bolsonaro. Para tanto, assumimos que a modalidade constitui um meio textual-discursivo por meio do qual o enunciador marca seus julgamentos, suas crenças, suas avaliações, suas opiniões, imprimindo ao texto seu valor intersubjetivo e argumentativo.

No que diz respeito à orientação teórica, assumimos uma visão integradora de linguagem, que considera a inter-relação sistemática entre os domínios funcionais da sintaxe, da semântica e da pragmática. Nesse sentido, optamos pelo arcabouço teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), que postula que a expressão linguística é motivada por aspectos cognitivos e comunicativos, levando a uma compreensão dos itens e das construções da língua como correlatos de funções interpessoais e representacionais.

Com relação ao editorial, gênero por meio do qual os acontecimentos são, conforme Charaudeau (2018), comentados, admitimos que seu caráter argumentativo decorre essencialmente do fato de constituir um texto de forte teor opinativo, no qual o articulista do jornal apresenta-se como “porta voz” da opinião da instituição jornalística, que expressa seu posicionamento com relação a acontecimentos relevantes do meio social. No caso do presente capítulo, como dissemos, analisamos os editoriais da Folha de São Paulo que comentam os eventos e os fatos ligados ao governo de Jair Bolsonaro, sobretudo no que diz respeito à crise do coronavírus, à política socioeconômica e à política externa do referido governo.

No que concerne à organização retórica, este artigo apresenta, além desta introdução, em que se define o objetivo do trabalho, duas seções de fundamentação teórica, uma que trata da construção argumentativa no gênero editorial e outra que discute sobre a modalidade na construção argumentativa. Na seção 3, discorreremos sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, tais como os procedimentos de coleta dos dados e as categorias analíticas. Na seção 4, discutem-se os resultados da pesquisa à luz dos fatores teóricos considerados. Na última seção, apresentamos nossas considerações finais.

Construção argumentativa no gênero editorial

O editorial, como gênero do discurso jornalístico, é definido como um texto de natureza opinativa, que expressa o ponto de vista oficial da empresa acerca de fatos relevantes e de grande repercussão na sociedade e do interesse dos leitores (MELO, 1985; VIEIRA, 2009, entre outros). Essa também é a visão de Marchesani (2008), segundo a qual a instituição jornalística apresenta oficialmente suas opiniões no editorial, apresentando as opiniões de diferentes segmentos da sociedade que o jornal deseja ou precisa tornar públicas em outros gêneros, como comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, até mesmo, artigo. Segundo Mont'Alverne; Marques (2015), no discurso jornalístico,

O texto opinativo, portanto, é visto como uma forma de o jornal cumprir com seu dever junto ao leitor, oferecendo a ele um modo de compreender o mundo, em oposição ao conteúdo informativo, cuja função – pelo menos em princípio – seria apresentar a realidade, sem interferir nos fatos (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 125).

Mont'Alverne e Marques (2015) afirmam que, ainda que as empresas jornalísticas se apresentem, frequentemente, como neutras, objetivas e imparciais, o processo de coleta, elaboração e distribuição de conteúdos informativos é influenciado, dentre outros elementos, pelos princípios, compromissos e interesses dos profissionais envolvidos na produção do conteúdo jornalístico. Exemplo disso é a escolha das pautas e das fontes, que pode servir para confirmar uma tese defendida pelo periódico. Para os autores, o editorial é o gênero em que o jornal pode pressionar o poder público, colocar assuntos na pauta coletiva de discussões e serve para ilustrar a tensão que há entre interesses públicos e privados no jornalismo. Além disso, “é no texto editorial que o jornal – de forma explícita – sai de uma condição de imparcialidade (reivindicada na seção de notícias) e assume ter posições acerca

dos mais diversos temas de concernência pública” (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 127-128).

Sob a avaliação de Melo (1985), alguns atributos recorrentes no editorial servem para caracterizá-lo. Esses atributos são a impessoalidade, já que não se trata de uma matéria assinada; a topicalidade, dada a necessidade de se tratar de um tema específico; a condensabilidade, apresentação de poucas ideias, e a plasticidade, isto é, uma postura flexível, maleável e não dogmática. Para Melo (1985), o conjunto de reflexões que guiam a produção de um editorial insere-se em amplo contexto político, social e econômico, de modo que a instituição jornalística precisa desempenhar a árdua tarefa de equilibrar, semanticamente, os interesses conflitantes, razão pela qual determinar o público-alvo da argumentação desenvolvida no texto é bastante complexa, pois o editorial é dirigido a toda a sociedade. Para Alves Filho (2006), no editorial, deve buscar-se a impessoalidade tanto na abordagem temática quanto nas estratégias de argumentação, já que deve sobressair-se a voz da empresa. Por outro lado, nos textos jornalísticos, a divisão entre opinativos e não opinativos não é estanque, visto que os gêneros jornalísticos são complementares e “o texto opinativo pode se utilizar de recursos, a princípio, concernentes às produções informativas” (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 126).

Não há dúvidas de que o editorial é um elemento que dá visibilidade à posição social assumida por determinada instituição jornalística, uma vez que evidencia os valores, as crenças, as ideologias e os posicionamentos políticos por ela defendidos. Contudo, as relações entre os campos político, econômico, social e a credibilidade da instituição está sujeita a acomodações e tensões. Mont’Alverne; Marques (2015, p. 123) argumentam que “as empresas de comunicação não fazem uma mera mediação entre os agentes políticos e a audiência”, uma vez que entram em cena interesses públicos e privados, trabalhadores e empresas de comunicação, concorrência por audiência, entre outros, e a própria credibilidade da instituição. Por outro lado, a submissão

do jornalismo a outros interesses subjetivos pode deslegitimar a instituição e/ou o jornalista responsável pelo conteúdo, ou seja, infringir as regras do jornalismo isento e responsável em detrimento de compromissos econômicos ou políticos resulta em prejuízos ao jornalista em particular e à instituição à qual está vinculado, tendo como consequência a perda da credibilidade (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015; MIGUEL, 2002).

Por se tratar de um texto opinativo, que se caracteriza não apenas por fornecer dados e opiniões, o editorial apresenta-se como uma manifestação textual-discursiva importante para se investigar a argumentação, tendo sido objeto de investigação tanto na área do jornalismo como na área dos estudos linguísticos. Nesse viés, entram em cena os estudos sobre argumentação e modalidade, uma vez que o editorial, saindo da condição de imparcialidade requerida no discurso jornalístico, volta-se para o convencimento do público leitor, instaurando um empreendimento argumentativo, o que propicia espaço para reflexões acerca dos modalizadores e das tipologias de domínios modais nele presentes.

Modalidade na construção argumentativa

Embora o estudo da modalidade linguística tenha uma intersecção com os estudos da modalidade na visão lógica, as pesquisas que se interessam pelo tema postulam que é necessário opor o plano da lógico-proposicional ao plano da manifestação linguística da modalidade. Neves (2006) esclarece que a Lógica se interessa em estudar a estrutura formal dos enunciados modalizados em termos de seu valor de verdade, independentemente do falante e do contexto de uso em que tais marcas ocorrem. A Linguística, por outro lado, preocupa-se com as línguas naturais, o que significa dizer que o estudo da modalidade deve inserir-se no quadro do uso, o que implica considerar a relação entre expressão linguística modalizadora e evento comunicativo. A moda-

lidade, nessa visão discursivo-pragmática, passa a ser vista como “a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora se comprometendo, ora se afastando, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere” (CORACINI, 1991, p. 113).

Na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a modalidade é classificada conforme dois parâmetros: o *alvo* e o *domínio*. O primeiro fator estabelece três subtipos de modalidade: (i) *modalidade orientada para o participante*, que diz respeito à relação entre um participante e a realização potencial de um evento; (ii) *modalidade orientada para a proposição*, que se refere ao comprometimento do falante com a verdade da proposição; (iii) *modalidade orientada para o evento*, que concerne à avaliação de realidade de um evento descrito no enunciado. Conforme essa perspectiva, a modalidade orientada para o participante e a orientada para o evento são denominadas *objetivas*, e a orientada para a proposição é denominada *subjetiva*.

O segundo parâmetro estabelecido por Hengeveld e Mackenzie (2008), o domínio da avaliação modal, distingue cinco subtipos de modalidade: (i) *modalidade facultativa (ou dinâmica)*, (ii) *modalidade deontica*; (iii) *modalidade volitiva*; (iv) *modalidade epistêmica*; (v) *modalidade evidencial*. A modalidade facultativa tem relação com as capacidades intrínsecas ou adquiridas do falante. A modalidade deontica refere-se ao que é legal, moral e socialmente admitido. A modalidade volitiva diz respeito ao que é desejável. A modalidade epistêmica concerne ao conhecimento que o falante tem sobre o mundo propriamente dito. A modalidade evidencial indica a fonte da informação contida em um enunciado. A combinação entre os três subtipos do alvo com os cinco subtipos referente ao domínio, resulta, segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), em 10 subtipos de modalidade. Para fins analíticos, esta pesquisa foca nos subtipos modais epistêmico e deontico, tendo em vis-

ta que ambas as modalidades são as mais frequentes nos editoriais analisados.

A modalidade epistêmica, que se refere ao eixo do conhecimento, pode, segundo Neves e Dall’Aglío-Hattner (2002), ser definida em: (i) *objetiva*, quando se situa no nível da predicação (função representacional) e permite ao falante avaliar a veracidade do conteúdo informado a partir do conhecimento de mundo que tem, sem se comprometer com o que assevera; e (ii) *subjetiva*, quando se situa no nível da proposição (nível interpessoal) e diz respeito ao fato de o falante se colocar como fonte da informação, apresentando seu comprometimento com relação à veracidade do conteúdo proposicional, sendo assim, inquestionável. Além disso, Neves (2006, p. 172) postula que a avaliação epistêmica está situada “em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde se encontra o (absolutamente) certo, se estende pelos indefinidos graus do possível” (graus de certeza). Esse jogo da modalidade epistêmica, segundo a autora, manifesta as seguintes gradações de possibilidade, independentemente de o enunciado se localizar ou não no eixo dos participantes do evento: i) no extremo da certeza, precisão; ii) no campo da não certeza, imprecisão. Ao considerar a fonte do conhecimento, o falante pode apoiar-se: iii) na certeza, na evidência; iv) na não-certeza, na aparência.

A modalidade deôntica, que diz respeito ao eixo da conduta, situa-se, conforme Pessoa (2011), no nível da predicação (função representacional) e tem relação com o modo como o falante concebe um estado de coisas de acordo com uma escala de permissividade (que se define entre os eixos do proibido e do obrigatório, passando pelo eixo do permitido), tendo em vista normas legais, morais e sociais. Todavia, essa autora chama a atenção para o fato de que a modalidade deôntica pode prestar-se também a uma função interpessoal, uma vez que os modalizadores deônticos podem assumir uma função subjetiva ligada ao desejo do falante de modificar a informação pragmática de seu interlocutor. No que concerne às características da modalidade

deôntica, Pessoa (2011) ressalta, apoiada em Lyons (1977), que esse subtipo modal apresenta as seguintes propriedades: (i) ligação intrínseca com a futuridade e (ii) reconhecimento de uma fonte, que instaura os valores deônticos; e um alvo (agente), sobre o qual os valores deônticos instaurados recaem.

No que se refere à relação entre modalidade e construção argumentativa em diferentes práticas discursivas, vários estudos (ALVES, 2010; MENEZES, 2011; PESSOA, 2011; CARRASCOSSI, 2013) têm demonstrado que a modalidade exerce importante função textual-discursiva em textos de natureza argumentativa, colaborando para a construção argumentativa dos textos, seja no posicionamento argumentativo assumido, no grau de comprometimento em relação aos conteúdos enunciados, na adesão às teses defendidas, na diluição de responsabilidades atribuídas e na contra-argumentação, como uma forma de negociação de pontos de vista. Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir com esses estudos, mostrando como a modalidade atua no jogo argumentativo em editoriais da Folha de São Paulo sobre as polêmicas geradas no e/ou pelo governo Bolsonaro. Na seção a seguir, apresentamos os aspectos metodológicos que orientam a investigação da modalidade nesta pesquisa.

Metodologia

Nosso *corpus* é composto por 74 editoriais do jornal Folha de São Paulo, coletados no período de fevereiro a maio de 2020, que têm como foco de discussão questões relativas ao governo Bolsonaro, sobretudo no que diz respeito à crise do coronavírus e à política socioeconômica e externa do Estado. Foram coletados os modalizadores deônticos e epistêmicos empregados nos textos, considerando-os, como procedimentos de coleta das ocorrências, os meios de expressão mais prototípicos das modalidades como ferramenta de busca, quais sejam: verbos, advérbios, adjetivos em posição predicativa e substantivos. Para

a quantificação dos dados, usamos o programa *IBM SPSS Statistics* versão 22 para Windows, que é uma ferramenta de pesquisa quantitativa. No que diz respeito aos parâmetros de análise, delimitamos, baseados na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, categorias contextuais, interpessoais, representacionais e morfossintáticas.

No nível contextual, adotamos dois parâmetros de análise. O primeiro diz respeito ao **posicionamento do jornal** Folha de São Paulo acerca das diferentes temáticas relacionadas ao governo Bolsonaro: favorável ou contrário. O segundo tem relação com a **distribuição dos marcadores modais** na estrutura argumentativa do editorial: na tese, nos argumentos ou na conclusão.

No nível interpessoal, no que se refere à modalidade deôntica, consideramos a **posição do enunciador**: inclusão (quando o enunciador se insere no valor deôntico) e não inclusão (quando o valor deôntico recai apenas sobre outrem), conforme preconizado por Pessoa (2011). No que concerne à modalidade epistêmica, analisamos os enunciados do ponto de vista do **comprometimento**, baseado em Hengeveld (1988): comprometimento, quando o falante expressa seu (des)comprometimento em relação à verdade da proposição, e não comprometimento, quando o falante avalia o estado de coisas sem deixar, no enunciado, marcas de sua relação pessoal com o que assevera.

No nível representacional, referente à modalidade deôntica, definimos os seguintes parâmetros: o tipo de fonte e o tipo alvo. Com relação ao **tipo de fonte**, consideramos a tríade: indivíduo (o enunciador ou uma terceira pessoa reportada pelo enunciador¹), instituição e não especificado (quando a fonte da avaliação deôntica não é indicada e o que está em jogo é o valor deôntico). No que se refere ao **tipo de alvo**, estabelecemos três subcategorias, conforme Menezes (2011): direta-

1 Embora Pessoa (2011) faça a distinção entre “indivíduo 1ª pessoa” e “indivíduo 3ª pessoa”, optamos por não fazer essa diferenciação, haja vista que, na análise dos dados, encontramos apenas duas ocorrências de “indivíduo 1ª pessoa”, em citações diretas feitas pelo jornal, ao reportar a fala do presidente Jair Bolsonaro.

mente (quando o alvo é um indivíduo, mencionado pelo nome ou pelo cargo que ocupa), indiretamente (quando o alvo é um indivíduo, mencionado pelo grupo que pertence ou pela esfera pública ou privada de que faz parte) ou não indicado (quando o alvo não é especificado e a ênfase da expressão modalizadora recai sobre a proibição, a obrigação ou a permissão). No que se refere à modalidade epistêmica, consideramos os parâmetros de Marino Neto (2006), que considera os seguintes **graus de modalização**: certo, possível/provável e incerto. Com relação aos subtipos epistêmicos, consideramos a **subdivisão da modalidade epistêmica** em: objetiva e subjetiva (LYONS, 1977).

No nível morfossintático, consideramos os seguintes **meios de expressão**, conforme postulado por Neves (2006): verbos auxiliares modais, verbos plenos indicadores de opinião, crença ou saber; advérbios, adjetivos em posição predicativa e substantivos.

Discussão dos resultados

Considerados os procedimentos metodológicos adotados e as categorias de análise descritas, conforme a seção anterior, esta parte dedica-se à análise e à discussão dos dados, do nível contextual para o nível morfossintático, como previsto na GDF. Foram coletadas 222 ocorrências de uso de modalizadores deônticos e epistêmicos. Na modalidade deôntica, constatamos 105 ocorrências, que correspondem a 47,3% do total. Já na modalidade epistêmica, encontramos 117 modalizadores, o que corresponde a 52,7% do total. Apesar de uma diferença pequena entre os subtipos modais, os dados revelam que, no gênero editorial, o uso de modalizadores epistêmicos tende a ser mais recorrente. Acreditamos que a modalidade epistêmica está mais presente nesse gênero por ter relação com a manifestação da opinião, das crenças e dos valores do editor do jornal em relação ao Governo Bolsonaro, conforme postulado por Melo (1985), Vieira (2009) e Mont'Alverne, Marques (2015). As ocorrências (01) e (02), a seguir,

ilustram, respectivamente, exemplos de uso da modalidade deôntica e epistêmica no *corpus* analisado:

(1) “Equipes técnicas da Saúde e da área econômica **deveriam** liderar a gestão da crise...” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Presidente, retire-se*, 26/03/2020).

(2) “Em política, perdoe-se o lugar-comum, toda crise é uma oportunidade. Não haveria de ser diferente com essa que **talvez** seja a maior emergência sanitária que o país enfrentou na sua história recente, a pandemia do coronavírus.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Vírus eleitoral*, 23/03/2020).

Na ocorrência (1), podemos notar o uso do modalizador deôntico expresso pelo verbo auxiliar modal no nível da predicação, em que o editorial da Folha se refere à obrigação das equipes do Estado em liderar a gestão da crise provocada pelo coronavírus. Já na ocorrência (2), a marca modal recai sobre a proposição por meio de um advérbio de dúvida, em que o jornal busca não se comprometer com o que é informado a respeito da pandemia do coronavírus. Nesse sentido, a estratégia argumentativa é mostrar a opinião acerca do assunto, manifestando, mesmo com um baixo nível de comprometimento, a avaliação do enunciador sobre a emergência sanitária provocada pelo coronavírus. Ao imprimir baixo comprometimento ao enunciado, o articulista ganha em credibilidade, pois deixa para o leitor a tarefa da concordância ou da discordância com o fato de ser (ou não) a maior crise sanitária que o país enfrentou em sua história recente. Conforme Mont’Alverne e Marques (2015), nos textos jornalísticos, não há uma divisão estanque entre o que é opinativo e o que é meramente informação, visto que as opiniões presentes no editorial podem encontrar respaldo nas notícias nele veiculadas. Sob esse ponto de vista, o “talvez” joga para o leitor a tarefa de conhecer, por meio de dados do cotidiano, que, de fato, trata-se de uma pandemia de grandes proporções.

No que diz respeito ao componente contextual, apresentamos, nas tabelas 01 e 02, a seguir, os resultados referentes a esse nível. Na Tabela 01, são apresentados os resultados acerca do posicionamento do jornal Folha de São Paulo a respeito das temáticas tratadas nos editoriais sobre o governo Bolsonaro. Há de se considerar que o posicionamento é um procedimento argumentativo esperado no editorial, pois este gênero “inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos” (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 128).

Tabela 01 – Posicionamento do jornal nos editoriais

Posicionamento do jornal Folha de S. Paulo	Favorável	Contrário	Total
Nº de ocorrências/Percentual	19/8,6%	203/91,4%	222/100%

Fonte: autores

O posicionamento do jornal Folha de São Paulo nos editoriais se mostra, em sua maioria, contrário às atitudes e às ações do governo do presidente Jair Bolsonaro, figurando 203 ocorrências no *corpus*, o que equivale a 91,4% do total, enquanto o jornal só se mostra favorável ao governo em 19 casos, o que corresponde a 8,6% da totalidade. Na ocorrência (05), adiante, podemos notar um dos poucos exemplos em que há um posicionamento favorável à situação da colocação de Regina Duarte ao cargo de Secretária da Cultura, quando o jornal afirma “Regina Duarte **parece** reunir qualidades necessárias para ao menos apaziguar o setor e conter a irracionalidade da gestão governamental”.

Quanto à distribuição dos modalizadores na estrutura argumentativa do editorial, os dados revelam que eles se concentram, com maior frequência, na apresentação dos argumentos que sustentam ou refu-

tam a tese inicial. Na Tabela 02, expomos os resultados referentes à expressão das modalidades na estrutura argumentativa dos editoriais:

Tabela 02 – Distribuição da modalidade na estrutura argumentativa

Estrutura argumentativa	Tese	Argumentos	Conclusão	Total
Nº de ocorrências/ Percentual	44/19,8%	132/59,5%	46/20,7%	222/100%

Fonte: os autores

A Tabela 02 revela que o uso dos modalizadores deônticos e epistêmicos são mais recorrentes na argumentação dos editoriais, com 132 ocorrências, que equivalem a 59,5%, mais da metade do total dos dados. No que diz respeito à conclusão, os modalizadores apareceram em 46 casos, com 20,7% do total. Na tese, atestamos 44 ocorrências, o que corresponde a 19,8% dos casos analisados. Esses dados mostram que, em vista do caráter argumentativo do gênero editorial, bem como pontua Teixeira e Fuzer (2011), os modalizadores funcionam como estratégias de argumentação para sinalizar a intenção argumentativa do enunciador, bem como suas opiniões. Sendo assim, é esperado que os modalizadores se apresentem com mais recorrência nos argumentos dos editoriais, com o propósito de dar sustentação ou refutação à tese defendida no texto.

No que se refere à posição do enunciador, categoria do nível interpessoal relacionada à modalidade deôntica, atestamos, na análise dos dados, que a não inclusão se apresentou como regra categórica, uma vez que não encontramos marcas modais em que o enunciador se inclui nos valores deônticos instaurados. Isso tem relação com o fato do editorial ser um gênero escrito em terceira pessoa. Por outro lado, considerando-se que o jornal se mostrou frequentemente contrário às atitudes e às ações do governo, o distanciamento pela não inclusão ganha saliência argumentativa e efeitos de imparcialidade. A ocor-

rência (03) apresenta um caso de não inclusão do enunciador, em que podemos perceber que o jornal apresenta vários alvos deônticos, entretanto, não se inclui como um dos alvos sobre o qual recai o valor deôntico das obrigações que a população tem de cumprir ([...] *pagar as contas no fim do mês...*).

(03) “De fato, o Brasil passa pelo desafio de uma geração – *a dos confinados*, que **têm de** pagar as contas no fim do mês; a de seus filhos, isolados em casa; a dos idosos, privados do convívio familiar e social; a dos empobrecidos pela quarentena; a dos que vivem em condições subumanas em favelas.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Procura-se estadista*, 02/04/2020).

Ainda no nível interpessoal, a Tabela 03, a seguir, revela os resultados referentes ao grau de comprometimento da Folha de São Paulo a partir do uso dos modalizadores epistêmicos:

Tabela 03 – O grau de comprometimento epistêmico no nível interpessoal

Grau de comprometimento	Comprometimento	Não comprometimento	Total
Nº de ocorrências/ Percentual	44/37,6%	73/62,4%	117/100%

Fonte: os autores

Nos dados da Tabela 03, podemos perceber que, com relação ao grau de comprometimento do jornal Folha de São Paulo na modalidade epistêmica, o alto grau de comprometimento não ocorreu, o que pode ter relação com o fato de os enunciados epistemicamente modalizados apresentarem-se como citações, inferências ou opiniões respaldadas em evidências ou fatos, em um texto que se caracteriza pelo uso da terceira pessoa. O médio grau de comprometimento registrou 44 ocorrências, o que corresponde a 37,6%. Por sua vez, o baixo grau

de comprometimento, o mais recorrente, apresentou 73 ocorrências, cuja frequência é de 62,4% do total. Esses dados revelam, ao nosso ver, uma característica do gênero editorial, para expressar, de forma mitigada, os posicionamentos relativos aos acontecimentos de relevância social. Tratando-se de argumentação, estratégias de médio e baixo comprometimento orientam o leitor no sentido de que ele “aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal” (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Em outras palavras, ao relevar médio e baixo comprometimento em relação aos conteúdos que assevera, o jornal ganha em credibilidade. As ocorrências (04) e (05), adiante, exemplificam, respectivamente, os graus médio e baixo de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos:

(04) “*Por sua trajetória*, Regina Duarte **parece** reunir qualidades necessárias para ao menos apaziguar o setor e conter a irracionalidade da gestão governamental. Todavia, como se vê, o sucesso desse casamento não dependerá apenas dela.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *A carta de Regina*, 06/03/2020).

(05) “*Pelos dados até aqui coletados*, cerca de 15% das pessoas contaminadas terminam por desenvolver quadros graves, que **podem** acarretar a necessidade de cuidados hospitalares, e 5% atingirão estado crítico, necessitando de suporte ventilatório em leitos de UTI.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Calamidade*, 19/03/2020).

De acordo com Nogueira (2011), o nível de comprometimento pode ser analisado com base na relação entre os conteúdos enunciados, as indicações das fontes e os graus de certeza com que são proferidos. Na ocorrência (04), o editor expressa sua opinião por meio do verbo epistêmico-evidencial “parecer”, relativizando o grau de comprometimento no que diz respeito à verdade da proposição, que é apresentada como uma inferência (uma suposição inferencial). Já em (05), temos um caso de baixo comprometimento, pois o jornal reporta dados acer-

ca do coronavírus e, a partir deles, avalia a probabilidade de ocorrência do estado de coisas descrito na proposição.

Os resultados referentes às categorias do nível representacional da modalidade deôntica são exibidos nas Tabelas 04 e 05 a seguir. Em se tratando da fonte deôntica mais utilizada nos editoriais, a Tabela 04 distingue os percentuais referentes às três subcategorias adotadas neste estudo: “indivíduo”, “instituição” e “não especificado”. Vejamos:

Tabela 04 – A fonte deôntica no nível representacional

Fonte deôntica	Indivíduo	Instituição	Não especificado	Total
Nº de ocorrências /Percentual	12/11,4%	34/32,4%	59/56,2%	105/100%

Fonte: os autores

A tabela acima mostra que, dentre as fontes deônticas analisadas, a fonte não especificada é a mais recorrente, com 59 ocorrências, equivalentes a 56,2% do total. Em segundo lugar, a fonte instituição, com 34 ocorrências e percentual de 32,4%. Em menor quantidade está a fonte indivíduo, com apenas 12 ocorrências, que equivalem a 11,4%. Os dados revelam um baixo nível de comprometimento do jornal, visto que o tipo de fonte não especificada “serve para dar ao enunciado um caráter de verdade consensualmente aceita, não sendo, portanto, o enunciador responsável ‘diretamente’ pelo que é dito” (PESSOA, 2007, p. 100). As ocorrências (06), (07) e (08), apresentam, respectivamente, um exemplo de quando a fonte deôntica é não especificada, quando é uma instituição e quando é um indivíduo:

(06) “As ondas de contágio e fatalidades, que se concentram agora nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio, começam a caminhar para outras regiões. **É preciso** planejamento e concatenação entre autoridades para lidar com esse espectro de picos epidêmicos em diferen-

tes estágios ao longo do território brasileiro durante meses.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Presidente, retire-se*, 26/03/2020).

(07) No critério geral da OMC, os governos **devem** descontinuar investigações para a imposição de restrições comerciais se os subsídios detectados forem inferiores a 1% das compras. Quando o caso envolve nações consideradas em desenvolvimento, o limite sobe para 2%. (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Negócios à parte*, 15/02/2020).

(08) Como *Moraes* argumentou em sua decisão, nomeações para cargos públicos **devem** respeito não apenas às formalidades legais, mas também aos princípios de impessoalidade, moralidade e interesse público inscritos na Constituição. (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Desvio de Finalidade*, 29/04/2020).

A ocorrência (06) ilustra a fonte deôntica não especificada, que aparece a partir do modalizador deôntico *é preciso*. A fonte em questão não é especificada, pois saber que é necessário planejamento e concatenação para lidar com algo é uma informação já compartilhada socialmente, ou seja, do domínio comum. Essa estratégia argumentativa, embora de baixo comprometimento em termo de modalidade, apela para o que é tácito e consensualmente aceito, para conquistar a adesão do leitor, isto é, trata-se de uma obviedade que não se espera ser contrariada ou inobservada. Na ocorrência (07), verificamos uma obrigação deôntica estabelecida por uma instituição, no caso a OMC, que se apresenta como fonte desse valor deôntico, cujo alvo são os governos. Nesse caso, a adesão do leitor se dá pelo despertar da obrigatoriedade institucional, que deve ser observada. Já na ocorrência (08), o jornal reporta um conteúdo proposicional de fonte externa para especificar uma obrigação legal em relação à nomeação de agentes públicos. Ao reportar uma autoridade do Poder Judiciário (“Moraes”), o jornal evoca efeitos de credibilidade (“argumento de autoridade”), e, conseqüentemente, conduz seu “auditório” à adesão à tese defendida.

No que se refere ao alvo deôntico, os resultados da Tabela 05, a seguir, mostraram-se bastante similares aos da fonte deôntica.

Tabela 05 – O alvo deôntico no nível representacional

Alvo deôntico	Diretamente	Indiretamente	Não indicado	Total
Nº de ocorrências /Percentual	28/26,7%	46/43,8%	31/29,5%	105/100%

Fonte: os autores

O alvo mais recorrente são os mencionados indiretamente, com 46 ocorrências (43,8%). Em seguida, aparecem os alvos não indicados, com 31 ocorrências (29,5%). O menos frequente foram os alvos mencionados diretamente, com 28 ocorrências (26,7%). Nesse caso, os dados mostram que o jornal utiliza os modalizadores como estratégia de descomprometimento, não os citando direta ou individualmente. As ocorrências (09), (10) e (11), ilustram, respectivamente, um caso de um alvo deôntico citado indiretamente, um alvo deôntico não indicado e um alvo citado diretamente:

(09) “Em todos os países, *as autoridades têm o dever de* mitigar os impactos econômicos da pandemia de Covid-19.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Como gastar na crise*, 17/03/2020).

(10) “Novas medidas de alívio tributário e facilitação do crédito **devem** ser consideradas, em especial para micro e pequenas empresas.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Descompasso*, 24/03/2020).

(11) “*Bolsonaro deveria* saber que número fraco da economia significa país empobrecido.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *O que é PIB?*, 05/03/2020).

A ocorrência (09) apresenta um alvo que é mencionado indiretamente, pois o jornal não explicita os indivíduos pelo nome, mas pela referência à esfera pública que integram, no caso “as autoridades”.

Já na ocorrência (10), o alvo não é indicado, pois a ênfase está na obrigação do modalizador deôntico “dever”, e não sobre um alvo específico. Em oposição, na ocorrência (11), o alvo é mencionado de maneira direta, ou seja, pelo seu nome (*Bolsonaro*). Nessa ocorrência, o jornal faz uma crítica direta ao chefe de Estado, que teria obrigação de saber da relação entre economia fraca e conseqüente empobrecimento do país, apresentando-o diretamente como alvo dessa obrigação. Além disso, o uso do modo *irrealis* do verbo deôntico sugere certa incompatibilidade com a atribuição do cargo que exerce.

A Tabela 06, adiante, registra os dados acerca dos graus de certeza referentes à modalidade epistêmica, categoria relevante no nível representacional:

Tabela 06 – Os graus de certeza no nível representacional

Grau de certeza	Certo	Possível/ Provável	Incerto	Total
Nº de ocorrências /Percentual	41/35%	69/59%	7/6%	117/100%

Fonte: os autores

De acordo com a tabela acima, com relação aos graus de certeza, podemos perceber que, em uma escala do certo ao incerto, a noção de possível/provável foi a mais frequente, com 69 ocorrências (59%). Em segundo lugar, está a noção de certeza, com 41 ocorrências (35%). Por fim, com apenas 7 casos, aparece a noção de incerteza, que equivale a 6% do total. As ocorrências (12), (13) e (14) ilustram exemplos do uso da modalidade epistêmica ligadas, respectivamente, às noções de “possível/provável”, “certo” e “incerto”:

(12) “**Talvez** já antevendo dificuldades, Regina sublinhou, em seu pronunciamento, a promessa presidencial de que teria ‘carta branca’ para

escolher os integrantes da secretaria.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *A carta de Regina*, 06/03/2020).

(13) “O vice-presidente, Hamilton Mourão, buscou aplacar o mal-estar afirmando que as declarações de um deputado não refletem a opinião do governo. Na contramão desse esforço, e **certamente** em busca de agradar ao chefe, o chanceler Ernesto Araújo divulgou nota em que pediu a retratação do embaixador chinês.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Negócio da China*, 20/03/2020).

(14) “**Não se sabe** ainda o que revelarão as investigações acerca de atos de Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados, mas o presidente **decerto** as teme.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Pedágios do centrão*, 10/05/2020).

A ocorrência (12) mostra um exemplo do uso da modalidade epistêmica por meio de um advérbio de dúvida. Pelo uso de “talvez”, o estado de coisas “antever dificuldades” é apresentado como possível/provável, dado o conhecimento que o jornal presume que a atriz Regina Duarte tem sobre os problemas relacionadas à Secretaria da Cultura no governo Bolsonaro. Na ocorrência (13), por meio do advérbio “certamente”, o estado de coisas “em busca de agradar o chefe” é considerado como certo por parte do jornal, que avalia a atitude do chanceler como submissa; além disso, o jornal revela, pela oposição de fatos, a desarmonia entre os membros do governo. Já na ocorrência (14), a negação do verbo “saber” não cumpre simplesmente a função precípua de negação de um determinado estado de coisas, como atribuição do grau máximo de incerteza, mas tem a função argumentativa de criar uma expectativa semântica acerca de seu escopo (*que revelarão as investigações acerca de atos de Jair Bolsonaro*), uma vez que o emprego do modalizador “decerto”, em construção adversativa no mesmo período, desperta no leitor a certeza da apreensão do presidente com relação às investigações em curso. O jogo com os graus de incerteza/certeza em relação a um determinado conteúdo proposi-

cional diz respeito à orientação argumentativa pretendida no gênero editorial, já que, em razão de seu caráter argumentativo/persuasivo, tem forte intervenção na formação da opinião pública dos cidadãos, conforme Pinto (2016).

No que concerne ao subtipo epistêmico (subjeto e objetivo), categoria pertinente também no nível representacional, atestamos que os modalizadores epistêmicos objetivos predominam no *corpus* analisado, com 73 ocorrências (62,4%), ao passo que as marcas epistêmicas subjetivas ocorrem em 44 ocorrências (37,6%). Esse dado indica que, nos editoriais analisados, a expressão do posicionamento do jornal se dá de forma mais objetiva e pautada na avaliação de fatos e evidências, sem o comprometimento direto do jornal com o conteúdo asseverado. Vale lembrar que a Tabela 06, anteriormente apresentada, demonstra que a avaliação modal epistêmica se dá, mais frequentemente, no campo da certeza, o que confere ao texto sua credibilidade no sentido de que há uma tendência de se apresentar as asseverações como verdadeiras. As ocorrências (15), (16) e (17), a seguir, ilustram, respectivamente, um caso de modalidade epistêmica subjetiva, um caso de modalidade epistêmica objetiva no campo da certeza e uma no campo da possibilidade:

(15) “**Não parece** ser coincidência que, entre as dez nações com maior número de mortes, apenas o Brasil de Jair Bolsonaro e os EUA de Donald Trump não tenham adotado políticas de alcance nacional.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *A noção do essencial*, 13/05/2020).

(16) “A medida tomada na semana passada **certamente contribuirá** para obstruir ainda mais os canais de que o Itamaraty dispõe para dialogar com os venezuelanos.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Portas Fechadas*, 09/03/2020).

(17) “**Talvez** só o temor de um processo de impeachment **possa** deter a perigosa aventura.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Limite a Bolsonaro*, 26/02/2020).

Em (15), por meio do verbo “parecer”, o enunciador apresenta uma inferência baseada no conhecimento que tem sobre o alinhamento ideológico e político que existe entre os governos de Bolsonaro e Donald Trump em relação às políticas de enfrentamento da crise do coronavírus, propondo, dessa forma, uma relação de não coincidência entre tais políticas e as altas estatísticas acerca do número de mortes provocadas pelo coronavírus. A natureza subjetiva desse item decorre do fato de o conteúdo proposicional apresentado revelar, além de uma inferência, o grau de comprometimento do enunciador com a verdade da proposição. Já na ocorrência (17), o jogo entre um modalizador epistêmico de dúvida (“talvez”) e um verbo modal (“poder”) expressa, argumentativamente, uma relação de causa e consequência, decorrente da possibilidade entre dois estados de coisas: a possibilidade de temor de um impeachment e uma possível mudança de postura do presidente, o que, mais uma vez, contribui para o campo da formação da opinião pública (PINTO, 2016).

Na Tabela 08, a seguir, podemos verificar o percentual referente aos meios de expressão das modalidades no *corpus*:

Tabela 08 – Meios de expressão da modalidade no *corpus*

Meio de expressão	Nº de ocorrências	Percentual
Verbo auxiliar modal	122	55%
Verbo pleno (indicador de opinião, crença ou saber)	44	19,8%
Advérbio	20	9%
Adjetivo em posição predicativa	26	11,7%
Substantivo	10	4,5%
Total de Ocorrências	222	100%

Fonte: os autores

Na tabela acima é possível perceber que o meio de expressão mais frequente dos modalizadores deônticos e epistêmicos são os verbos auxiliares modais, com 122 ocorrências, que correspondem a 55% dos dados, mais da metade do total. Isso mostra que os verbos modais constituem marcas típicas de expressão do domínio modal; além disso, a polissemia desses verbos favorece o uso dessas expressões na manifestação das modalidades epistêmica e deôntica (NEVES, 2006). Em segundo lugar, aparecem os verbos plenos que são os indicadores de opinião, crença ou saber, com 44 ocorrências, equivalentes a 19,8% do total. Esses verbos são característicos da modalidade epistêmica. Em terceiro lugar, estão os adjetivos em posição predicativa, com 26 ocorrências, o que corresponde a 11,7%. Em seguida, os advérbios aparecem com 20 ocorrências, equivalentes a 9% do total. Na maioria dos casos, os advérbios funcionam como modalizadores relacionados à manifestação de graus de certeza do produtor textual. Por último, estão os substantivos, com 10 ocorrências (4,5% do total). As ocorrências (18), (19), (20), (21) e (22) ilustram, respectivamente, um caso de modalização expressa por um verbo auxiliar modal, um verbo pleno, um advérbio, um adjetivo em posição predicativa e um substantivo:

(18) “Os Estados nacionais **podem** e **devem** endividar-se agora para aplacar os impactos de recessões, mas cumpre lembrar que toda a sociedade terá de arcar com o doloroso ajuste orçamentário posterior.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *O custo da pandemia*, 29/03/2020).

(19) “Novamente, o dado demanda reavaliação mais aprofundada, mas sugere que o dano à imagem presidencial evidenciado pelos painéis em áreas que votaram em Bolsonaro **parece** estar se enraizando.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Vírus eleitoral*, 23/03/2020).

(20) “A medida tomada na semana passada **certamente** contribuirá para obstruir ainda mais os canais de que o Itamaraty dispõe para dialogar com os venezuelanos. Além disso, e pior, ameaça deixar sem am-

paro os brasileiros que vivem sob a derrocada do regime.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Portas fechadas*, 09/03/2020).

(21) “Também é **necessário** abrir espaço para que os bancos possam proporcionar liquidez a empresas e consumidores.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Como gastar na crise*, 17/03/2020).

(22) “É **verdade** que o governo concedeu o que foi propagandeado como um “13º salário” à clientela, mas a medida valeu apenas para 2019 – e o Executivo tem se oposto a propostas do Legislativo para torná-la permanente.” (Jornal Folha de S. Paulo, editorial *Pobres na fila*, 01/03/2020).

Em (18), a modalização é expressa por meio de dois verbos auxiliares modais “poder” e “dever”, que, segundo Neves (2006), são os mais prototípicos da modalidade epistêmica e deôntica. Nessa ocorrência, a estratégia argumentativa de convencimento do leitor é acionar diferentes valores deônticos em um mesmo enunciado: o verbo auxiliar “poder” indica capacidade, e o modal “dever” designa obrigação, ambos tendo por escopo o predicado “endividar-se”. Nessa ocorrência, o enunciador destaca, no seu argumento, a responsabilidade dos estados (alvo dos valores deônticos), deixando claro que cabe a eles não apenas a capacidade, mas a obrigação de endividar-se para aplacar os danos econômicos gerados pela pandemia. Esse jogo com os valores semânticos de ambos os verbos tem implicações práticas: por um lado, o jornal deixa claro que não está delegando responsabilidades aos estados que lhe sejam estranhas ou que estejam limitadas por alguma razão; por outro, invoca o dever de cumprir com essa responsabilidade. Assim, ainda que a empresa jornalística tenha defendido em outras publicações maior controle dos gastos e liberalismo na economia, leva o leitor a concordar que, neste momento, a situação requer outra atitude. Na ocorrência (19), temos um verbo indicador de opinião – “o parecer” – que recai sobre a predicação e está funcionando como modalizador epistêmico para indicar a opinião do jornal com relação ao fato

de a imagem negativa de Bolsonaro “estar se enraizando”. Nesse caso, a estratégia argumentativa evidenciada pelo epistêmico “parecer” é emitir opinião ancorada em fatos e notícias, uma inferência, já que a existência de painéis em áreas que antes apoiavam o presidente é um fato e isso tem se tornado irreversível: “parece estar se enraizando”. Em (20), o advérbio “certamente” recai sobre a proposição e age como intensificador do valor modal epistêmico (MENEZES, 2011); tem o propósito argumentativo de marcar o grau de certeza do jornal em relação ao conteúdo asseverado. Na ocorrência (21), podemos perceber um adjetivo em posição predicativa, que marca uma necessidade deôntica socialmente admitida. Já na ocorrência (22), temos um dos poucos casos de modalidade expressa pelo substantivo. Nesse caso, o substantivo destacado funciona como modalizador epistêmico, utilizado para dar sustentação à proposição, destacando a veracidade do conteúdo proferido. As ocorrências de (18) a (22) atestam que os diversos tipos de marcadores modais estão a serviço da orientação argumentativa no editorial, com uma maior frequência de uso daqueles de valor epistêmico, em razão da natureza do gênero.

Considerações finais

Neste capítulo, discutimos a relação entre a argumentação presente em editoriais da Folha de São Paulo e os marcadores de modalidade deôntica e epistêmica. Considerando que no editorial a empresa jornalística defende suas posições, opiniões e ideologias acerca de temas de interesse social, apresentando-se como mediadora entre o público leitor, a sociedade e o interesse público, os marcadores de modalidade são ferramentas que contribuem para as estratégias argumentativas empregadas no texto.

No caso dos modalizadores deônticos, atestamos que a Folha de São Paulo tende a instaurar valores deônticos (obrigações, proibições e permissões) nos editoriais analisados sem especificar a fon-

te da avaliação modal, bem como sem indicar diretamente os alvos dos valores deônticos instanciados, revelando, assim, certo descomprometimento de sua parte, uma vez que as obrigações tendem a ser ditadas por imposições decorrentes de circunstâncias externas e orientadas para alvos mencionados indiretamente.

O emprego dos modalizadores epistêmicos, por sua vez, demonstrou que o jornal expressa os conteúdos asseverados no campo da certeza; de modo que há uma tendência por parte da instituição jornalística de manifestar suas opiniões e seus julgamentos respaldados em fatos e evidências; com isso, adquirindo certo “foro” de isenção e credibilidade em relação aos conteúdos que declara. Ademais, verificamos que a Folha está mais propensa a se posicionar contrária às atitudes do governo Jair Bolsonaro. Por outro lado, o jornal evita o confronto direto com o Poder Executivo, quando opta por não explicitar o Governo como alvo direto dos valores deônticos instaurados.

Para efeitos de orientação argumentativa, tais estratégias conferem, por um lado, efeitos de impessoalidade, visto que os posicionamentos se constroem no domínio da objetividade dos fatos; por outro lado, efeitos de credibilidade, uma vez que os conteúdos asseverados se pautam em certo grau de certeza, evitando-se, assim, a relativização. Além disso, a qualificação modal, nos editoriais, mostra-se propensa ao descomprometimento ou não comprometimento, o que, dado o embate entre os interesses públicos e privados, garante uma maior adesão de diferentes parcelas da sociedade às opiniões defendidas pela Folha de São Paulo.

Referências

ALVES, R. J. **Uma análise funcionalista da modalidade epistêmica e da evidencialidade em discursos políticos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.

CARRASCOSSI, C. N. de S. O papel da modalização no jogo discursivo: um estudo da construção pode ser (...), mas... **Estudos Linguísticos**, v. 42, n. 1, p. 87-99, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2018.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Pontes Editores, 1991.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, v. 6, p. 227-269, 1988.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARCHESANI, S. **A argumentação em editoriais e artigos de opinião: um estudo comparativo**. 2008. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MARINO NETO, F. **A manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MELO, M. J. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, L. C. de. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa: um exercício de análise retórico-funcional**. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENEZES, L. C. de. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. 186f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, 2015.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. de M.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática de usos do português**. vol. VI. São Paulo: UNESP, 2002. p. 171-208.

NOGUEIRA, M. T. A modalidade na norma oral popular da cidade de Fortaleza. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 16., 2011, Alcalá de Henares. **Anais [...]** Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2011, p. 3655-3662.

PESSOA, N. P. **Modalidade deontica e persuasão no discurso publicitário**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2007.

PESSOA, N. P. **Modalidade deontica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo Funcional**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza, 2011.

PINTO, R. Argumentação em gêneros textuais/discursivos: uma abordagem teórico-epistemológica. **ReVEL**, ed. esp., v. 14, n. 12, 2016.

TEIXEIRA, T. G.; FUZER, C. Uma proposta de análise de editorial como gênero textual. **Linguagens & Cidadania**, v. 13, n. 1, 2011.

THOMPSON, G. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1996.

VIEIRA, M. H. G. N. **O gênero editorial: uma proposta de caracterização**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ANÁLISE DOS ELEMENTOS EXTERNOS DA ARGUMENTAÇÃO EM MATERIAIS INFORMATIVOS DE PREVENÇÃO À COVID-19 NO PORTAL DA FIOCRUZ

Bárbara Silva Cruz

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Introdução

O ato de argumentar é constitutivo das interações humanas e sempre esteve presente na vida em sociedade. Antes da argumentação ser tomada como objeto de estudo e sistematizada pelos filósofos da Antiguidade Clássica, essa prática já era observável e presente nos povos mais antigos. O homem, em todas as instâncias sociais, utiliza a argumentação para influenciar e persuadir o outro para fazê-lo aderir a tese defendida, seja em situações que exigem um conhecimento mais técnico ou em simples ações cotidianas.

Com o advento das redes sociais e da Era Digital, a argumentação assume diversificadas estratégias para efetuar a persuasão. Nesse sentido, é possível destacar que, com os eventos ocasionados pela eclosão do vírus da covid-19 em 2020, diversos jornais, portais oficiais e redes

sociais, de forma recorrente, “bombardearam” a população com diversos textos sobre a doença. A esfera digital foi uma grande responsável pela veloz propagação e alcance de informações, com o fito de esclarecer e orientar sobre as ações a serem adotadas no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Para atender à dinamicidade que exige a esfera digital, foi possível perceber que órgãos como a Fiocruz, em seu site e página oficial nas redes sociais, recorreram a utilização de Textos Informativos em formato de cartazes para orientar a população sobre as principais medidas a serem adotadas no enfrentamento da doença. Dessa maneira, é inegável que esses textos são um importante documento para estudo de diversas áreas do conhecimento, visto que proporcionam uma compreensão sócio-histórica do contexto gerado pela pandemia do coronavírus e da veiculação de textos multimodais nas redes sociais. Assim, esse trabalho é ancorado na necessidade de estudar os fatores contextuais e sua influência no processo argumentativo.

Diante dos fatos mencionados, um questionamento se tornou pauta de nossas discussões: de que maneira os fatores concernentes ao contexto de produção dos Textos Informativos, veiculados em formato de cartazes, publicados entre os meses de março de 2020 e junho de 2021 no portal oficial da Fiocruz, contribuem para a construção da argumentação nesses textos?

Para isso, essa pesquisa ancora-se na proposta metodológica de análise de argumentação de Garantizado Júnior (2015, 2016). Achamos pertinente a aplicação dessa abordagem, visto que atribui grande relevância aos aspectos externos ao texto, denominados pelo pesquisador de Elementos Externos da Argumentação. Considerar os aspectos externos ao texto como categoria de análise possibilita observar como a época de produção desses textos e sua situação comunicativa exercem influência na persuasão, o que propicia que o contexto seja investigado como elemento influenciador no processo

de argumentação. Apresenta-se, neste trabalho, um recorte da investigação dos aspectos externos ao texto realizado na pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Estudos da Linguagem na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (MEL/UNILAB).

Em termos de organização retórica, o artigo será dividido da seguinte maneira: inicialmente, apresentaremos a abordagem da argumentação defendida por Garantizado Júnior (2015), em seu modelo de análise textual e retórica da argumentação. Em seguida, discutiremos como a categoria dos Elementos Externos da Argumentação, apresentada pelo pesquisador, contribui para análise de Textos Informativos em formato de cartazes de prevenção ao coronavírus.

Proposta de análise da argumentação textual e retórica

A Retórica exerceu grande influência no contexto da Antiguidade Clássica, oriunda de uma necessidade sociocultural, em que a vida do homem naquela comunidade estava ligada à Retórica e à Argumentação. Aristóteles foi uma figura com um papel de extrema relevância nos estudos da retórica e na dialética, sendo responsável por sistematizar esses estudos. Em virtude disso, seus conceitos e denominações são retomados em diversos trabalhos, como o Tratado da Argumentação: A Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2014), Plantin (2008), Garantizado Júnior (2015) e em vários outros estudos da Análise do Discurso, da Retórica e da Argumentação.

Em sua tese de doutoramento, Garantizado Júnior (2015) realiza uma interface entre os caminhos da Linguística de Texto e da Análise do Discurso para analisar discursos de parlamentares profe-

ridos em uma sessão plenária sobre o mensalão¹. Para o pesquisador, a argumentação pode ser analisada quanto a seus aspectos textuais e retóricos.

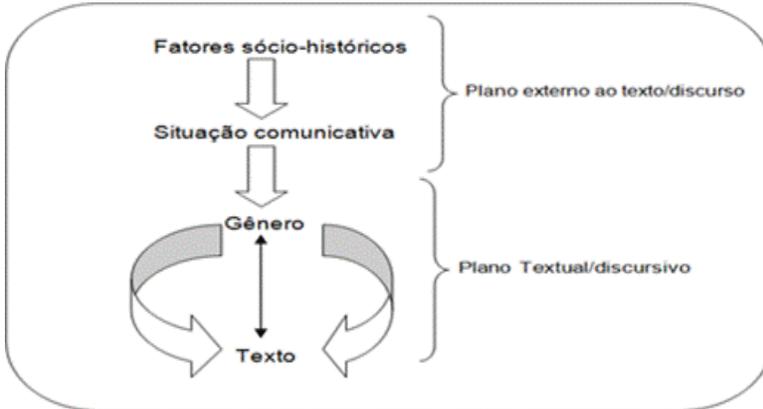
Em sua abordagem, Garantizado Júnior (2015) se ateuve na análise dos aspectos mais externos no processo de produção e compreensão do texto, dando ênfase também nas ações discursivas, mas sem deixar de analisar os aspectos mais internos ao texto. O pesquisador elege como categoria de análise argumentativa os Elementos Externos da Argumentação. Para ele, na investigação do processo de argumentação, o pesquisador deve considerar as implicações e coerções geradas pelo contexto de produção textual. Que todo texto contém rastros de seu contexto, isso é inegável. Todavia, apenas reconhecer a influência das condições externas não é suficiente para uma compreensão do sentido do texto em sua totalidade, sendo necessário tomar esse aspecto como uma categoria analítica para um estudo sistemático desses fatores.

Em seu trabalho, Garantizado Júnior (2015) situa os Elementos Externos da Argumentação no plano externo ao texto, e aponta, ainda, para três componentes situados no plano textual/discursivo (correspondentes ao plano interno): o Componente Genérico, com base na perspectiva de gênero em Bakhtin (2016), constituído pelo tema, estilo e composição, e que sofre coerções dos fatores externos; o Componente Sequencial, fundamentado em Adam (1992, 2008) e em suas denominações sobre o plano de texto, a sequência argumentativa e as esquematizações discursivas; e o Componente Retórico, baseado no trabalho de Amossy (2016) para fundamentar a análise sobre a projeção da imagem do orador, e no estudo de Perelman e Tyteca (2014) para investigar as estratégias argumentativas utilizadas para a persua-

1 O Mensalão é considerado um dos maiores escândalos de corrupção e a maior ação realizada pelo Supremo Tribunal Federal. Nele, a investigação teve como prelúdio a compra, por parte do governo do Partido dos Trabalhadores, de apoio de parlamentares, indiciados pela prática de crimes como lavagem de dinheiro, corrupção e formação de quadrilha. Boa parte dos acusados foi alvo de condenações.

são. A seguir, a fim de ilustrar a relação entre esses fatores, uma sistematização da relação desses elementos:

Figura 1 – Sistematização dos elementos



Fonte: Garantizado Júnior (2015)

Como visto na Figura 1, os fatores do plano externo, por sua vez, vão influenciar nos elementos do plano interno, condicionando as escolhas de um gênero em que será realizado e os recursos linguísticos utilizados para tal feito. Assim, nas palavras do autor, “os elementos externos estão totalmente relacionados (e integrados) aos fatores discursivos e textuais de que a argumentação se vale para fazer com que o Locutor persuada seu auditório” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015, p. 107).

Dessa maneira, segundo o pesquisador, os Elementos Externos da Argumentação são compostos por dois fatores que são alvo da investigação: as condições sócio-históricas (também chamadas de contexto amplo) e as condições que envolvem a situação comunicativa (também chamada de contexto específico). Esses fatores, como demonstrado na Figura 1, são importantes para serem considerados e todas essas questões externas que o precedem: condições históricas e sociais que o

envolvem, local em que foi produzido, por quem foi produzido, quais as motivações e intenções do autor e como o público recebe o discurso.

Em Garantizado Júnior (2015), as condições sócio-históricas são

subelementos do contexto sócio-histórico do qual o produtor se valeria para buscar a persuasão. Devemos deixar claro que, de alguma maneira, o Locutor usufrui de alguns conhecimentos compartilhados da época em que está inserido para tentar persuadir seu público. Isso não significa que um texto de um período anterior ao momento em que o Locutor está vivendo seja interpretado como algo deslocado ou sem argumentatividade. Na verdade, defendemos que, de alguma maneira, consciente ou inconsciente, o Locutor sofre certas coerções que o faz saber que tipo de estratégia argumentativa pode usar para poder persuadir seu auditório (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015, p. 114).

Como se pode notar, para efetuar a persuasão, o locutor alude a acontecimentos e conhecimentos que, para serem compreendidos, precisam ser situados na época em que ocorreram, o que propicia a percepção das motivações geradas pelos acontecimentos da realidade social vivenciada e as escolhas que levaram o falante a usar cada recurso escolhido na argumentação.

Além do contexto amplo (contexto sócio-histórico), a situação comunicativa (contexto específico) é um importante elemento externo responsável pela construção dos gêneros. Para Garantizado Júnior (2015), a situação comunicativa é advinda de uma perspectiva mais ampla, pois o contexto sócio-histórico (a época de produção de um texto) influencia o locutor quanto a aspectos relacionados à situação comunicativa, condições situacionais mais específicas de produção de um texto, que recorre a argumentos que sejam necessários para possibilitar a adesão de seu auditório.

Assim, a situação comunicativa, o local e as circunstâncias em que um discurso é produzido vão influenciar na adequação do fa-

lante ao ambiente e às determinações estabelecidas socialmente para que estes produzam seus textos de acordo com um determinado gênero requerido naquele momento, o estilo do seu texto, os recursos linguísticos utilizados, como também as técnicas argumentativas que serão usadas.

Garantizado Júnior (2015) defende que o local de produção é o momento em que profere sua investida argumentativa a fim de vencer seu auditório. Nesse contexto, “fica evidente que o lugar pode garantir a escolha de uma estratégia argumentativa mais adequada” (GARANTIZADO JÚNIOR, 2015, p. 117), devendo sempre levar em consideração a qual público o texto se destina e quais recursos serão utilizados para atingir esse auditório.

Confirmando o que propõe Garantizado Júnior (2015) e trazendo essas questões para realidade desta pesquisa, é inegável que os fatos de uma determinada época são utilizados pelos locutores em seus discursos como recurso argumentativo para persuadir o leitor. Os Textos Informativos sobre o coronavírus refletem um momento histórico e caótico que acometeu os países do mundo, sendo um valioso registro dos acontecimentos desse período. Dessa forma, consideramos que, para analisar o fenômeno da argumentação nesses textos, é imprescindível olhar para o contexto em que eles foram produzidos, para perceber as motivações através dos acontecimentos desse momento.

Nesses textos, foi possível observar que as orientações sobre as medidas a serem adotadas para evitar o contágio e disseminação do vírus são dados de uma época, são acontecimentos que envolvem questões históricas que afetaram o mundo todo e são utilizados para influenciar as pessoas a cumprirem as medidas protetivas e manterem o isolamento social. A época é, então, um dos elementos do contexto sócio-histórico que possibilita que o público venha a aderir sua tese, sendo os fatos e os eventos históricos dessa época mobilizados no interior do texto na busca por persuadir o leitor.

No que tange às condições específicas da produção dos Textos Informativos, as circunstâncias oriundas da pandemia fez com que, a partir de março de 2020, houvesse uma intensificação de diversos textos veiculados na esfera digital, e influenciou a utilização desses textos como recurso utilizado por diversos órgãos para repassar orientações sobre o coronavírus, informando as pessoas sobre as principais medidas de segurança para prevenção da doença e, principalmente, incentivando o isolamento social.

O fato é que um determinado gênero, a depender de sua temática, do ambiente em que será produzido, de sua intencionalidade e do público a que se destina, pode ser modificado quanto aos aspectos de sua formulação. Para exemplificar, pensemos na manifestação dos Textos Informativos – doravante TI – em formatos de diferentes gêneros. Os TI em formato de reportagem, veiculados em um jornal, por exemplo, por estarem sendo transmitidos em um ambiente com certa rigidez na linguagem e com grande alcance no número de pessoas, assume uma estrutura prototípica um pouco mais definida em decorrência do ambiente em que é veiculado.

Entretanto, no que tange aos TI de prevenção e combate ao coronavírus veiculados no Portal da Fiocruz, textos que se propuseram a apresentar orientações e esclarecimentos sobre as medidas a serem adotadas no enfrentamento do contexto pandêmico, foram produções condicionadas pelas características do ambiente digital, um local em que a transmissão de informações precisa ser rápida e de fácil leitura para acompanhar a demanda de seus usuários.

Ciente disso, torna-se clara a produção do Textos Informativos em formato de cartazes pela Fiocruz como recurso para prestar orientações à população. O cartaz possui forte teor persuasivo, se fortalecendo por seu caráter multimodal e dinâmico, com uma estrutura menos rígida, o que permite uma maior liberdade na produção e nas estratégias para persuadir o leitor. Isso ocorre porque os usuários do ambiente virtual necessitam de informações rápidas e de fácil compreensão.

Dessa forma, uma das melhores estratégias para fazer com que o leitor preste atenção em um texto em meio a tantos outros é criá-los de forma atraente, dinâmica e criativa.

Feitas as considerações teóricas sobre a sistematização dos aspectos externos ao texto nos Elementos Externos da Argumentação, presentes no modelo de análise de Garantizado Júnior (2015), torna-se fundamental a aplicação da proposta do autor em diferentes gêneros que se proponham a influenciar e persuadir o leitor. À vista disso, os Textos Informativos em formato de cartazes veiculados no site oficial da Fiocruz são um importante objeto para a investigação dos Elementos Externos da Argumentação, pois, além de serem um precioso registro dos diferentes momentos vivenciados pela população ao longo dos meses de pandemia, propicia a investigação desses elementos em textos multissemióticos.

Nesse sentido, na próxima seção, tomando como base a investigação dos aspectos externos à produção de um texto, passemos para a aplicação analítica do modelo de Garantizado Júnior, com o fito de demonstrar as implicações do contexto gerado pela pandemia da covid-19 na argumentação presente nos textos em formato de cartazes veiculados no site oficial da Fiocruz.

Análise dos Elementos Externos da Argumentação nos Textos Informativos

Em Garantizado Júnior (2015), os *Elementos Externos da Argumentação* são aspectos externos ao texto que, de forma alguma, podem ser desprezados na constituição de um texto, uma vez que esses fatores são responsáveis por exercer coerções que influenciam na utilização dos aspectos textuais e discursivos de uma produção, bem como contribuem para a persuasão. Dessa forma, os textos são produzidos conforme as intenções comunicativas do locutor. Para o autor, para que ocorra a persuasão de forma efetiva, o locutor utiliza uma série

de recursos argumentativos e, para ter êxito em seus objetivos, outros aspectos são responsáveis por influenciar o texto, como o propósito comunicativo do locutor, a quem o texto é direcionado, quando o texto foi produzido.

Segundo o pesquisador, os aspectos relacionados ao contexto sócio-histórico são elementos importantes para a argumentação, pois todo texto situa-se em um dado momento da história que influencia diretamente sobre as estratégias de argumentação utilizadas no texto. Desse modo, é pertinente a análise dos elementos que são externos ao texto e agem como um mecanismo capaz de modular as escolhas do locutor quanto às estratégias utilizadas para a persuasão e, principalmente, ao influenciar a escolha do gênero textual.

Dessa forma, para que se compreenda, de fato, os fatores inerentes aos aspectos internos do texto, é preciso conhecer os fatores que motivaram tal utilização. Em nosso *corpus*, isso ficou evidente no exemplo a seguir, apresentado na Figura 2.

Figura 2 – TIF31



Fonte: Portal Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>

Na Figura 2, vários aspectos presentes nesse texto corroboram com a perspectiva do teórico sobre a relevância de investigar, em uma análise argumentativa, as interferências que os Elementos Externos da Argumentação exercem em uma produção textual. Nos parágrafos seguintes, esmiuçamos cada um desses aspectos, buscando evidenciar que na Figura 2, há uma interferência do contexto sócio-histórico da covid-19 na forma como a argumentação no texto é construída.

O contexto sócio-histórico desse texto é um momento de muita incerteza, insegurança e pânico na população. Esse Texto Informativo foi veiculado no mês de março de 2020, como demonstra a data expressa no texto, portanto, marca a época em que foi iniciada a pandemia. O mundo estava diante de um vírus novo, de fácil transmissão, com uma estrutura morfológica desconhecida pelos cientistas, o que tornava distante a possibilidade de um tratamento eficaz e uma vacina. Nesse período de desconhecimento, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde, as Secretarias dos Estados e órgãos como a Fiocruz passaram a divulgar as primeiras informações a respeito desse novo vírus e prestar as primeiras orientações à população.

O texto articula a linguagem verbal e não-verbal. Na linguagem verbal, o cartaz expressa o termo “COVID-19 | NOVO CORONAVÍRUS” em caixa alta e com destaque em negrito na palavra COVID, a fim de chamar atenção e indicar ao leitor que o texto trata sobre a temática do vírus. A utilização desses termos postos lado a lado e de forma destacada busca evidenciar que as duas nomenclaturas se referem à mesma doença. O texto ainda apresenta “VENTILAÇÃO, OK” em caixa alta, como também a sentença “Mantenha o ambiente bem ventilado”, e utiliza das hashtags “#covid-19, #DistânciaQueNosUne, e #JuntosSomosMaisFortes”.

A expressão “VENTILAÇÃO, OK” é um ponto bastante interessante de ser discutido e que chama bastante a atenção, pois demonstra como é importante ater-se também aos aspectos sócio-históricos para uma análise textual, visto que, conforme Garantizado Júnior (2015),

os acontecimentos de uma sociedade são elementos importantes de serem investigados em uma análise da argumentação.

No início de 2020, a música pop “Tudo Ok” de Thiaguinho MT e Mila se popularizou no Brasil, sendo amplamente utilizada em legendas de publicações nas redes sociais com seu refrão “Cabelo ok, marquinha ok, sobancelha ok, a unha tá ok”. Foi bastante tocada nas plataformas de *streaming*, em paralelo com o início da pandemia do coronavírus. O locutor, ao utilizar “VENTILAÇÃO, OK”, recorreu a uma música com uma expressão linguística que estava presente no cotidiano dos jovens e da população em geral, e valeu-se disso como recurso persuasivo para passar a informação que as pessoas mantivessem o ambiente aberto e arejado.

À vista disso, a utilização dessa expressão é uma marca linguística utilizada naquele momento social com o fito de gerar aproximação e tornar a linguagem mais atraente e acessível, ao buscar gerar identificação com o interlocutor.

Para a plena compreensão desse texto, analisar e conseguir recuperar as questões sócio-históricas é fulcral para entender a intenção comunicativa do autor ao utilizar tais recursos como estratégias para persuasão. Para um interlocutor sem o conhecimento dos acontecimentos históricos dessa época, não conhecer o refrão da música à qual a expressão do cartaz referencia, faz com que não seja possível recuperar a informação e compreender a intertextualidade presente no texto, o que não leva ao efeito de sentido desejado pelo locutor.

Quanto à linguagem não-verbal presente no cartaz, nele é possível perceber a imagem de uma janela aberta, indicando para a necessidade de ventilação e circulação de ar. Essa mensagem também é reforçada pelas formas dispostas no cartaz para ilustrar o vento. As ilustrações corroboram com o texto escrito e contribuem para a compreensão da mensagem do cartaz. Além disso, ao final do texto, também é possível observar a identificação dos principais órgãos responsáveis pelas informações sobre a saúde.

A utilização das hashtags também é um elemento importante a ser destacado e que se relaciona não só quanto às condições sócio-históricas, mas também quanto à situação comunicativa. Com a era digital e a popularização das redes sociais, o uso das hashtags se tornou bastante comum no ambiente virtual; essa geração lança mão desse sinal (#) para evidenciar as expressões do meio tecnológico como recurso persuasivo, destacando palavras-chaves e colocando-as em evidência, com o fito de chamar a atenção do leitor para as informações mais importantes. O uso das hashtags é marca de um contexto social e um reflexo do ambiente em que é produzido.

Conforme aponta Garantizado Júnior (2015, p. 115), o locutor, além de se valer das condições sócio-históricas (contexto amplo) para embasar sua argumentação, se utiliza também da situação comunicativa de produção do texto para fundamentar sua tese e, para isso, é importante ter conhecimento do público ao qual o texto se destina. No que tange à situação comunicativa, aspecto integrante dos Elementos Externos da Argumentação da proposta de Garantizado Júnior (2015), tem-se o ambiente em que o gênero é produzido, que corresponde ao local de produção do texto.

Para o pesquisador, um texto só pode ser pensado quando inserido em uma situação comunicativa, pois é quando o texto é imerso em uma situação comunicativa que aspectos quanto aos recursos persuasivos são evidenciados. Conforme aponta o autor, esse conceito foi tratado por Maingueneau como o momento de produção de um texto em um contexto comunicativo de realização da produção.

A situação comunicativa, também chamada por Garantizado Júnior (2015) de contexto específico, é responsável por influenciar, através do local, do ambiente em que um texto é proferido ou veiculado, aspectos com relação às características do gênero em que o texto é construído. Para isso, o locutor precisa ter conhecimento sobre o público a que seu texto se destina, visto que os textos precisam ser aceitáveis por parte do auditório. Desse modo, as noções sobre situação comunicativa são importantes para a argumentação, conforme aponta

Garantizado Júnior (2015), por considerar que, no momento de produção textual, o contexto comunicativo específico e um contexto social mais amplo são relevantes. Observemos a figura a seguir:

Figura 3 – TIF33



Fonte: Portal Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>

Nos Textos Informativos de prevenção ao coronavírus, o Portal da Fiocruz valeu-se, na maioria de seus textos, da utilização de um gênero bastante interessante: o cartaz. O cartaz é um gênero multimodal que utiliza linguagem verbal e não verbal para o construto da unidade do texto, sendo amplamente utilizado para a divulgação, não se restringindo só a isso, visto que esse gênero também pode ser utilizado como instrumento para informar e orientar.

A situação comunicativa (contexto específico) determina o gênero em que um texto será realizado e as suas principais características. Assim, quanto ao ambiente em que os Textos Informativos foram produzidos, é possível mencionar algumas características responsáveis por constituir esses textos. Dessa forma, chamamos de ambiente,

com base em Garantizado Júnior (2015), o lugar de produção de um texto, o ambiente em que o locutor está inserido para se referir ao auditório e buscar persuadi-lo.

Dessa forma, os locutores precisam estar cientes que, em um ambiente virtual, há um público seletivo que destina sua atenção a textos com determinadas características e dialoga com as situações por meio do compartilhamento de informações. O conhecimento dos locutores acerca de seu público e do ambiente de produção é o que possibilitará que busque produzir os textos de acordo com as características que sejam melhor aceitas para o seu público e que atendam à intencionalidade do locutor como é possível observar na Figura 3.

O texto da Figura 3 possui uma configuração bem semelhante à Figura 2. Quanto à linguagem verbal, em caixa alta está “COVID | CORONAVÍRUS”, assim como a frase “AGLOMERAÇÃO, NÃO!”, de forma destacada e centralizada para dar ênfase à medida preventiva ao coronavírus, que orientava para o distanciamento social. Em seguida, o locutor apresenta uma explicação sobre a afirmativa inicial, ao mencionar que “Locais com muita concentração de pessoas favorecem a transmissão do vírus”, explicando a afirmativa inicial.

Essa imagem também data de março de 2020, início do período pandêmico, no qual as primeiras informações sobre a forma da população agir frente ao coronavírus passaram a ser divulgadas. Percebe-se que o locutor evidenciou informações essenciais de forma breve, prestando as primeiras orientações às pessoas sobre as medidas de enfrentamento à pandemia. O período pandêmico foi marcado por uma acirrada polarização entre as pessoas que seguiam as orientações e o isolamento domiciliar, de um lado, e as pessoas que buscavam seguir suas vidas normalmente, realizando festas e reuniões familiares, de outro. No início do período pandêmico, expor de forma clara sobre a necessidade de não haver aglomeração foi estratégia empregada pelos locutores para fazer com que as pessoas mantivessem o distanciamento social.

Quanto à linguagem não verbal, a presença das ilustrações corrobora com as afirmativas presentes no texto. A utilização da imagem de uma corrente humana, aparentemente formando uma seta que aponta para a orientação “AGLOMERAÇÃO, NÃO!” reforça essa informação e contribui para a orientação sobre o distanciamento social. Na Figura 3, é possível observar as mesmas hashtags presentes na Figura 2, bem como os elementos de identificação dos principais órgãos responsáveis pelas orientações, ao final da imagem.

Os exemplos dos textos apresentados constituem o bloco “Informações gerais para compartilhar” expressos no site da Fiocruz. Os textos que configuram esse bloco demonstram que se constituem como as primeiras orientações de modo geral sobre o coronavírus. Na Figura 4, a seguir, o texto constitui o bloco “Rotina no isolamento domiciliar”, apresentando uma configuração diferente no que tange ao bloco anteriormente citado. Observemos a Figura 4 a seguir:

Figura 4 –TIF141



Fonte: Portal Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>

Na Figura 4, a linguagem verbal expressa “Notas saudáveis em... como se manter ativo no isolamento social?” e aponta para a primeira orientação: “1. Evite treinos muito intensos”. Ainda diz que “O principal objetivo no momento é se manter fisicamente ativo. Treinos de longa duração e alto esforço devem ser evitados, pois podem piorar a sua imunidade”. A Figura 4 demonstra que o contexto sócio-histórico desse texto não mais se trata de informações primárias sobre o coronavírus. Conforme foram sendo realizados estudos que puderam fornecer às pessoas mais detalhes sobre o vírus da covid-19, passou a ser orientado que apesar da atividade física ser importante no enfrentamento ao vírus, a realização de atividade física de alto impacto deveria ser evitada, pois prejudicaria a imunidade.

Ao tratar sobre os aspectos da “Rotina no isolamento domiciliar”, percebe-se que o locutor recorreu ao uso de cores diferentes, ao fazer o uso dos tons de amarelo, vermelho e verde. No exemplo da Figura 4, além de cores vibrantes, é possível perceber o emprego de formas irregulares, imagens em tons vivos, fontes diferentes e o negrito para destacar uma sentença, buscando criar esse aspecto dinâmico e atrativo para ser condizente com o tipo de mensagem transmitida para a população.

Considerações Finais

Os Textos Informativos foram condicionados pelos acontecimentos de uma realidade social capaz de influenciar a construção da argumentação nesses textos. Isso ocorreu em decorrência dos aspectos contextuais que envolvem o período pandêmico do coronavírus e marcam a época em que os textos foram elaborados. As orientações sobre a prevenção do contágio da doença presentes nos textos apresentaram traços que caracterizam o momento vivido pela população, no qual as pessoas tiveram suas rotinas mudadas e precisaram se adequar a uma nova realidade. A escolha do gênero foi condicionada pelos

Elementos Externos da Argumentação, mediante os aspectos presentes nas condições sócio-históricas de produção do texto e sua situação comunicativa. Assim sendo, optar pela utilização do gênero Cartaz como recurso para transmitir as orientações de forma mais didática foi condicionada pelo seu ambiente de veiculação.

É importante ressaltar a relevância da proposta de Garantizado Júnior (2015) quanto ao estudo da argumentação sob várias perspectivas, o que contribui para uma melhor análise textual. Diante da aplicação do modelo de análise de Garantizado Júnior (2015), é possível perceber a relevância dos Elementos Externos da Argumentação para o estudo do *corpus* de nosso trabalho e a influência do contexto na construção da argumentação.

Finalmente, fomentamos uma discussão acerca da construção da argumentação em textos multimodais veiculados no ambiente virtual, analisando sobre a argumentação nesses textos e seu caráter persuasivo. Salientamos o papel social de extrema relevância dos Textos Informativos veiculados no Portal Fiocruz, com orientações e esclarecimentos sobre o coronavírus, e seu papel na manutenção na realização das medidas sanitárias.

Referências

- ADAM, J.-M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, J.-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2008.
- AMOSSY, R.. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, Edição especial, vol. 14, n. 12, 2016
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas de edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6, de março de 2020. Reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil. **Diário Oficial da União**, seção 1 extra, Brasília, DF, p. 1, mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CATELÃO, E. de M. **Revelando motivos: a argumentação de suicidas sob as perspectivas textual/discursiva e retórica**. 237 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2013.

FERNANDES, J. D. C. **Processos linguísticos no cartaz de guerra: semiótica e gramática do design visual**. 156 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. A construção da argumentação na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. **Revista Conexão Letras**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 15, p. 42-56, nov. 2016.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. **Preliminares para a definição da coerência/coesão**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRAZIANO, M. U. *et al.* Eficácia da desinfecção com álcool 70% (p/v) de superfícies contaminadas sem limpeza prévia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online], mar./abr. 2013.

HASHTAG. In: Oxford **Learner's Dictionaries**, 2022. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/hashtag>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARQUES, R. de C.; SILVEIRA, A. J. T.; PIMENTA, D. N. A pandemia de covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. *In: REIS, T. S. et al. Coleção história do tempo presente*. vol. 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PINTO, R. O ethos e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico. *In: MARQUES, M. A.; PEREIRA, M. E.; RAMOS, R. E.; ERMIDA, I. (org.). Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: CEHUM, 2004.

O *ETHOS* E AS CENAS DE ENUNCIÇÃO NO DISCURSO DE MICHELLE BOLSONARO DIRIGIDO À CONVENÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

Anatália Carvalho Albuquerque
Jonathan de Queiroz Viana
Maria Leidiane Tavares

Introdução

Nesse artigo, analisamos o discurso da primeira-dama Michelle Bolsonaro, dirigido à Convenção do Partido Liberal (PL), por ocasião das eleições presidenciais do Brasil do ano de 2022, quando o então Presidente da República (PR), Jair Bolsonaro, postula-se como candidato à reeleição. Nesse discurso, Michelle Bolsonaro (MB) procura imprimir uma imagem de si (*ethos*) satisfatória, conforme as expectativas dos interlocutores, para atrair adeptos e/ou reforçar a adesão do auditório ao seu posicionamento: o de cativar o público feminino para votar em Jair Bolsonaro.

Dada a contextualização, pondera-se como problema de pesquisa de que maneira a construção da imagem de si, empreendida pelo

enunciador, imprime força de persuasão ao mesmo tempo que relaciona as cenas, mobilizadas pelo discurso, que enunciador e auditório já trazem formadas um sobre o outro e como o *ethos* discursivo pretendido pela primeira-dama contribui para reforçar ou transformar a imagem que o auditório tem do presidente Jair Bolsonaro.

A temática do *ethos* tem sido bastante abordada em estudos de Maingueneau (2008, 2015, 2018, 2020) e de Amossy (2021). Artigos como “A propósito do *ethos*” (MAINGUENEAU, 2008) e “Retorno crítico à noção de *ethos*” (MAINGUENEAU, 2018) são elementares para esta pesquisa, em que se abordam as principais características do *ethos* retórico, as dificuldades em se estabilizar a noção do *ethos* e a própria concepção do *ethos*. Em artigo intitulado “A teoria dos atos de fala e o *ethos* no último discurso de ‘O Grande Ditador’ de Charles Chaplin”, as pesquisadoras Gomes, Tavares e Maia-Vasconcelos (2010) demonstram que os oradores revelam suas propriedades inerentes ao *ethos* mais pelo modo de se expressarem do que pelo que de fato dizem de si. Em um outro artigo – “O rei e o bobo da corte: cenografia, *ethos* e arquétipos no discurso presidencial” – Freitas, Antunes Jr. e Boaventura (2022), associando abordagem junguiana com análise do discurso, demonstram como os enredos arquetípicos constroem a cenografia do presidente Jair Bolsonaro em seu discurso e quais arquétipos são acionados para compor o *ethos* do presidente antes das eleições e durante a pandemia da Covid-19. Dada a importância de estudos que associam o *ethos* a instâncias enunciativas, propomo-nos aqui a trazer aspectos da cena de enunciação como elementos que dão significado ao “fiador” responsável pela apresentação da imagem de si pretendida pelo enunciador e construída pelo co-enunciador.

Para realizar essa análise, adotamos as seguintes questões norteadoras: quais aspectos da cena de enunciação foram mobilizados para construir a imagem pretendida por Michelle Bolsonaro? Quais aspectos do *ethos* reivindicados por MB imprimem força ilocutória ao seu discurso? Até que ponto, as cenografias evocadas no discurso mantive-

ram coerência com o *ethos* prévio de MB e do auditório, considerando o contrato de comunicação estabelecido com os interlocutores?

Nossa análise será feita com base na teoria de Maingueneau (2008, 2015, 2020), segundo a qual todo discurso evoca cenas de enunciação que possuem uma tripartição: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Ao mesmo tempo, enunciador e co-enunciador constroem mutuamente uma imagem prévia do outro (*ethos* prévio), que o processo de enunciação tende a afirmar ou a reforçar. O termo “cenas de enunciação”, tomado metaforicamente por Maingueneau, parte da ideia pressuposta por E. Goffman (2014) de que as interações sociais acontecem num espaço de representação do eu e, por extensão, todo ato de linguagem se dá numa espécie de palco em que o locutor teatraliza diversos papéis, a depender do papel social que assume no momento da enunciação e do contrato de comunicação estabelecido com os interlocutores. Para Goffman (2014, p. 34), toda atuação do locutor perante um público reveste-se do que ele denomina de “fachada”, que nada mais é do que revestir-se na representação de um papel social de um tipo padronizado, consciente ou inconscientemente empregado, de acordo com as intenções motivadoras da representação.

Como todo ato de linguagem é um ato político, pois um modo de dizer implica um modo de ser, a enunciação pressupõe uma intencionalidade imanente de persuasão, de influenciar o comportamento de alguém, de conquistar a adesão do auditório. Para alcançar tal finalidade, o locutor promove uma imagem de si (*ethos*) coerente com sua intencionalidade e baseada nas imagens que ele projeta acerca de seu auditório e que ele pressupõe que o auditório tenha a seu respeito (projeções do *ethos*). Assim, o locutor evoca várias cenografias de modo a apresentar para o auditório um *ethos* que cause boa impressão e amplie o poder de persuasão do seu discurso.

O *ethos* prévio de Michelle Bolsonaro tem uma nitidez social e política significativa, por ser a primeira-dama da presidência

da República do Brasil. Tal fato por si só já imprime um *ethos* que não necessariamente decorre da enunciação em si (*ethos* prévio). Ao enunciar, assumindo o papel de primeira-dama, em um evento de cunho político-partidário, o discurso de Michelle Bolsonaro inscreve-se no discurso político e a cena englobante reivindica a postura de uma primeira-dama que, ao se dirigir para os correligionários do partido político ao qual o marido e ela são filiados, deve adotar um posicionamento imposto pelo Partido Liberal, pelo papel social, ora exercido; e pelo contexto sócio-histórico.

No presente artigo, tendo em vista a análise do nosso *corpus*, adotamos, com a finalidade de aplicação metodológica, a teoria de Maingueneau sobre o *ethos* discursivo delineado no momento da enunciação, o *ethos* prévio elaborado pelo locutor e pelo auditório e as cenas da enunciação evocadas pela cena englobante, pela cena genérica e pelas cenografias incorporadas pela oradora (MAINGUENEAU 2015, 2018, 2020). A pesquisa é descritiva, bibliográfica e de escopo qualitativo; a materialidade do *corpus* é composta pelo discurso proferido pela primeira-dama Michelle Bolsonaro na Convenção do Partido Liberal (PL) para as eleições presidenciais do Brasil de 2022. Utilizaremos a terminologia de *ethos* discursivo para referirmo-nos ao *ethos* construído pela enunciação e *ethos* prévio ou pré-discursivo para a imagem pré-construída pelo locutor e pelo auditório acerca do outro, conforme defendida por Maingueneau (2020) e corroborada por Amossy (2021).

O conceito de *ethos* foi retomado principalmente nos estudos de Maingueneau, a partir da retórica aristotélica e com base nos pressupostos teóricos de Ducrot, passando a ser utilizado também na Análise do Discurso, tendo em vista que o *ethos* constitui uma dimensão de todo ato de enunciação. O *ethos* discursivo possui uma relação estreita com a imagem prévia que o auditório tem do locutor e este, por sua vez, baseia o seu discurso nas projeções que faz do auditório

e ainda naquelas que acredita que o auditório faz a seu respeito, considerando o contrato de comunicação estabelecido.

O discurso é realizado numa espécie de contexto que Maingueneau chama de cena de enunciação, que possui um caráter tripartite: a cena englobante, que se refere ao tipo de discurso; a cena genérica, que é o gênero discursivo; e, a cenografia, que é o conjunto de elementos que fazem parte da situação comunicativa. A depender do tipo de discurso e da intencionalidade comunicativa, evidente no contrato de comunicação, a cenografia evoca elementos que tendem a ampliar o poder de persuasão pretendido pelo locutor, como também pode reforçar ou transformar o *ethos* prévio do locutor elaborado pelo auditório.

A presente pesquisa caracteriza-se por um tipo básico destinando-se a ampliar nossa base de conhecimento científico, de ordem prática por aplicação da teoria científica supracitada a um dado contexto discursivo, de fonte primária coletada do site “Poder 360”. Quanto à abordagem, a pesquisa é de cunho qualitativa-explicativa. O *corpus* a ser analisado é o discurso proferido pela então primeira-dama da República, Michelle Bolsonaro.

Este artigo divide-se em cinco tópicos. O tópico 1, a introdução, no tópico 2, a fundamentação teórica sobre as noções do *ethos* e as três partes da cena de enunciação: englobante, genérica e a cenografia, com base em Maingueneau (2008, 2015, 2018, 2020) e em Amossy (2021); no tópico 3, apresentamos o contexto de produção do discurso aqui analisado; em seguida, no tópico 4, faremos a análise dos aspectos inerentes ao discurso objeto de nosso estudo. Quando da análise do *corpus*, abordaremos o *ethos* discursivo, a partir das evidências do discurso e dos elementos da cena da enunciação, a exemplo das cenografias evocadas que contribuem para reforçar ou para transformar o *ethos* pré-discursivo e usadas em favor do posicionamento do locutor; por fim, no tópico 5, a conclusão.

Fundamentação Teórica

Essa pesquisa se respalda no campo disciplinar da Análise do Discurso de vertente francesa que, de acordo com Pêcheux, faz uma quebra epistemológica ao colocar o estudo do discurso num campo em que atuam questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito.

Tanto a filosofia quanto a linguística contribuíram sobremaneira para a reflexão sobre o discurso. A Análise do Discurso pêcheuxtiana ancora-se no marxismo de Althusser, na psicanálise lacaniana e na linguística estruturalista de Saussure. Os analistas do discurso, de orientação francesa, dedicam-se em manter um equilíbrio entre o ponderar sobre o funcionamento do discurso e o entendimento dos fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica, apoiando-se fortemente nas ciências da linguagem. Dado esse vasto campo que é o discurso, no presente artigo concentramos a atenção no campo de pesquisa do discurso político, usando como base a teoria de Maingueneau sobre o *ethos* que é um componente da enunciação e as cenas de enunciação condizente com o contexto da produção do discurso.

A noção de *ethos*

Com base na retórica aristotélica e nas teorias pragmaticistas de Ducrot. Maingueneau apropria-se da noção de *ethos* para a Análise do Discurso, defendendo que na enunciação locutor e destinatário reivindicam uma imagem de si, ao mesmo tempo que projetam uma imagem do outro. O destinatário ou interlocutor constrói a imagem de um fiador “dotado de propriedades físicas (corporalidade) e psicológicas (caráter)” (MAINGUENEAU 2018, p. 322), a partir de arquétipos culturais e estereótipos sociais, avaliados de forma positiva ou negativa e atribuídos ao locutor, que o processo de enunciação virá a reforçar ou a transformar.

O *ethos* construído na enunciação é definido por Maingueneau como *ethos* discursivo, enquanto aquele que locutor e destinatário já trazem elaborado, é tomado como *ethos* prévio ou pré-discursivo. O *ethos* discursivo é uma estratégia persuasiva que o locutor utiliza para conquistar a adesão do auditório à tese defendida.

A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo (MAINGUENEAU, 2008b, p. 13).

Dada a dificuldade de uma definição precisa sobre *ethos* e no intuito de se evitar interpretações equivocadas, uma vez que o conceito de *ethos* oferece múltiplas possibilidades de interpretação, Maingueneau (2018, 2020) propõe atribuir três dimensões (categorial, experiencial e ideológica) à categoria do *ethos*. A dimensão categorial está relacionada aos papéis discursivos ou *status* extradiscursivos assumidos pelo locutor. A dimensão experiencial diz respeito às “características sócio-psicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético” (MAINGUENEAU, 2018, p. 322), como, por exemplo, a “dinamicidade do jovem empresário”, a “euforia dos manifestantes”, o “entusiasmo do político recém-eleito”. Já a dimensão ideológica refere-se ao posicionamento no qual se inscreve o locutor, se de esquerda, de centro-direita, feminista, conservador.

A ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial. Portanto, com frequência somos tentados a recorrer a essa noção de *ethos*, dado que ela constitui uma dimensão de todo ato de enunciação (MAINGUENEAU, 2008b, p. 12).

Partindo da ideia de que o *ethos* está fortemente vinculado ao ato da enunciação e apoiando-se nos estudos de Ducrot, Maingueneau (2005, p. 70) corrobora a ideia de que a enunciação se desdobra nas dimensões do *ethos* dito e do *ethos* mostrado. O *ethos* dito refere-se à instância do enunciador, uma vez que a enunciação ocorre pelo fato de o enunciador possuir legitimidade para tal, ao passo que o *ethos* mostrado é aquele construído pela enunciação. O enunciado pode girar exclusivamente em torno do *ethos* dito, como por exemplo, em autoapresentações do enunciador em sites de relacionamento, permitindo apagamento do *ethos* mostrado em detrimento do *ethos* dito, mas geralmente o *ethos* mostrado somente é perceptível pelas marcas da enunciação. Maingueneau (2018, p. 328) afirma que o *ethos* tem um duplo status: ele é visado pelo locutor, que fornece elementos ao destinatário conforme sua intenção comunicativa, ao mesmo tempo que é construído pelo destinatário, a partir de hipóteses que elabora sobre as intenções do locutor.

Ao enunciar, o locutor incorpora um *ethos* que, independente de como se dá o ato da enunciação, exige do co-enunciador a construção de um *ethos* com base na corporalidade do enunciador, no mundo ético estabelecido (MAINGUENEAU, 2020), o que implica mobilizar modelos estereotípicos e representações do mundo social. No entanto, a construção do *ethos* do locutor pelo co-enunciador não se efetiva sobre um único nível. A elaboração da imagem de si sob a ótica da análise do discurso de linha francesa não pode ser dissociada do quadro da cena de enunciação. A natureza tripartite da cena de enunciação impõe que a cena englobante e a cenografia sejam consideradas na elaboração do *ethos* discursivo. É o que abordaremos na próxima seção.

A cena de enunciação

Ao avançar a análise sobre as atividades discursivas, Maingueneau (1998, APUD Maingueneau, 2015) propõe fazê-la em termos de *cena*

de enunciação. O termo “cena” se mostra proveitoso por apresentar o benefício da possibilidade de referir-se tanto a um quadro como a um processo:

Ela é, ao mesmo tempo, espaço bem delimitado no qual se apresentam as peças (“na cena se encontra...”, “o rei entra em cena”) e as sequências das ações, verbais e não verbais que habitam esse espaço (“na cena se encontra”, “uma cena doméstica”) (MAINGUENEAU, 2015, p. 117)

É certo que o discurso pressupõe um quadro definido pelas fronteiras do gênero; contudo, o discurso também deve gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação. Ao progredir nos estudos do discurso, deixa-se para trás a concepção reducionista de pensar o discurso enquanto materialidade textual e passa-se a compreender que o discurso também se constrói por uma cena representada no enunciado. Em outras palavras, a enunciação é um componente formador da própria estrutura do discurso. Maingueneau, ao desenvolver os estudos das cenas de enunciação, ajuda-nos a compreender o discurso mediante a concepção de papéis teatrais. Valendo-se de uma metáfora emprestada do mundo do teatro, “estamos sempre desempenhando papéis que nos são atribuídos e dos quais não podemos sair”. Cada ato de fala pronunciado pelo locutor faz com que ele possa assumir determinadas posições discursivas construídas pela linguagem.

A cena de enunciação, na qual são inseridos os discursos e onde se desempenham os papéis sociais, não são blocos centrados e compactos. A cena de enunciação faz interagir três cenas: a englobante, que equivale aos tipos de discurso; a cena genérica, que equivale ao gênero do discurso correspondente à situação comunicativa; e a cenografia, que é a construção de uma encenação feita pelo processo enunciativo.

Cena Englobante

A cena englobante é o equivalente ao comumente conhecido como “tipo de discurso”, é um recorte de um âmbito de atividade social caracterizada por gêneros de discurso (MAINGUENEAU, 2014, p. 118) como, por exemplo, discurso político, discurso religioso, discurso filosófico etc.

A cena englobante se manifesta pelo atravessamento das tipologias linguísticas: funcional e situacional, tais tipologias referem-se a como um determinado enunciado se realiza através de uma situação de enunciação. Ao passo que a tipologia linguística funcional considera o discurso quanto a sua funcionalidade, a tipologia situacional leva em conta, a partir de critérios sócio-históricos, os gêneros do discurso. A cena englobante é, portanto, esse campo amplo que engloba esse atravessamento entre tipologias funcional e situacional.

Cena Genérica

A cena genérica concerne ao gênero ligado ao tipo de discurso, opera como normas operacionais que desencadeiam determinadas expectativas. Por intermédio da cena genérica que associada ao tipo de discurso torna a realidade discursiva mais tangível, auxiliando a formação de efeitos de sentido do discurso. Sendo assim, dentro do quadro cênico constituído, os papéis atribuídos na enunciação sujeitam-se tanto ao tipo de discurso quanto à função do gênero ao qual pertence.

Embora o locutor tenha liberdade para a construção de vários sentidos, existem sentidos que o próprio gênero impõe que permitem um certo grau de previsibilidade por parte dos alocutários. O gênero do discurso é uma prática social, conformado a certas condições de uso, que se submete à necessidade que a sociedade apresenta. Abrange ele-

mentos com uma finalidade reconhecida, parceiros legítimos, lugar, momento, um suporte material e uma organização textual.

É justamente pela construção do quadro cênico formado pelo tipo do discurso e pelo gênero do discurso que se possibilita o espaço no qual a cenografia é composta. A cena genérica é, pois, os gêneros situados dentro da cena englobante, sem deixar de levar em conta a possibilidade da participação participação em outra cena englobante, o que nos leva à conclusão de que os discursos são flexíveis e as relações interdiscursivas são extensas.

Cenografia

Diversamente da cena genérica formalizada por suas normas constitutivas, a cenografia não vem pronta. Ela se dá pela enunciação que se desenrola para validar a própria fala no discurso. Para Maingueneau (2015, p. 122), “enunciar não é apenas ativar normas; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: a cenografia”. É por meio da enunciação que se desenvolvem as categorias de tempo e espaço que validam a cenografia perante enunciador e co-enunciador, alcançando este antes da cena englobante e genérica. A cenografia surge concomitantemente ao desenvolvimento do discurso.

Maingueneau (2015, p. 123) nos explica que “a noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza uma situação a partir da qual pretende enunciar”. A cenografia é um produto e processo construído pelo próprio discurso. Maingueneau (2006, p. 253) afirma que

[...] a cenografia é, ao mesmo tempo, origem do discurso e aquilo que engendra esse mesmo discurso; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, estabelecer que essa cenografia de onde vem a fala é precisamente a cenografia necessária para enunciar como convém.

A cenografia estabelece no momento da enunciação um conjunto de imagens valorizantes que o enunciador constrói de si e impõe aos outros. É por meio dos estudos da cenografia que se pode observar como o *ethos* se apodera da cena de enunciação, formando o discurso no tom apropriado.

Sobre Michelle Bolsonaro, enunciadora do discurso em análise

Michelle Bolsonaro (MB), primeira-dama do Brasil, fez um discurso no evento que marcou a Convenção do Partido Liberal (PL), por ocasião das eleições presidenciais do Brasil de 2022. O evento, organizado para anunciar a candidatura à reeleição do então presidente da República Jair Bolsonaro, aconteceu no Maracanãzinho, Rio de Janeiro, na data de 24 de julho de 2022, e contou com a participação de aproximadamente 10 mil pessoas. Tendo em vista a impopularidade do presidente Jair Bolsonaro com o eleitorado feminino, a primeira-dama foi convidada a falar e proferiu um discurso em que fez referência à vida devota de mulher cristã, à simplicidade do casal, ao atentado sofrido em 2018, entremeando seu discurso com aforismas religiosos e citações bíblicas.

Michelle Bolsonaro é evangélica ligada à Igreja Batista e tem ganhado um protagonismo inédito frente à campanha pela reeleição do esposo. Ao longo de sua trajetória de primeira-dama (2019-2022), tem levantado a bandeira da acessibilidade aos surdos defendendo o uso irrestrito da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como forma de democratizar o acesso à cultura e à informação às pessoas da comunidade surda.

Ao enunciar seu discurso, MB promove a imagem de si como a de uma mulher devota, seguidora dos princípios cristãos, dedicada ao lar e à família. É importante destacar alguns aspectos do seu discurso, os quais: i) trechos direcionados ao público feminino no sentido de desmistificar a ideia de que o então presidente da República,

Jair Bolsonaro, é misógino; ii) uma reiteração da imagem de pregadora religiosa ao usar um tom entusiástico e explorar citações de teor bíblico e religioso; e, iii) alusão à luta entre o bem e o mal, polarizando nos dois extremos os principais candidatos à presidência da República – Lula e Bolsonaro –, tendo chegado a protagonizar a disputa presidencial no segundo turno das eleições presidenciais no Brasil de 2022.

Dessa forma, o locutor, ao reivindicar um *ethos* de alguém ligado à igreja, de esposa e mãe devotada ao lar e à família, pressupõe que tal imagem é aprovada pelo auditório e intenciona, com tal estratégia, ganhar a adesão do público. Assim, ao reforçar o estereótipo de mãe, recatada e do lar, a oradora legítima, com base na ideologia do patriarcado predominante na sociedade, a figura da mulher tida como a ideal. Isto posto, analisemos, então, alguns aspectos do discurso substância de nosso trabalho.

Análise do discurso de Michelle Bolsonaro, na Convenção do Partido Liberal

Na data de 24 de julho de 2022, num evento da Convenção para as eleições presidenciais do Brasil do mesmo ano, organizado pelo Partido Liberal (PL), ao lado do então presidente da República, Jair Bolsonaro, a primeira-dama Michelle Bolsonaro é convidada a fazer um discurso para cerca de 10 mil pessoas presentes no Estádio do Maracanãzinho. O tipo de discurso proferido pode ser definido como discurso político de caráter monológico, controlado pela oradora para os propósitos a que se destina, tendo em vista a necessidade de uma adesão maior do eleitorado feminino e do setor evangélico à campanha pela reeleição de Jair Bolsonaro.

O *ethos* discursivo de Michelle Bolsonaro

O discurso de Michelle Bolsonaro na Convenção do Partido Liberal (PL) é, por diversas vezes, atravessado por fórmulas e clichês

do *ethos* de um pregador evangélico no púlpito de uma igreja. Apesar de ser um discurso monologal, em que o enunciador detém o controle sobre o discurso, percebe-se, em alguns momentos (cf. vídeo publicado nos sites de jornalismo)¹, a participação do auditório em falar fórmulas como “Amém!”, “Aleluia!”, “Glória a Deus!”, que a oradora, revestindo-se da representação de uma pregadora, repete de forma efusiva e entusiástica. Como nos tempos bíblicos, quando os antigos profetas falavam para indicar o escolhido por Deus que salvaria o povo, nos tempos modernos a pregadora professa o “escolhido de Deus” para salvar a nação. O *ethos* de pregadora se constrói como fiador suscitando a adesão do auditório ao enunciado.

Tendo em vista que o discurso contém algumas falas de auto-apresentação (reforço do *ethos* dito), o *ethos* mostrado de Michelle Bolsonaro permite ao auditório construir, portanto, a imagem de uma mulher modelo frente ao arquétipo de mulher concebido pela sociedade do patriarcado. A personagem de que se reveste MB é a de uma mulher de fé, devota e zelosa em relação aos valores cristãos da família e do casamento, abnegada aos deveres de mãe e de esposa.

Para reforçar o *ethos* de benevolência ligado ao PR Jair Bolsonaro, a oradora traz como cenografia a luta do bem contra o mal, assumindo o posicionamento de que todos aqueles que se colocam a favor do espólio escolhem o lado do bem. Além disso, MB evoca para si a imagem de uma mulher forte, valente, ao repetir inúmeras vezes que “não é fácil”, “tem sido um sacrifício” a rotina da família, estando o então presidente da República, Jair Bolsonaro, à frente do cargo.

A cena de enunciação no discurso de Michelle Bolsonaro (MB)

Tendo em vista que o presente artigo tem como foco definir qual o *ethos* construído pelo discurso de Michelle Bolsonaro a partir

1 Vídeo do discurso da primeira-dama Michelle Bolsonaro, dirigido à Convenção do Partido Liberal. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-e-assista-ao-discurso-de-michelle-na-convencao-do-pl/>. Acessado em: 29/08/2022.

dos elementos da cena de enunciação, buscamos aqui perceber quais cenografias, considerando a cena englobante de um discurso político, são trazidas para a enunciação como forma de conquistar ou reforçar a adesão do auditório a uma determinada tese. Com base nesse pressuposto, partimos da ideia de que o enunciador constrói uma imagem de si no discurso valendo-se das cenografias evocadas no ato da enunciação, para reforçar ou transformar o *ethos* prévio elaborado pelo auditório.

Assim, na análise do nosso *corpus*, elencamos algumas cenografias evidentes no discurso de Michelle Bolsonaro consideradas relevantes, dada a intencionalidade discursiva e o contrato de comunicação, quais sejam essas cenografias: mulher devota a Deus, mulher abnegada à família, mulher forte e fiel aos princípios cristãos, representação de pregadora evangélica, atentado em 2018, a luta maniqueísta entre o bem e o mal, resgate do patriotismo, governo fruto de determinação divina. Além dessas cenografias, é importante considerarmos a saliência do *ethos* prévio de primeira-dama da República do Brasil, evangélica ativa, defensora dos direitos de acessibilidade à comunidade surda, além de outros predicativos que, tendo em vista a natureza do auditório – filiados do Partido Liberal e eleitores e simpatizantes do governo de Jair Bolsonaro, à frente da Presidência da República (2019-2022) –, certamente não foram ativados/mobilizados pelos co-enunciadores. Por outro lado, se nos atentarmos para o fato de que, dada a possibilidade de esse discurso ser posteriormente reproduzido e repercutido pelas mídias televisivas e sociais, há uma intencionalidade persuasiva para além do momento de realização do discurso, tendo outro público como destinatário. Então, devemos considerar a existência de um *ethos* prévio elaborado com outras nuances. Daí porque insistimos que há, por parte da oradora, uma intenção subjacente de conquistar a adesão de um público virtual, mas ausente no ato da enunciação em si.

No conjunto da cena da enunciação do discurso em tela, a cena englobante é de um discurso político proferido por uma figura liga-

da a um chefe de Estado, portanto, uma figura pública – a primeira-dama da República. Uma cena englobante que seja política implica “uma relação entre um ‘cidadão’ dirigindo-se a ‘cidadãos’ sobre temas de interesse coletivo” (MAINGUENEAU, 2015, p. 119). Ao assumir o papel de enunciador a partir de uma cena englobante, o locutor deve, por meio de sua enunciação, moldar-se ao modelo prototípico de locutor estabelecido pela prática languageira dos falantes locais. No entanto, o que se constata no discurso em análise é a escolha da oradora Michelle Bolsonaro em assumir o protótipo de uma pregadora evangélica, tanto no teor de sua fala quanto na performance de seu corpo, atribuindo um tom teocrático ao discurso. Daí porque o discurso parece confundir-se com a cena englobante de um discurso religioso. Tal aspecto coloca ao analista do discurso uma dificuldade, que é a do “encaixamento de cenas englobantes” (*idem, ib.*). Segundo Maingueneau (2015, p. 120), em situações dessa natureza, cabe ao pesquisador, em função de seus objetivos, “decidir em que nível vai situar a cena englobante pertinente”.

Outro componente da cena da enunciação é a cena genérica que não é nada mais do que o gênero do discurso. O gênero é definido a partir das finalidades do enunciador ao se produzir um enunciado. Em virtude das finalidades e do papel social exercido pelo enunciador, em um lugar apropriado para o sucesso de seu discurso, desenrola-se o discurso político-eleitoral de Michelle Bolsonaro. E o lugar de realização de um discurso não é fortuito, “a escolha do lugar nunca é indiferente, sobretudo para os discursos com forte carga simbólica” (MAINGUENEAU, 2015, p. 121). Ainda conforme Maingueneau (2015, p. 121), a depender do papel assumido pelo orador, e ele assumirá “o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre o seu auditório” (MAINGUENEAU, 1997, p. 45), ocorre a associação a certos comportamentos discursivos e a certas atitudes durante a enunciação. No caso em tela, a oradora adota como comportamento discursivo um tom entusiástico, apelativo, e “encena” a performance

de uma pregadora evangélica no púlpito de uma igreja, como porta voz divina, falando aos seus fiéis.

Sobre a cenografia, podemos dizer que ela é também constitutiva do discurso, uma vez que enunciar é construir uma cenografia (MAINGUENEAU, 2015, p. 122). Nas enunciações monológicas, ou seja, quando o locutor pode controlar o processo de enunciação, a cenografia desenvolve-se com maior plenitude (MAINGUENEAU, 2015, p. 123). No Quadro 1, reproduzido abaixo, descrevemos quais cenografias são mobilizadas pela oradora para favorecer o *ethos*, entre o dito e o mostrado pela enunciação.

Quadro 1 – Cenografias no discurso em análise

Cenografias	Trechos do discurso
mulher devota a Deus	<i>eu tenho falado de Deus porque é o nosso pilar, e sem Ele nós não somos nada / Eu como cristã – e muitas aqui são – estamos na mesma corrente, na mesma aliança de intercessão e oração pelos governantes.</i>
mulher abnegada à família	<i>toda a 3ª feira no gabinete dele quando ele vai embora, quando o Planalto se fecha, eu entro com os meus intercessores e eu oro na cadeira dele / eu, uma dona de casa que cuidava dos nossos filhos para ele ter paz</i>
mulher forte e fiel aos princípios cristãos	<i>não é fácil / tem sido um sacrifício / Não é por status porque é muito difícil estar desse lado</i>
representação do <i>ethos</i> de pregadora evangélica	<i>Amém! / Aleluia! / Glória a Deus! / Enquanto existir esse joelhinho aqui, as promessas de Deus irão se cumprir.</i>

governo fruto de determinação divina	<i>o Senhor tem o controle de todas as coisas. Não cai um fio do cabelo de nossa cabeça e uma folha de uma árvore sem a permissão do Senhor. / As palavras do Senhor vão se cumprir sobre essa terra / E Deus tem promessas para o Brasil, e todas as promessas irão se cumprir. /A reeleição é por um propósito de libertação, um propósito de cura para o nosso Brasil. Nós declaramos que o Brasil é do Senhor.</i>
resgate do patriotismo	<i>Nós aprendemos a amar o nosso Brasil. / Com a campanha dele, foi resgatado o patriotismo, essa chama foi acendida / Hoje nós temos orgulho de dizermos que nós somos brasileiros.</i>
suposta misoginia do presidente da República	<i>Falam que ele não gosta de mulheres. E ele foi o presidente da história que mais sancionou leis para mulheres, para a proteção das mulheres. / Quando ele leva água para o Nordeste, ele está cuidando da mãe dona de casa, a mãe que leva o balde, a bacia na cabeça para cuidar de seus filhos.</i>
atentado do ano de 2018	<i>há 4 anos nós passamos essa experiência, e a gente não tinha ideia do que nós iríamos enfrentar / quando eu cheguei ali na Santa Casa, que eu vi o meu marido sentado ali naquela maca, desfigurado, eu olhei pro teto do hospital e falei: o Senhor tem o controle de todas as coisas / foi a preço de sangue estarmos aqui / Passamos por um atentado, tem sequelas até hoje</i>
luta do bem contra o mal	<i>Não querem ver o bem do nosso Brasil / Não negociem com o mal. Essa luta não é contra homens e mulheres, é contra potestades e principados</i>

Fonte: Quadro elaborado pelos autores

Aspectos do *ethos* de MB estratégicos no processo de persuasão

Ao reivindicar vários *éthe* para si mesma, insistindo na imagem de uma mulher de fé, fiel aos princípios cristãos, zelosa com os deveres familiares de mãe e de esposa, Michelle Bolsonaro deseja reforçar de forma positiva sua imagem de mulher sábia e virtuosa, a exemplo de figuras bíblicas como Sarah, Ester ou mesmo a profetisa Débora, de forma a obter a adesão do auditório ao seu posicionamento discursivo em prol do marido. Da mesma forma, através da sugestão de uma espécie de silogismo aristotélico, levando em consideração a estratégia do discurso de MB na conquista pelo público feminino, percebemos a intencionalidade palpável de suavizar alguns “rótulos” atribuídos à imagem do então candidato à reeleição à presidência da República, Jair Bolsonaro. Ao insistir em reforçar a imagem de mulher de fé e abnegada à família, teríamos um silogismo: *Sou uma mulher sábia e virtuosa, temente a Deus. Portanto, casada com um homem também sábio e virtuoso, temente a Deus.* Ou então algo que sugere o seguinte raciocínio: *Sou uma boa mulher, serve de Deus, boa mãe e boa esposa, portanto casada com Jair Bolsonaro que é um bom homem, servo de Deus, bom pai e bom esposo.* Tal silogismo tenderia a apagar estereótipos negativos como misógino ou corrupto. Assim, tanto o *ethos* construído durante a enunciação quanto os aspectos componentes da cena da enunciação são estrategicamente articulados para garantir as finalidades a que se destina determinado enunciado.

Considerações finais

Este artigo teve o propósito de analisar como a imagem de si, construída pela então primeira dama Michelle Bolsonaro, imprime força de persuasão ao discurso ao mesmo tempo em que o *ethos*, segundo os estudos de Maingueneau (2015, 2020) e Amossy (2021), operacionaliza as cenas discursivas: cena englobante, cena genérica e cenografia.

Por se tratar de uma convenção de um partido político, a cena englobante é a do discurso político. Contudo, de acordo com a situação comunicativa e as condições de uso das interjeições, dos imperativos, das repetidas alusões e paráfrases de textos bíblicos, do repetido uso do vocábulo “Deus” no discurso de Michelle Bolsonaro, encontramos a produção do gênero de discurso religioso. Quando ela enuncia que há “um projeto de libertação para essa nação (Brasil)” e logo após um “Amém!”, entrelaça-se o político e o religioso, e pela afetação e reação interativa do auditório, encontramos a cenografia, um discurso teocrático. Mas, quais as implicações que um discurso teocrático, produzido pela primeira dama do líder de Estado, acarreta numa república democrática laica? Fica a pergunta para uma reflexão.

O poder persuasivo de um discurso se dá, em boa parte, por conduzir o auditório a se identificar com o movimento das propriedades corporais (físicas) e psicológicas que são investidas de valores históricos específicos. O *ethos* constrói-se no momento da enunciação e se apóia num conjunto de estereótipos dos quais pode incorporar, em outras palavras, o modo de dizer implica o modo de ser, o que, por conseguinte, suscita maior adesão às ideias do discurso por parte do auditório. As cenas de enunciação englobante, genérica e cenografia cumprem um papel contributivo para a compreensão do apelo da intencionalidade de persuadir o auditório a uma visão positiva do presidente Jair Bolsonaro.

A conclusão chegada é que a cenografia elaborada no discurso de Michelle Bolsonaro na convenção do PL sincretiza os gêneros discursivos político e religioso ampliando o nível persuasivo (apelando tanto ao *logos* quanto ao *pathos*), ao passo que mobiliza em doses adequadas às dimensões categoriais, experienciais e ideológicas do *ethos*, atribuindo um valor de verdade divina ao discurso, atribuindo um estereótipo positivo ao marido, beneficiando a construção de uma imagem positiva do *ethos* prévio de um terceiro.

Referências

AMOSSY, R. **La Présentation de soi: Ethos et identité verbale**. França: Presses Universitaires France, 2021.

FREITAS, E. C. de; ANTUNES JR., F. S.; BOAVENTURA, L. H. **O rei e o bobo da corte: cenografia, ethos e arquétipos no discurso presidencial**. Galáxia (São Paulo, online), ISSN: 1982-2553. Publicação Contínua. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202254761>. v. 47, 2022, pp.1-25. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/54761/39544>. Acessado em: 19/10/2022.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Cecília S. Rapôso. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, D. S.; TAVARES, M. L.; MAIA-VASCONCELOS, S. **A Teoria dos Atos de Fala e o Ethos no último discurso de “O Grande Ditador” de Charles Chaplin**. Revista do GELNE, Piauí, v. 12 n.2, 2010. p. 33-44.

MAINGUENEAU, D. L'ethos discursif et le défi du web. **Itinéraires** [En ligne], 2015-3/2016. DOI: 10.4000/itineraires.3000. ISSN: 2427-920X. Disponível em: <http://journals.openedition.org/itineraires/3000>. Acesso em: 19/10/2022.

_____. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 1997.

_____. **Discurso Literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 69-92.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana. Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-29.

_____. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Retorno crítico à noção de *ethos*. **Letras Hoje**, Programa de Pós-Graduação em Letras PUCRS, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul./set. 2018.

_____. **Variações sobre ethos**. Tradução de Marcos Marcionilo. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2020.

_____.; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.

UM ESTUDO DA PARÁFRASE DE TEXTOS MOTIVADORES COMO ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DE REDAÇÕES

Kennedy Cabral Nobre
Larisse Ferreira de Alcântara Lima

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a utilização da paráfrase como estratégia de produção textual em concurso de redação voltado a estudantes do Ensino Médio. Para tanto, fundamentou-se no conceito de paráfrase linguística/discursiva de Fuchs (1982), considerando-se os planos locutivo, referencial, pragmático e simbólico. São analisadas duas redações com médias distintas, uma avaliada como excelente e outra como insuficiente. Foram contrapostos o conteúdo das redações com as informações constantes nas propostas de redação. Os resultados apontam que o uso da paráfrase foi produtivo em ambos os textos, em especial a paráfrase no plano referencial, visto que os objetos de discurso introduzidos nos textos motivadores são ativados também nas redações. Verificou-se que a redação julgada como insuficiente apresentava paráfrases no plano locutivo,

o qual consiste em alterações sintáticas e na passagem do texto matriz ao texto-fonte; e paráfrases no plano referencial nas quais se constatam expressões referenciais generalizadas, o que contribuiu para baixa progressão textual. Já a redação julgada como excelente apresentava progressão quanto aos referentes, verificando-se ainda o emprego de paráfrases simbólicas no que diz respeito ao desenvolvimento das temáticas a partir de informações não constantes nos textos originais.

Este capítulo estrutura-se a partir de uma rápida seção sobre paráfrase, seguida de informações respeitantes aos procedimentos metodológicos e da análise das duas redações. Por fim, apresentamos considerações finais do estudo.

Sobre a paráfrase

A paráfrase é em geral conceituada como fenômeno que se assemelha à sinonímia, mas tratada em escopo translexical. A aparente simplicidade neste conceito revela, todavia, aspectos epistemológicos quanto ao seu enfoque, sendo o primeiro deles, já discutidos em Fuchs (1982a) quanto à abordagem linguística ou discursiva da paráfrase, isto é, se o fenômeno é inerente à linguagem ou inerente ao discurso. Também se destacam distintas perspectivas históricas do estudo do fenômeno: a perspectiva lógica da equivalência formal, a perspectiva gramatical da sinonímia e a perspectiva retórica da reformulação (FUCHS, 1985), em que o fenômeno é conceituado e estudado em conformidade com tais perspectivas. Levando em conta o objetivo deste trabalho, consideramos a paráfrase tanto um fenômeno de ordem linguística, visto que é possível a qualquer falante “traduzir”, “retextualizar”, “reformular” um enunciado outro a partir dos conhecimentos linguísticos internalizados; quanto um fenômeno de ordem discursiva, visto que nenhuma atividade de paráfrase ocorre desprovida de intencionalidades, sem um contexto específico de produção. Nesse ponto,

inclinamo-nos a pensar a paráfrase, mesmo que muito próxima ao texto-fonte, mais como reformulação que como sinonímia ou equivalência lógica.

Dito isto, elegemos, neste trabalho, como categorias operacionais, os planos parafrásticos apresentados por Fuchs (1982b): o locutivo, o referencial, o pragmático e o simbólico. No plano locutivo, a paráfrase se estabelece em termos de sinonímia frasal e corresponde a recursos de natureza eminentemente sintática, como o reordenamento de constituintes, ou como mudança de voz ativa para a passiva, a partir de aspectos gramaticais. Também ocorre neste escopo paráfrases constituídas por permutas lexicais. Trata-se da paráfrase em seu aspecto eminentemente linguístico. A exemplo desse plano podemos citar as seguintes frases: “Estou vendo aquela moça” e “Estou enxergando aquela moça”, nessas frases percebe-se que o uso da palavra “enxergando” substitui a palavra “vendo” por apresentar o mesmo sentido no contexto frasal apresentado.

O plano referencial está no âmbito enunciativo, uma vez que a paráfrase se manifesta sobre as identidades compartilhadas pelo emissor e pelo receptor. Nesse plano, verifica-se o uso de dêiticos, ou seja, recursos que estabelecem a coesão textual e evitam a repetição de palavras, por exemplo, pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios. Ao citar “João foi ao cinema” e “Ele foi ao cinema” percebe-se que a paráfrase se estabelece, pois o pronome “ele” faz referência a “João”. Advogamos, neste trabalho, que as paráfrases em planos referenciais não se dão exclusivamente mediante dêiticos, mas também se consideram paráfrases quando ocorre o compartilhamento de referentes, entendidos como objetos de discurso (KOCH, 2000, 2002, 2003), a partir de expressões nominais distintas.

No plano pragmático, as paráfrases são vistas a partir das intenções que o locutor tem ao compor um discurso, nesse caso pressupostos da Teoria dos Atos de Fala de Austin (1990) são pertinentes.

Para Austin (1990), todo ato de dizer carrega simultaneamente três atos: o ato locucionário, que implica a própria ação de dizer; o ato ilocucionário corresponde à ação realizada ao dizer; e, por fim, o ato perlocucionário faz referência aos efeitos causados no interlocutor. A paráfrase ocorre em plano pragmático quando há compartilhamento de intenções, ainda que textualmente isso possa ser enunciado a partir de formas semanticamente distintas. O clássico exemplo “Está frio” e “Feche a janela” pode ser considerado, em plano pragmático, como paráfrase.

Por último, o plano simbólico faz referência a discursos já-ditos que podem ser apreendidos ao longo da exposição social, cultural e política dos sujeitos. Pêcheux (1999 [1983]), *a priori*, enfatiza que a *Memória* deve ser entendida como uma relação entre a memória social e a memória construída do historiador e não como “memória individual”. Assim, a inscrição do acontecimento no espaço da memória se estabelece a partir do “acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 50). Com isso, a materialidade discursiva ocorre por meio da repetição e da regularização, desse modo, essa memória discursiva, tendo em vista o texto, surgiria ao ler e estabelecer os “implícitos”, ou seja, os pré-construídos de que toda leitura necessita. Por exemplo, um enunciado como “Todos somos iguais”, pode remeter à Declaração Universal do Direitos Humanos, ou à Constituição Cidadã, estabelecendo-se simbolicamente uma relação parafrástica.

Nas redações do concurso, esses planos podem ocorrer a partir das estratégias escolhidas pelo participante, por exemplo, a troca de palavras sinônimas no plano locutivo; no plano referencial a partir do uso de pronomes para fazer referência a nomes próprios. No plano pragmático a partir do compartilhamento de intenções. E, por último, no plano simbólico, mediante figuras de estilo e alusões que se associam a *já-ditos*.

Metodologia

Para analisar o uso de paráfrase como estratégia de produção textual em redações, comparamos dois textos submetidos ao *Concurso de Redação Enem: chego junto, chego a 1000!*, de 2021, destinado aos alunos da 3ª série do Ensino Médio e do EJA, das escolas públicas do Ceará. Os textos foram fornecidos pela CREDE 9 e obtivemos autorização para pesquisa. Visando assegurar a privacidade dos candidatos, não identificamos a autoria dos textos.

O certame é realizado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR). Para a participação, o primeiro passo consistia na realização da inscrição do aluno por meio do portal “Aluno On-line” na plataforma Enem Mix. Depois de inscrito, o aluno tinha acesso à folha oficial, à inforreportagem e aos textos motivadores sobre a temática proposta, por último o participante deveria escrever e postar seu texto para efeitos avaliativos.

No total, o concurso apresentou cinco temas, disponibilizados previamente no edital, mas a divulgação dos textos motivadores e das inforreportagens eram postadas às terças-feiras, na plataforma *Enem Mix*, nas seguintes datas: 24/08, 31/08, 07/09, 14/09 e 21/09. Diferentemente de certames como o Enem, o candidato dispunha de tempo para a produção do texto, inclusive lhe era facultada a consulta e o aprofundamento das temáticas a partir de textos outros além dos disponibilizados pelo certame. A proposta de redação do concurso segue o padrão visto no Enem, apresentando-se três ou quatro textos motivadores de diferentes gêneros, seguidos por instruções para que o participante construa um texto que apresente ponto de vista sobre o tema e uma intervenção que respeite os direitos humanos.

Esses textos escolhidos a partir da temática proposta trazem outras vozes, refletem ideologias e exemplificam informações que serão pertinentes à temática escolhida pelo certame por remeterem as vi-

sões de mundo acerca de determinado assunto. Em geral, são textos curtos, muitas vezes adaptados dos originais, que visam introduzir uma temática, sem o intuito de aprofundamento – para que seja permitido aos candidatos, em suas produções, a especialização da proposta. O Quadro 1 mostra as temáticas desse concurso:

Quadro 1 – Temáticas do “Concurso de Redação Enem: chego junto, chego a 1000!” de 2021

Datas	Temáticas
24/08/2021	“Dilemas da escolha profissional do jovem na contemporaneidade”
31/08/2021	“As limitações do SUS no contexto da covid-19”
07/09/2021	“A dificuldade de erradicar o trabalho infantil no Brasil”
14/09/2021	“O papel do esporte no combate ao preconceito”
21/09/2021	“A banalização do Holocausto nos dias atuais e os efeitos na sociedade moderna”

Fonte: Elaboração própria

Dentre esses temas, selecionamos, para a análise, dois textos avaliados, respectivamente, com nota 400 e o outro com 960, produzidos por participantes diferentes, a partir do tema quatro do certame “O papel do esporte no combate ao preconceito”. A proposta construída para desenvolvimento de redação sobre esta temática se constituiu por três textos que remetiam a situações em que jogadores foram expostos a preconceitos nos estádios de futebol, além de dados que comprovam o aumento dessa discriminação. Vejamos, na íntegra, os textos motivadores, a seguir transcritos tal qual se encontram nas propostas:

Texto I

Nos ambientes esportivos se vende a ideia de que todos são iguais. De que todos recebem o mesmo tratamento. De que todos são respeitados.

Não é bem assim. Ao longo dos anos, o preconceito esteve e ainda está presente nos ambientes esportivos. A participação da mulher e do negro no esporte, a orientação sexual do e da atleta são alguns dos preconceitos históricos, sociais e culturais que precisam ser vencidos. O que tem sido feito para combatê-lo e para que todos possam ser tratados com respeito e exercer seus direitos? Por causa dele, homens e mulheres tiveram suas carreiras interrompidas ou precisaram suportar serem humilhados até o fim delas. Mas há quem teve e tem coragem para enfrentar a homofobia, o racismo e todo tipo de preconceito.

Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/esporte-em-jogo-preconceitos-uma-corrída-de-obstaculos/>. Acesso em: 14 abr. 2020
– Adaptado.

O primeiro texto motivador trata-se de um excerto de um texto de natureza argumentativa que contesta uma ideia preconcebida de que há liberdade no mundo esportivo. Para a defesa deste ponto de vista, são mencionados grupos que sofrem preconceitos dentro e fora do âmbito esportivo, como mulheres, negros e homossexuais. Trata-se de um texto adaptado do original que apresenta de forma pouco aprofundada a temática em questão, provavelmente uma estratégia do certame para evitar cópias e paráfrases muito próximas do original.

Texto II

Em protesto inédito e histórico contra o racismo no futebol, jogadores de Paris Saint-Germain (França) e Istanbul Basaksehir (Turquia) abandonaram o campo durante o primeiro tempo da partida desta terça-feira (8/12/20), em Paris, válida pela última rodada da fase de grupos da Champions League, a principal competição entre clubes de futebol da Europa. Aos 14 minutos do primeiro tempo, com o placar em 0 a 0, o auxiliar-técnico do Basaksehir, o camaronês Pierre Webó, acusou o quarto árbitro do jogo, o romeno Sebastian Coltescu, de ofendê-lo com uma expressão racista. Depois de Webó reclamar de um lance com a arbitragem, Coltescu chamou o juiz principal, Ovidiu

Hategan, para pedir punição ao auxiliar-técnico, dizendo: “Aquele preto ali. Vá lá e verifique quem é. Aquele preto ali. Não dá para agir assim”.

Revoltados, os atletas da equipe turca protestaram junto ao árbitro número um da partida e, em seguida, abandonaram o gramado do Parque dos Príncipes. O time do PSG se juntou aos protestos durante todo o tempo e também abandonou o gramado em seguida.

Em campo, os jogadores do PSG juntaram-se à indignação e apoiaram o protesto dos adversários. Neymar e Mbappé, os dois principais jogadores do clube parisiense foram contundentes em conversa com o árbitro. “Nós não vamos jogar”, afirmou Neymar. “Se esse cara não sair, nós não jogamos”, completou Mbappé.

Adaptado de: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/12/psg-e-istanbul-basaksehir-abandonam-jogo-em-protesto-inedito-contra-racismo-no-futebol/>

O texto II é uma notícia que exemplifica um protesto contra o racismo ocorrido em estádio de futebol onde os jogadores do Paris Saint Germain (França) e do Istambul Basaksehir (Turquia) deixaram o campo ainda no primeiro tempo, em decorrência de comentários racistas por parte do quarto árbitro do jogo. O terceiro texto motivador, por sua vez, traz um excerto com dados sobre denúncias de racismo, homofobia e sexismo nos estádios fornecidos pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Vejamos:

Texto III

As denúncias de racismo, homofobia e sexismo nos estádios aumentam ano após ano. De acordo com levantamento parcial do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, o número de casos registrados apresentou alta de quase 20% em 2019. No entanto, vozes influentes do esporte também se levantaram para confrontar o preconceito. Do brasileiro Taison, ofendido com insultos racistas na Ucrânia, à melhor jogadora do mundo, Megan Rapinoe, ativista pela igualdade de gênero, atletas começam a perceber o im-

pacto que suas manifestações podem desempenhar no enfrentamento à onda de intolerância que afeta também o futebol.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/30/deportes/1577720896_858504.html. Acesso em: 14 abr. 2020

Após a apresentação dos textos motivadores, há o comando de escrita que contém a proposta de redação. Essa estrutura se repete nas propostas e todos esses textos, de certa forma, influenciam na escrita dos participantes, pois os permitem lembrar situações vividas ou presenciadas em algum contexto e, assim, o participante compõe o texto por meio de paráfrases explícitas dos textos motivadores ou por meio de “*já-ditos*”.

Uso de paráfrases de textos motivadores

A seguir, apresentamos as duas redações analisadas quanto aos planos parafrásticos estipulados por Fuchs (1982b). Vejamos a primeira redação, avaliada com a nota 400. Atente-se que procuramos reproduzir o texto da forma como foi manuscrito, mantendo-se as eventuais inadequações. Os trechos destacados em negrito correspondem a passagens efetivamente parafraseados dos textos motivadores. As expressões nominais em itálico correspondem a objetos de discursos que são ativados também nos textos motivadores.

Redação 1 – 400

Em muitos esportes, principalmente o futebol **se passa a ideia de que todos somos iguais, mas nem sempre é assim que funciona**, muito jogadores se sentem desmotivados com *tanto racismo no futebol*, **isso infelizmente acaba com a carreira de muitos**. E tem *muitos casos de preconceitos contra as mulheres* no futebol, pois muitos acham que o futebol é *coisa de homem*, e isso é *uma ideia machista*, em pleno 2021 não temos que ter esse pensamento. **De acordo com levantamento parcial do observatório da discrí-**

minação Racial no futebol, o número de casos registrados apresentou alta de quase 20% em 2019, para abolir *o racismo* nos esportes, além de nos conscientizarmos, é necessário tomar medidas práticas *o racismo*, será mais fácil para cumprir a lei, e prender o individuo que praticou tal ato, isso serve de lição para os outros torcedores não cometerem as mesmas práticas erradas.

O machismo no futebol é algo que envergonha muitos torcedores que tem respeito com as mulheres no futebol, *o machismo no futebol* não pode haver mais, as medidas precisam ser tomadas como por exemplo: Empedir a entrada de torcedores que já cometeram essas práticas nos estádios. Ultimamente o futebol feminino vem crescendo nos últimos ano pois muitas pessoas tem que ser concientizados. É necessário que os torcedores não sejam *racistas* e que não hajam de modo machistas com as jogadoras, pois todos podemos praticar o futebol vamos nos conscientizar somos todos iguais e temos que ser do nosso jeito.

Consta, na redação, trechos inteiros que apresentam correspondência análoga aos textos motivadores, o que revela o expediente da paráfrase no plano locutivo para a construção de partes da redação. Observa-se que o emprego da paráfrase para iniciar o texto da redação acabou por reproduzir a própria estrutura argumentativa do Texto Motivador I, que apresenta o tema mediante a contestação de uma premissa que sustenta ideias de igualdade no esporte. Em outras palavras, a defesa do ponto de vista na redação tem ponto de partida idêntico à argumentação do Texto Motivador I.

Linguisticamente, esta introdução se produz de forma eminentemente locutiva, isto é, a partir substituições de expressões nominais por outras semanticamente equivalentes, sem que se tivesse o empenho de sequer buscar-se uma alteração sintática, com exceção do último par de paráfrases a seguir, em que o autor da redação, além de alterar expressões nominais por outras que, no contexto, apresentem equivalência de significado, mediante uso genérico de pronome indefinido (homens e mulheres > muitos), altera a ordem sintática da voz passiva para a voz ativa. Assim, temos:

TM I: Nos ambientes esportivos

R1: Em muitos esportes

TM I: se vende a ideia de que todos são iguais

R1: se passa a ideia de que todos somos iguais

TM I: Não é bem assim

R1: Mas nem sempre é assim que funciona

TM I: homens e mulheres tiveram suas carreiras interrompidas

R1: Isso infelizmente acaba com a carreira de muitos

A paráfrase em plano locutivo também se observa de forma mais veemente ainda numa passagem em que se reproduz *ipsis litteris* um excerto do Texto Motivador III (de acordo com levantamento parcial do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, o número de casos registrados apresentou alta de quase 20% em 2019). Trata-se, com efeito, da proposição com maior grau de informatividade da redação, em que se traz um dado estatístico que comprova o aumento de casos de discriminação racial no futebol.

Aparentemente, a redação em análise não apresenta mais nenhuma paráfrase dos textos motivadores, visto que não se consegue estabelecer correlação entre proposições, como foi feito anteriormente. Todavia, uma leitura mais atenta aponta que as informações contidas na redação foram todas depreendidas dos textos motivadores, especialmente do primeiro. Com efeito, ainda que não se encontrem excertos de proposições relacionáveis, na redação o candidato aciona os mesmos objetos de discurso que já constavam nos textos motivadores, conforme se demonstra no Quadro 2 a seguir, no qual apontamos as expressões referenciais que remetem ao campo semântico relativo ao preconceito, ao racismo e ao machismo:

Quadro 2 – Expressões referenciais remissivas a objetos de discurso comuns à Redação 1 e aos Textos Motivadores

Expressões referenciais da Redação 1	Expressões referenciais dos textos motivadores
tanto racismo no futebol; muitos casos de preconceitos contra as mulheres; coisa de homem; uma ideia machista; o racismo; o machismo no futebol; racistas;	o preconceito (TM I); a participação da mulher e do negro no esporte (TM I); alguns dos preconceitos históricos, sociais e culturais que precisam ser vencidos (TM I); a homofobia (TM I); o racismo (TM I); todo tipo de preconceito (TM I); o racismo (TM II); uma expressão racista (TM II); As denúncias de racismo, homofobia e sexismo (TM III); o preconceito (TM III); insultos racistas (TM III); a onda de intolerância que afeta também o futebol (TM III);

Fonte: Elaboração própria

É óbvio que, considerando-se as condições de produção de uma redação de concurso escolar, é coerente que o tema sugerido para a produção textual seja respeitado, de forma que se construam objetos de discurso comuns tanto à redação quanto aos textos motivadores. Contudo, o que se observa no texto sob análise é que o candidato não construiu nenhum objeto de discurso que não estivesse previsto nos textos motivadores. É inadequado afirmar que há relação correferencial entre os objetos construídos nos textos motivadores e na redação, isto é, não se pode alegar que haja *retomada* de referentes, pois trata-se efetivamente de textos distintos. No entanto, atesta-se que o

candidato manteve os referentes originais no mesmo grau de generalização dos textos motivadores – em especial o primeiro e o terceiro, dos quais se retira passagens mediante paráfrase em plano locutivo, conforme já analisado.

Nesse ponto, convém reforçar que os textos motivadores já são adaptações de textos originais, os quais muitas vezes sofrem excisões ou simplificações de linguagem, justamente com o intuito de não exaurir as temáticas, permitindo aos candidatos do certame que explorem ou aprofundem as temáticas tratadas em superficialidade.

Na redação, ao se ativarem alguns dos objetos de discursos constantes nos textos motivadores, sem que eles sejam recategorizados em termos de progressão e retomada textual, percebe-se que houve emprego de paráfrase em plano referencial. Em outras palavras, os objetos de discurso ativados nos textos motivadores são ativados na redação, sem que se percebam acréscimos semânticos significativos. Em virtude disso, a redação é bastante circular, ou seja, pouco progride e ainda oscila na tematização do racismo e do machismo, demonstrando que não houve um planejamento global em sua produção. Tais problemas, que são flagrantes casos de infrações nas metarregras de coerência (COSTA VAL, 1991), aliados aos recursos de paráfrase (nos planos locutivo e referencial) que muito se aproximam dos textos motivadores, contribuíram para uma avaliação que atribuiu uma nota relativamente baixa.

Passemos à leitura de uma redação melhor avaliada, a fim de verificarmos que estratégias de paráfrase dos textos motivadores é utilizada.

Redação 2 – 960

Nas olimpíadas de Tóquio, a ginasta Rebeca Andrade marcou a história do esporte ao ser a primeira atleta brasileira medalhista olímpica na ginástica feminina, além de representar sua cultura nessa conquista. Nesse contexto,

afirma-se a importância do esporte no combate á estigmas. Entretanto, a jornada de muitos atletas ainda são marcadas por desigualdades e preconceito.

A priori, a desigualdade de gênero no esporte acentua o impasse. Em 2019, durante a Copa do Mundo Feminina de Futebol, a jogadora brasileira Marta manifestou-se em ativismo à causa, levando ao debate de gênero. Nesse sentido, a ausência de igualdade é marcada por diferenças salariais exorbitantes, esteriótipos machistas e pouca visibilidade no meio midiático, presentes até em outras modalidades.

Ademais, a discriminação perpetua o óbice do preconceito. **Segundo o relatório de 2017 do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, cerca de 80% dos casos reconhecidos foram em estádios.** Além do racismo, também há casos de LGBTfobia, machismo e xenofobia. Nesse contexto, a intolerância gera um cenário de violência psicológica e até física, não obtendo, em muitos casos, a punição necessária para que esses crimes, apesar do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

Mediante o exposto, compete a Secretária Especial do Esporte, por meio de entidades esportivas da mídia, promover a visibilidade das diversidades no esporte, refletindo acerca da igualdade e esclarecendo as causas para que tal fator ainda prevaleça. Além disso, deve-se assegurar a punição e nota de repúdio público às discriminações. Tal qual o cumprimento do Direito Desportivo, a fim de garantir a importância do esporte na construção social, respeito, e a justiça no cenário esportivo.

Diferentemente da redação já analisada, neste texto só se percebe uma passagem em que há, de fato, uma proposição que se assemelha a outra presente nos textos motivadores, a qual é retextualizada de forma a sofrer alterações sintáticas. Trata-se, curiosamente, da mesma passagem que, na redação anterior, foi retomada *ipsis literis*, justamente a que traz uma informação estatística. Nesse caso, todavia, houve, por parte do candidato, a preocupação em apresentar a informação que constava em texto motivador sob outra configuração sintática, ou seja, a partir de paráfrase em plano locutivo:

TM III: De acordo com levantamento parcial do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, o número de casos registrados apresentou alta de quase 20% em 2019.

R2: Segundo o relatório de 2017 do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, cerca de 80% dos casos reconhecidos foram em estádios.

Acresce que a retomada não ocorre somente mediante paráfrase em plano locutivo: como o concurso de redação – também em decorrência do isolamento provocado pelo período pandêmico – concedia ao candidato a produção de texto em casa, muito provavelmente o autor desta redação, a partir da informação de dados do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, teve a iniciativa de buscar outro dado desta mesma instituição, do ano de 2017, para compor como premissa de sua argumentação, evitando repetir a informação que já constava no texto disponibilizado pelo certame. Neste caso, estamos diante da apresentação de outro acontecimento inscrito na memória discursiva e, portanto, perfeitamente adequado à redação. Assim, a paráfrase em plano locutivo se associa à paráfrase em plano simbólico, a qual se estabelece quando o candidato usa não o mesmo dado, mas outro de natureza semelhante:

TM III: o número de casos registrados apresentou alta de quase 20% em 2019.

R2: cerca de 80% dos casos reconhecidos foram em estádios.

Quanto à paráfrase em plano referencial, se percebem ativações de referentes outrora construídos nos textos motivadores, como já era esperado, uma vez que há uma injunção que determina a manutenção temática. Contudo, diferentemente da primeira redação analisada, os referentes são desenvolvidos, isto é, são expandidos, passam por processos de retomada e recategorização, inclusive contribuem para a progressão temática, permitindo a introdução de novos objetos

de discurso. As próprias formas de nomear os referentes apresentam maior variabilidade lexical, conforme se visualiza no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Expressões referenciais remissivas a objetos de discurso comuns à Redação 2 e aos Textos Motivadores

Expressões referenciais da Redação 2	Expressões referenciais dos textos motivadores
Estigmas; Desigualdades; Preconceito; Desigualdade de gênero; Ausência de igualdade; Estereótipos machistas; A discriminação; Racismo; Casos de LGBTfobia, machismo e xenofobia; A intolerância;	o preconceito (TM I); a participação da mulher e do negro no esporte (TM I); alguns dos preconceitos históricos, sociais e culturais que precisam ser vencidos (TM I); a homofobia (TM I); o racismo (TM I); todo tipo de preconceito (TM I); o racismo (TM II); uma expressão racista (TM II); As denúncias de racismo, homofobia e sexismo (TM III); o preconceito (TM III); insultos racistas (TM III); a onda de intolerância que afeta também o futebol (TM III);

Fonte: Autoria própria

Conforme exposto no Quadro 3, há maior variedade nas expressões referenciais, o que denota uma maior precisão das formas de nomear os objetos de discurso no contexto da redação. O texto progride, de modo que os referentes acima listados permitem a introdução de outros objetos, e conseqüentemente de outras temáticas, como as noções de ativismo e de debate relacionado à igualdade de gênero. Nesse ponto, percebe-se o uso estratégico de paráfrases em plano sim-

bólico, visto que essas novas informações não constavam nos textos motivadores, mas deles podem ser depreendidos.

Também se percebe a paráfrase simbólica a partir da repetição do argumento por exemplificação, constante nos textos motivadores II e III. Nestes, são citados alguns casos que evidenciam a falta de igualdade no esporte. O candidato, no lugar de retomar estes casos, reproduz o recurso da exemplificação. No Texto Motivador II, é relatado o caso de abandono de partida de futebol como forma de contestação do uso de expressão racista por parte do quarto árbitro, tendo sido introduzidos referentes do esporte; no Texto Motivador III, são mencionados rapidamente dois casos que ilustram o racismo no esporte. Na redação, diferentemente, os exemplos apontam para a questão sexista, também prevista na proposta, e são apresentados referentes outros para ilustrar a problemática. É possível contrapor as paráfrases simbólicas no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Expansão de exemplificação a partir de paráfrases simbólicas

Exemplos da Redação 2	Exemplos dos textos motivadores
[...] a ginasta Rebeca Andrade marcou a história do esporte ao ser a primeira atleta brasileira medalhista olímpica na ginástica feminina; [...] a jogadora brasileira Marta manifestou-se em ativismo à causa, levando ao debate de gênero.	[...] jogadores de Paris Saint-Germain (França) e Istanbul Basaksehir (Turquia) abandonaram o campo durante o primeiro tempo da partida desta terça-feira (8/12/20), em Paris (TM II); [...] o auxiliar-técnico do Basaksehir, o camaronês Pierre Webó, acusou o quarto árbitro do jogo, o romeno Sebastian Coltescu, de ofendê-lo com uma expressão racista (TM II); Do brasileiro Taison, ofendido com insultos racistas na Ucrânia, à melhor jogadora do mundo, Megan Rapinoe, ativista pela igualdade de gênero (TM III).

Fonte: Elaboração própria

A referência a exemplos válidos à temática, além de estratégia de paráfrase em plano simbólico, é eficaz para o candidato, visto que, em concursos dessa natureza, é exigido que se demonstre repertório cultural, o qual diz respeito às possibilidades de se acessar na memória discursiva outros acontecimentos pertinentes à produção textual.

Considerações finais

Neste trabalho, foi investigado como candidatos em um concurso de redação voltado a estudantes de escolas públicas do Ensino Médio parafraseiam informações constantes nos textos motivadores da proposta. Para tanto, utilizamo-nos das noções de paráfrase nos planos locutivo, referencial, pragmático e simbólico propostos por Fuchs (1982b).

A análise apontou que, na redação avaliada como *insuficiente*, o uso de paráfrases em plano locutivo foi bastante produtivo. Tal expediente tornou a redação, em determinados trechos, bastante semelhante a dois dos textos motivadores, em especial quanto à estrutura argumental, que reproduzia o mesmo ponto de vista como forma de introduzir o texto. Nesta redação, o emprego de paráfrase em plano locutivo manifestou-se inclusive mediante cópia *ipsis litteris* de passagem do texto motivador. Para além do plano locutivo, percebeu-se a introdução e manutenção dos mesmos objetos de discurso ativados nos textos motivadores, sem que houvesse desenvolvimento ou progressão desses referentes, o que culminou num texto circular e de informações generalizantes.

Na redação avaliada como *excelente*, houve somente uma passagem em que se verificou uso de paráfrase em plano locutivo, todavia o candidato reproduziu uma estrutura sintática constante em texto motivador no intuito de apresentar conteúdo semântico distinto do original, de modo que, estrategicamente, parafraseou o excerto nos planos locutivo e simbólico, simultaneamente. O mesmo ocorre com o emprego de paráfrase em plano referencial que, em vez de meramente re-

produzir de forma generalizada os objetos de discurso dos textos motivadores, o candidato os faz progredir mediante o acesso à memória discursiva, trazendo à discussão informações outras a partir de paráfrases em plano simbólico, especialmente a partir de exemplificações e dados distintos dos fornecidos pela proposta do certame.

Além disso, não se percebeu uso específico de paráfrases em plano pragmático para além do que se esperava em textos dessa natureza, isto é, pragmaticamente, os autores de ambas as redações mantiveram intuítos gerais comuns aos textos motivadores, em especial de defender um ponto de vista e de apresentar, para tanto, informações e exemplos. Todavia, acreditamos que isso está mais ligado à natureza do gênero requisitado nestes tipos de concurso que, de fato, uma eventual influência que os textos motivadores possam causar nos candidatos, de forma que não se pôde vislumbrar o emprego de paráfrases em plano pragmático.

Por fim, observamos que a paráfrase é um recurso produtivo para a produção textual e que, a depender da estratégia utilizada, pode ser expediente eficaz ou não. Embora a paráfrase seja ainda estigmatizada enquanto mecanismo de produção textual (DAUNAY, 2002), muitos estudos apontam para a importância desse processo linguístico-cognitivo para a compreensão leitora e para a produção escrita (FLORES, 2016). Por si só, o uso adequado ou inadequado de paráfrases de textos motivadores não foi decisivo para a avaliação recebida, mas contribuiu substancialmente para que o texto apresentasse estrutura argumentativa fluida ou infringisse metarregras de coerência.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- DAUNAY, B. **La paraphrase dans l'enseignement du français**. Bern: Peter Lang, 2002.
- FLORES, O. C. Parafrasear: por quê? para quê? **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 253-263, jul./dez. 2016.
- FUCHS, C. La paraphrase entre la langue et le discours. **Langue Française**, n. 53, p. 22-33, 1982a.
- FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982b.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas: Editora da Unicamp, n. 8, p. 129-134, 1985.
- FUCHS, C.; REZENDE, L. M. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 29, p. 111-129, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/285/31>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos de discurso. **Veredas, revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, 2002. p. 29-42.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos dos textos**. 2. ed. São Paulo: Cortês, 2003.
- PÊCHEUX, M. Rôle de la mémoire. Histoire et Linguistique. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999 [1983]. p. 49-58.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-246.
- PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 163-173.

A VARIAÇÃO DA NEGAÇÃO VERBAL NA FALA DE ACADÊMICOS ANGOLANOS E CABOVERDIANOS NO CEARÁ

Késsio Jhone Lopes da Silva
Cláudia Ramos Carioca
Rakel Beserra de Macêdo Viana

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo principal o de analisar o fenômeno da negação sentencial à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). O estudo tem como finalidade observar se em variedades africanas do português, mais especificamente em Angola e Cabo Verde, há a variação entre as formas de se negar verbalmente e, por conseguinte, identificar quais são os fatores que condicionariam o uso de cada uma dessas variantes. Nesse sentido, utilizaremos como estado da arte, pesquisas realizadas nas variedades do português brasileiro e no português guineense como base para nossa análise.

Nesse viés, as estratégias de negação verbal são três: a) a negação considerada canônica, a negação pré-verbal: *eu não posso*; b) a segunda forma é a negação antes e após o verbo, chamada de negação dupla: *eu não posso não*; e c) uma terceira forma, que é utilizada com o advérbio de negação após o verbo, chamada de negação pós-verbal: *posso não*. Além disso, outros advérbios de negação também podem ser utilizados em substituição ao *não* pós-verbal, como *nem, nam, num*, contudo, para esta pesquisa, utilizaremos somente as ocorrências com o advérbio *não*.

Para o estudo, consideramos as *negações pré-verbais* e as *negações pós-verbais*, pois a quantidade de dados relativos à *negação dupla* foram as que menos houve ocorrências. Assim, selecionamos para a verificação do uso das negações, os seguintes grupos de fatores sociais: *país de origem, sexo e tempo de permanência no Brasil*; e os seguintes grupos de fatores linguísticos: *ativação da informação proposicional, tipo de sujeito e tempo verbal*. Os grupos de fatores foram selecionados por serem considerados como relevantes para a pesquisa a partir da análise de outros estudos e, em seguida, submetidos ao programa estatístico Goldvarb X, a fim de verificar a existência da variação e/ou de uma possível mudança futura.

O trabalho está estruturado da seguinte forma após esta introdução: (i) o aporte teórico-metodológico; (ii) estudos publicados que analisaram o mesmo fenômeno em Português Brasileiro e um único trabalho sobre o fenômeno em variedades africanas, particularmente no guineense; (iii) uma apresentação do contexto sociolinguístico de cada país; (iv) a metodologia; (v) a análise dos dados obtidos através do processamento pelo Goldvarb X; (vi) a conclusão dos resultados obtidos.

A sociolinguística variacionista

Como sabemos, a sociolinguística é considerada uma das subáreas da linguística que busca correlacionar a língua com o social (LABOV,

2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Ela inovou, na década de 1960, os estudos linguísticos pois, mesmo antes de Saussure, já havia autores que pensavam em relacionar o social à língua, dessa forma, ela vem inovar e consolidar os estudos nesse viés social da língua.

Mollica (2003, p. 09) apresenta a sociolinguística como uma ciência que:

[...] estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando principalmente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

Nesse viés, a sociolinguística não inova somente na teoria, mas traz consigo uma metodologia própria. Um dos conceitos fortemente utilizados nessa subárea, é de que a língua é um sistema heterogêneo, conforme nos atesta Saussure, como um sistema heterogêneo, a língua varia. Facilmente é possível observar que, em um mesmo ambiente, provavelmente as pessoas falem de uma forma semelhante, mas, também há distintos modos de falar. Essas diferenças vão desde a fala informal, aquela que utilizamos no dia a dia sem monitoramento, até a fala formal, que é aquela bastante recorrente em ambientes de trabalho, por exemplo.

As diferenças linguísticas também podem ser notadas na chamada *variedade*. *Variedade* refere-se à fala característica de um determinado grupo como, por exemplo, utilizando critérios geográficos, podemos apontar uma variedade cearense, variedade carioca, entre outras. Utilizando critérios sociais, podemos apontar a variedade das pessoas menos escolarizadas, dos mais jovens, entre outros. Podemos, ainda, utilizar outros critérios, como a variedade de uma profissão, por exemplo, a de advogados ou professores, e é possível até combinar critérios diferentes para determinar uma variedade específica.

A variação linguística pode ocorrer em diferentes níveis da língua: no léxico, na fonologia, na morfologia, na morfofonologia, na sintaxe, na morfossintaxe e/ou no discurso, conforme Camacho (2012, p. 57):

[...] inicialmente, o nível fonológico: a alternância entre qualquer pronúncia de [r] e sua ausência, em formas infinitivas do verbo como “falá”, “comê”, é um exemplo de variação sonora. Já no nível morfológico, é possível observar a alternância de sufixos derivacionais, como “salaminho” e “salamito”, que identificam uma diferença entre o falar paulista e o gaúcho. No nível sintático, observe os vários tipos de construção relativa, nos seguintes exemplos: “A moça de quem você falou estuda no colégio” x “A moça que você falou dela estuda no colégio” x “A moça que você falou estuda no colégio”. Observe [...] a alternância lexical entre “jerimum”/“abóbora”, “macaxeira”/“aipim”/“mandioca” fornece identificação da origem regional do falante.

Ainda, conforme Camacho (2012, p. 58), “as diferenças linguísticas são motivadas por diferenças de ordem socioeconômica, como nível de renda familiar, grau de escolaridade, de ordem sociobiológica, como idade e sexo [...] entre outros”, essas diferenças são conhecidas como *condicionadores sociais*. Os condicionadores, aplicados no conceito de variação, são os responsáveis por condicionar o uso de uma ou outra variante; eles ajudam o pesquisador a analisar quais fatores condicionadores favorecem, ou não, o uso de determinada variante. Além dos condicionadores sociais, há os de ordem linguística como, por exemplo, o tipo de sujeito utilizado na sentença, tempo e modo verbal, o tipo de constituinte pós-verbal etc.

Há, ainda, contido na variação, conceitos como *variante(s)* e *variável(is)*. A primeira, concerne aos diferentes modos de se dizer, mas que possuem o valor referencial igual, por exemplo, o modo de se negar verbalmente, em que podemos utilizar a *negação pré-ver-*

bal (...não sei...), a *negação pós-verbal (...sei não...)* e até a *dupla-negação (...não sei não...)*, no qual estes estariam em competição na língua e o favorecimento de uma ou outra se dá por fatores linguísticos ou extralinguísticos.

O segundo conceito, diz respeito ao lugar na gramática em que localizamos a variação. Utilizando o exemplo acima, a variável no caso desta pesquisa é as *estratégias de negação*.

Além disso, utilizando o exemplo do parágrafo anterior, existem outros conceitos atrelados à variação linguística, os de *variantes padrão* e as *não-padrão*.

A variante padrão é, de modo geral, aquela utilizada nas variedades cultas da língua, e a não-padrão é geralmente distante dessas variedades. A variante padrão é geralmente considerada como variante de *prestígio social*, sendo seu uso bem avaliado e recomendado; de modo oposto, a não-padrão, geralmente é avaliada como *estigmatizada socialmente*, recebendo comentários negativos quanto ao seu uso.

Além disso, a variante padrão tende a ser *conservadora*, por ser utilizada na comunidade linguística por muito tempo, já a não-padrão tende a ser *inovadora*. Nesse sentido, a negação pré-verbal encaixa-se na *variante padrão e conservadora*, ao passo que a negação dupla e a pós-verbal encaixam-se como *variantes não-padrão e inovadoras*, contudo, elas não sofrem estigma por parte da sociedade, sendo seus usos não avaliados negativamente socialmente.

Acresce que, correlacionado a variação, podemos ter uma mudança linguística. A mudança na estrutura linguística não acontece de forma instantânea ou do dia para a noite, ela ocorre de modo processual e pode demorar anos, décadas, etc. Como dissemos anteriormente, a variação é um processo inerente às línguas por se tratarem de sistemas heterogêneos, assim sendo, a variação entre duas ou mais formas acontece em um mesmo período de tempo e espaço, e o uso de uma variante ou outra é motivado por fatores linguísticos ou extralin-

guísticos e sociais. Estas formas em variação estão em “competição” na língua e, com o passar do tempo, uma pode prevalecer sobre a outra, resultando, assim, em uma mudança linguística.

Em suma, para que haja mudança, é necessário que haja a variação; contudo, é possível haver a variação sem que resulte em mudança, ocorrendo uma variação estável. Desse modo, o uso da negação dupla e/ou da negação pós-verbal podem, ou não, apontar uma mudança linguística nas variedades aqui estudadas.

Alguns estudos das estratégias de negação no português

Existem, no Português Brasileiro (doravante PB), algumas maneiras diferentes de se usar a negação em uma sentença. A mais comum delas é a negação canônica, ou seja, a negação pré-verbal: eu *não* posso; a segunda forma é a dupla negação, em que se utiliza a negação antes e após o verbo: eu *não* posso *não*; e, uma terceira forma é a negação pós-verbal, em que o advérbio *não* aparece após o verbo: eu *posso não*.

Atualmente, já há uma quantidade considerável de trabalhos sobre as estratégias de negação no Brasil, utilizando-se de diferentes variedades do PB. Entre eles, destacamos alguns mais recentes e que utilizam o mesmo aporte teórico que o presente trabalho, como os de Silva (2020), Rocha (2013) e de Yacovenco e Nascimento (2016). Além desses, encontramos um trabalho acerca do português guineense, o de Gomes (2018).

Silva (2020), sob o viés da sociolinguística variacionista, pesquisou sobre as estratégias de negação na variedade da cidade de Fortaleza (CE). Para a pesquisa, o autor selecionou 40 informantes do *corpus* coletado por Torres (2008). Os grupos de fatores selecionados foram: sexo, idade, escolaridade, ativação informacional da proposição negada, marcadores conversacionais, tipos de verbo, tipo de sentença, tipo de sujeito, e tipo de constituinte pós-verbal.

Silva (2020) obteve poucos dados referentes a negação pós-verbal, assim, após rodadas binárias (negação pré-verbal x dupla negação) no programa Goldvarb X, o autor obteve 1.819 dados de negação pré-verbal e 278 dados de dupla negação, totalizando em 2.097 dados. O Goldvarb X apresentou dois grupos de fatores como estatisticamente relevantes e influenciadores do uso da dupla negação em relação à negação pré-verbal: o tipo de constituintes pós-verbal e o tipo de marcador conversacional.

Entre os resultados apontados pela pesquisa, o autor cita que a maior diferença entre os grupos de fatores extralinguísticos (sexo, idade e escolaridade) foi de apenas 4% no grupo de fatores idade dos informantes, o que sinaliza que o uso entre estes não se altera de forma considerável. Entre os fatores linguísticos, embora haja apenas uma ocorrência, o marcador conversacional “sabe?” foi apontado como estatisticamente relevante pelo programa Goldvarb X.

As sentenças com a presença de verbos impessoais são os fatores que viabilizam um maior uso da dupla negação em vez da negação canônica. Já em relação a negação canônica, o uso do marcador conversacional “né?” e as orações que possuem um objeto indireto como constituinte pós-verbal são os fatores que influenciam o seu uso. Desse modo, o autor conclui que, embora haja a variação, seu uso ainda está em um nível abaixo do esperado para o processo de mudança na língua na cidade de Fortaleza (CE).

Rocha (2013) pesquisou na variação de São Paulo (SP) e para a pesquisa utilizou dados coletados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística da Universidade de São Paulo (GESOL-USP), entre os anos de 2003 e 2010, estratificados em sexo/gênero, faixa etária e escolaridade. Os resultados da pesquisa indicaram que a variante dupla negação, pouco frequente nos dados (cerca de 6% no conjunto de 48 entrevistas), é favorecida por informantes de escolaridade mais baixa e de 1ª geração na cidade de São Paulo. Algumas análises do au-

tor ainda sugerem que os informantes que vivem em bairros mais periféricos também favorecem o uso dessa variante. Porém, o pesquisador não encontrou indícios da existência de uma correlação entre a variável e sexo/gênero nos dados da GESOL-USP; tampouco identificou indício de mudança em curso em São Paulo.

Yacovenco e Nascimento (2016) pesquisaram a variação no português falado na cidade de Vitória (ES). As autoras utilizaram um *corpus* composto por dezoito entrevistas extraídas da amostra PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória), e explicam que na análise foram considerados apenas os contextos em que as estruturas negativas funcionam como formas variantes, ou seja, contextos em que a informação negada é discursivamente ativada.

Entre os resultados encontrados, a pesquisa aponta que, com um percentual de 21,1% dos 2.263 dados analisados, a dupla negação é uma tendência na fala dos moradores de Vitória. Desse modo, as autoras apontam que esse resultado se aproxima dos resultados encontrados nas regiões nordeste – em Natal (RN) (20,6%) e Fortaleza (CE) (18%) –, sudeste – em Mariana (MG) (19,5%) –, e se afastam dos obtidos na cidade de São Paulo (5,8%) e da região sul – Curitiba (PR) (2,6%), Florianópolis (SC) (4,4%) e Porto Alegre (RS) (0,6%) –, onde predomina a negação pré-verbal.

Gomes (2018) realizou uma análise sobre a negação verbal no português guineense a partir do *corpus* disponibilizado pelo PROFALA. Nesse viés, o autor selecionou 20 informantes da Guiné Bissau, estratificados em sexo (masculino e feminino) e tempo de permanência no Brasil (até 6 meses no Brasil e mais de 6 meses).

O autor analisou as negações pré-verbal e dupla a partir dos seguintes grupos de fatores: tipos de oração (absolutas, coordenadas, subordinadas e principais); estrutura do verbo (simples e perífrase verbal); tipo de verbo (verbos dinamicidade e verbos de estado); tempo verbal (presente, passado e futuro); tipo de sujeito (explícito, implícito

e inexistente); sexo (masculino e feminino); e, permanência no país (até 6 meses no Brasil e mais de 6 meses).

Após a rodada realizada no programa estatístico Goldvarb X, foram encontradas 198 ocorrências de negação, sendo 173 (equivalente a 87,4%) de negativas pré-verbais e somente 25 (correspondente a 12,6%) de dupla negação. De modo geral, o autor apresentou os seguintes resultados: a negação pré-verbal apresentou-se como mais frequente na presença dos seguintes fatores: orações subordinadas, construções perifrásticas, verbos dinâmicos e sujeito explícito. Já a dupla negação mostrou-se mais frequente quando associada aos seguintes fatores: tempo futuro, sexo feminino e permanência do informante no país por mais de seis meses.

Nessa perspectiva, apesar de haver vários trabalhos com enfoque em diversas variedades do PB e do português guineense, e, também, a partir de aportes teóricos distintos, após uma longa pesquisa, não encontramos um estudo feito a partir de informantes nativos dos países Angola e Cabo Verde (África), o que justifica a pertinência da presente pesquisa.

Contexto sociolinguístico de Angola e Cabo Verde

Um fato inquestionável é que a colonização portuguesa deixou raízes em todas as suas colônias, e uma dessas raízes é justamente o fato de todas as colônias utilizarem, inclusive atualmente, a Língua Portuguesa com *status* de língua oficial. Outro fato que não podemos questionar é de que a língua, conforme visto na seção sobre a Sociolinguística, se altera com o passar do tempo e de acordo com outros fatores.

Nesse sentido, assim como a Língua Portuguesa difere em diversos aspectos entre o Brasil e Portugal, a variedade africana também se difere, contudo, esta variedade é bem mais parecida com a lusitana do que com a brasileira. Entre outros aspectos, a presença de outras

línguas é um fator determinante para que seja diferença, bem como seu uso.

Segundo Ponso (2008, p. 152) “pela vastidão territorial, Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa”. O país é inserido em um contexto de plurilinguismo em que, conforme Ponso (2008, p. 154) “coabitam três grandes grupos linguísticos que se distinguem genética e estruturalmente: (a) as línguas africanas de origem não bantu; (b) as línguas africanas de origem bantu; (c) a língua portuguesa, de origem neolatina”. Assim, temos entre as línguas faladas em Angola: o Kikongo, Tchinguanguela, Kimbundu, Tchihelero, Lunda, Kazama, Kede, Quioca, Olunianeca, Tchiluba, Tchicuanhama e o Umbundo.

Conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE) (*apud* PONSO, 2014, p. 18), “apenas 26% dos angolanos têm o português como língua materna, 30% têm o *umbundu* como língua materna, 16 % o *kimbundu*, 8 % o *kikongo*, 6 % o *tchokwe* e 14 % as restantes línguas do país”, ou seja, a língua portuguesa (língua oficial) funciona como uma segunda língua para eles, e é considerada como uma língua de prestígio no país.

Cabo Verde é um país que possui 10 ilhas, mas somente 9 são habitadas. Rosa (2017, p. 3) cita que “cada qual com sua particularidade linguística e, em meio a este cenário, encontra-se o português que, para a maioria, não só é a língua oficial, mas também a segunda língua do país”. Ponso (2014, p. 13), novamente, explica que:

A situação de insularidade fez com que cada uma das dez ilhas desenvolvesse uma forma própria de falar crioulo, ou seja, em cada ilha há uma variante diferente da mesma língua que é o crioulo cabo-verdiano. As variantes mais importantes são as de Fogo, Santiago, São Nicolau e Santo Antão.

Nesse sentido, no país a língua materna e primeira língua (L1) é o cabo-verdiano, a Língua Portuguesa funciona como segunda língua

(L2) para grande parte da população. Ponso (2014, p. 14) cita ainda que “embora o bilinguismo esteja largamente espalhado em Cabo Verde, o cabo-verdiano não necessita do português para a comunicação no dia-a-dia. O português restringe-se às funções burocráticas e oficiais e à comunicação com o exterior”.

Metodologia

Para o presente trabalho, utilizamos o *corpus* disponibilizado pelo grupo Variação e Processamento da Fala e do Discurso: análises e aplicações (PROFALA) (SANTOS; VIANA; ARAÚJO, 2021, p. 46). O *corpus*, que está em construção pelo PROFALA, é constituído com dados de fala do Português falado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Os dados foram obtidos através da realização de entrevistas com estudantes africanos e timorenses, alunos da UNILAB-Redenção (CE) e o questionário utilizado para as entrevistas foi adaptado do Projeto ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) (SANTOS; VIANA; ARAÚJO, 2021, p. 47).

Os falantes constituintes do *corpus* são estudantes universitários, que possuem entre 18 a 22 anos, que se encontram em processo migratório temporário enquanto se finaliza a graduação no Brasil, mais especificamente em Redenção (CE). Os informantes residem, durante esse período, na própria cidade sede da Universidade e em cidades vizinhas, e moram com outros estudantes em casas e apartamentos alugados.

Para a nossa análise, utilizamos a seção intitulada: Questionário Metalinguístico, pois as transcrições disponibilizadas pelo PROFALA incluem outras seções. Dentre as perguntas utilizadas no questionário temos as seguintes: 1. Quais as línguas que você fala? 2. No seu país, as pessoas falam da mesma maneira em todas as regiões? 3. E aqui no Brasil, você acha que as pessoas falam da mesma maneira em todas as regiões? 4. Como é que você percebe essa diferença? 5.

Em Redenção, as pessoas falam da mesma maneira? 6. No seu país você percebeu que as pessoas antigamente falavam diferente de hoje?

Foram selecionados 40 informantes, já estratificados pelo banco de dados por: 1) país de origem; 2) sexo (masculino e feminino); 3) tempo de permanência no Brasil (menos de 6 meses e superior a 6 meses) que compõem os grupos de fatores extralinguísticos controlados nesta pesquisa. Quanto aos grupos de fatores linguísticos a serem analisados, consideramos os seguintes por serem recorrentes e relevantes em pesquisas sobre a temática: 4) a ativação informacional da proposição negada (proposição diretamente ativada pelo informante ou entrevistador, ou proposição inferida pelo informante); 5) tipo de sujeito (ausente ou inferido (presente ou oculto)); 6) Tempo Verbal (presente, passado, futuro).

Os dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que é capaz de processar grande volume de dados e fornecer os percentuais e os pesos relativos referentes ao comportamento das variantes frente aos fatores controlados na pesquisa, realizando assim, uma análise multivariada, que, como diz Guy, “permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes” (GUY; ZILLES, 2007, p. 105). O programa seleciona, dentre os grupos de fatores, aqueles que são estatisticamente relevantes como condicionadores de uma variante em detrimento da outra.

Desse modo, procedemos a rodadas binárias entre negação pré-verbal x negação pós-verbal, e apresentamos os resultados do seguinte modo: inicialmente, discutimos os resultados dos grupos de fatores estatisticamente relevantes e, em seguida, apresentamos os resultados percentuais para outros grupos de fatores sociais e linguísticos, respectivamente.

Análise e discussão

Foram encontrados 407 dados de negação pré-verbal (NEG1) e 47 dados de negação pós-verbal (NEG3), totalizando 454 dados. Em razão da quantidade de dados da negação dupla ser menor (29 dados), optamos por realizar rodadas binárias (negação pré-verbal *versus* negação pós-verbal).

Após as rodadas binárias, o programa Goldvarb X selecionou apenas o grupo de fatores País de Origem como estatisticamente relevante, assim apresentaremos o resultado desse grupo de fatores e em seguida, traremos as frequências das demais variantes não significativas.

A codificação dos dados presentes no *corpus* e utilizados em nossos exemplos foi formatada da seguinte forma: País (AN: Angola; CV: Cabo Verde; MO: Moçambique; GB: Guiné-Bissau; ST: São Tomé e Príncipe; TL: Timor-Leste); Tempo de Estadia (0: Menos de seis meses; 6: Mais de seis meses) e Sexo/Gênero (H: Homem; M: Mulher).

País de Origem

A única variável selecionada como estatisticamente relevante, dentre os grupos de fatores utilizados nesta pesquisa, pelo programa estatístico Goldvarb X foi a variável *País de Origem*.

Tabela 1 – Variável País de Origem

País de Origem	NEGAÇÃO PRÉ-VERBAL		NEGAÇÃO PÓS-VERBAL		TOTAL
	Nº de ocorr/ perc	peso relativo	Nº de ocorr/ perc	peso relativo	Total/ ocorrências
Angola	228/86,7%	0,414	35/13,3%	0,586	263/57,9%
Cabo Verde	179/93,7%	0,657	12/6,3%	0,343	191/42,1%

Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme podemos atestar, através da Tabela 1, tanto em Angola quanto em Cabo Verde predomina o uso da *negação pré-verbal*, como 86,7% para Angola e 93,7% para Cabo Verde. Podemos conferir os exemplos abaixo respectivamente para cada país:

- (1) “[...] estão na capital que dizer que não sabem falar nenhuma língua que só sabem falar só o português...” (AN.H.0)
- (2) “[...] português não é minha língua materna” (AN.M.6)
- (3) “porque eu não consigo ler pra mim:: o português daqui” (CV.M.6)
- (4) “porque não tinha essas linguagem técnica que tem agora” (CV.H.0)

Silva (2020) obteve um resultado semelhante ao nosso no português de Fortaleza (CE), de 2.097 dados, 86,7% era referente a *negação pré-verbal*. Gomes (2018) e Rocha (2013) também obtiveram resultados semelhantes: o primeiro analisou o português guineense, no qual, dentre as 198 ocorrências de negação, 87,4% eram de *negação pré-verbais*. O segundo, na variedade paulistana obteve que 94% era de *negação pré-verbal*. Os resultados de Yacovenco e Nascimento (2016) também corroboram o nosso, na variedade de Vitória (ES), no estudo, a *negação pré-verbal* totalizou 77,4%.

Como mencionado acima, o programa Goldvarb X apontou somente o grupo de fatores *País de Origem* como estatisticamente relevante. Nesse viés, optamos por agrupar os demais grupos de fatores na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Frequências das demais variáveis da pesquisa

	FATORES	NEGAÇÃO PRÉ-VERBAL	NEGAÇÃO PÓS-VERBAL	TOTAL
		Nº de ocorr/ perc	Nº de ocorr/ perc	Total / ocorrências
SEXO	Feminino	195/89,0%	24/11,0%	219/48,2%
	Masculino	212/90,2%	23/9,8%	235/51,8%
TEMPO DE PERMANÊNCIA	- 6 meses	235/91,1%	23/8,9%	258/56,8%
	+ 6 meses	172/87,8%	24/12,2%	196/43,2%
ATIVAÇÃO INFORMACIONAL	Inferida	227/91,2%	22/8,8%	249/54,8%
	Diretamente Ativada	180/87,8%	25/12,2%	205/45,2%
TIPO DE SUJEITO	Inferido	332/89,2%	40/10,8%	372/81,9%
	Ausente	75/91,5%	7/8,5%	82/18,1%
TEMPO VERBAL	Passado	83/94,3%	5/5,7%	88/19,4%
	Presente	324/88,5%	42/11,5%	366/80,6%

Fonte: Elaborada pelos autores

Em relação a variável *Sexo*, ambos realizam um maior uso da variante padrão. Com uma diferença muito pequena, o sexo masculino faz um maior uso da *negação pré-verbal* com 90,2%. Silva (2020) em seu estudo sobre a *dupla negação* e a *negação pré-verbal*, obteve entre os seus resultados que a frequência de utilização entre as duas foi praticamente igual, cuja diferença foi de apenas 0,1% para ambas. Gomes (2018) obteve 90,5% para o *sexo masculino* e 84,5% para o *sexo feminino* em relação a NEG1.

A variável *tempo de permanência* diz respeito ao tempo que os falantes estavam no Brasil, ou seja, se estavam no país a menos ou mais de seis meses. Nossa hipótese inicial era que, por se tratar de variedades do português que mais se aproximam do português lusitano, um maior uso da variante inovadora poderia estar associado a um

maior contato com os falantes brasileiros, embora, nos estudos selecionados para esta pesquisa, a quantidade de dados em relação a NEG1 ultrapasse os 75%.

Nesse viés, conforme a Tabela 2, podemos verificar que os falantes que aqui estavam no *período menor que seis meses*, utilizam mais a *negação pré-verbal* com 91,1%. Também é válido acrescentar que os informantes que aqui estavam em um período *maior que seis meses*, também realizam um maior uso da variante conservadora.

A variável *ativação informacional da proposição* negada diz respeito a se a proposição é diretamente ativada pelo informante ou entrevistador, ou se a proposição foi inferida pelo informante. De acordo com a tabela, a *ativação informacional inferida* influencia no maior uso da NEG1 com 91,2%, do mesmo modo, com menos ocorrências, a *ativação informacional diretamente ativada* influencia no maior uso da variante conservadora.

Em relação a variante inovadora, ela é mais influenciada quando *diretamente ativada* com 12,2%. No estudo de Yacovenco e Nascimento (2016), os autores obtiveram entre seus resultados que a *informação diretamente ativada* motivou o uso da variante inovadora, no caso a *dupla negação*, e a *informação inferível* motivou o uso da *forma pré-verbal*, como em nosso estudo. Silva (2020) obteve que os informantes fazem um maior uso da *negação pré-verbal* quando a *informação é diretamente ativada* com 86,9% e um total de 1.650 ocorrências.

Na variável *tipo de sujeito* analisamos, na fala dos informantes utilizados na pesquisa, se o sujeito se encontrava *ausente* ou *inferido* (inclui-se os sujeitos presente ou oculto). De acordo novamente com a Tabela 2, tanto o *sujeito inferido* com 89,2%, quanto o *ausente* com 91,5% influenciam no uso da NEG1. Já, o *sujeito inferido* influencia no maior uso da NEG3 com 10,8%. Silva (2020) obteve que a *negação dupla* era favorecida quando o *sujeito estava ausente*, já a *negação*

pré-verbal foi favorecida quando o *sujeito era inferido*, o que corrobora o nosso resultado.

O último grupo de fatores desta pesquisa é o *tempo verbal*. Analisamos três tempos verbais: *passado*, *presente* e *futuro*, contudo, não houve nenhuma ocorrência do *tempo futuro*, o que é justificado pelo teor das perguntas tratarem sempre sobre o *passado*, ou sobre o *presente*.

De acordo com a Tabela 2, e levando em conta o número de ocorrências, o *tempo verbal presente* influencia no maior uso da variante conservadora com 88,5%. Vale ressaltar que a maioria das perguntas utilizadas no questionário dos informantes tratam sobre questões no tempo presente, o que influencia nossos dados. Gomes (2018) constatou que no *tempo presente*, a NEG1 possuía 88,4% dos dados, enquanto que 64,3% dos dados estava no *tempo futuro*.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar se a variação na forma de negação verbal (negação *pré-verbal*, negação *pós-verbal* e negação *dupla*) era existente na variedade Africana de Língua Portuguesa integrante do PALOP, mais especificamente nos países Angola e Cabo Verde. Acresce-se também como objetivo, descrever os fatores condicionadores dessa possível variação.

Nessa perspectiva, após a rodada no programa estatístico Goldvarb X, foram encontrados 483 dados, sendo 407 dados de *negação pré-verbal*, 47 de *negação pós-verbal* e 29 de *negação dupla*. Para procedermos as rodadas binárias, optamos por desconsiderar a variante que possuía menos dados, assim selecionamos a *negação pré-verbal* e *pós-verbal* para esta rodada. Nesse sentido, o programa Goldvarb X selecionou, dentre os grupos de fatores, somente o fator *País de Origem* como estatisticamente relevante.

Desse modo, após a análise realizada nesta pesquisa, constatamos que a variação é existente em Angola e Cabo Verde, contudo, predomina um maior uso da variante considerada como conservadora, a *negação pré-verbal*, em ambos os países. Em relação as variantes consideradas como inovadoras, o uso tanto da *negação pós-verbal* quanto da *dupla* é bastante pontual, sendo a *negação dupla* menos realizada.

Concluímos, então, que embora bastante sutil, a variação entre as formas de negação verbal é existente na variedade portuguesa desses dois países, mas que não configura de forma alguma, ainda, um processo de mudança. Dessa forma, esperamos contribuir com demais pesquisas acerca das negações e das variedades de Língua Portuguesa Africana.

Referências

CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51-81.

GALVES, C. O papel das línguas africanas na formação do português brasileiro: (mais) pistas para uma nova agenda de pesquisa. **Gragoatá**, v. 13, n. 24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33165>. Acesso em: 03. abr. 2022.

GOMES, S. **A negação verbal no Português guineense**: um estudo sob a perspectiva da sociolinguística variacionista. 2018. 25 f. Artigo (Graduação) – Curso de Letras Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (ed.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PONSO, L. C. O português no contexto multilíngue de Angola. **Confluência**, v. 35, n. 36, p. 147-162, 2008. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/706/475>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PONSO, L. C. Um foco sobre a situação sociolinguística dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. **Revista Icarahy**, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7318269-Um-foco-sobre-a-situacao-sociolinguistica-dos-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa.html>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ROCHA, R. S. **A negação dupla no português paulistano**. 2013. 97 f. Dissertação (Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLHC, São Paulo, 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-05062013_22818/publico/2013_RafaelStoppaRocha_VCorr.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

ROSA, A. C. B. S. **Ensino bilíngue em Cabo Verde: desafios e práticas educativas**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/602>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X – A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTOS, H. L. S.; VIANA, R. B. de M.; ARAÚJO, A. A. Panorama dos estudos sociolinguísticos no Ceará. In: ARAÚJO, A. A.; VIANA, R. B. de M.; RODRIGUES, L. da S. **O falar culto de Fortaleza em foco**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 20-54.

SILVA, K. J. L. A variação entre a dupla negação e a negação pré-verbal no português de Fortaleza/CE. **Letra Magna (online)**, v. 25, p. 1279-1299, 2020. Disponível em: http://www.letramagna.com/artigos_25/linguistica/letramagna25_ling_74_1279-1299.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

SOARES, M. E. (org.). **O português falado nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste: corpus do projeto**. Fortaleza:

Universidade Federal do Ceará – UFC. Disponível em: www.profala.ufc.br. Acesso em: 13 jul. 2021.

TORRES, F. F. **O gerúndio na expressão de tempo futuro**: um estudo sociofuncionalista. 2008. 56 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3599>. Acesso em: 29 out. 2022.

YACOVENCO, L. C.; NASCIMENTO, C. A. R. A negação no português falado em Vitória/ES. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, Espírito Santo, v. 10, n. 17, p. 122-138, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14795>. Acesso em: 18 set. 2018.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

A NECROPOLÍTICA LINGUÍSTICA GOVERNAMENTAL DO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA E DIREITOS LINGUÍSTICOS

Alexandre Cohn da Silveira

Introdução

Questões discutidas no âmbito dos estudos das Políticas Linguísticas são um convite a reflexões espinhosas, multidisciplinares e que buscam olhar práticas – muitas vezes naturalizadas – através de lentes teóricas que possam inibir uma miopia relativa ao *status quo* cristalizado socialmente, o que, conseqüentemente, desestabiliza discursos e poderes que se pretendem verdadeiros e dominantes. A discussão aqui proposta trata da política linguística brasileira operada por indivíduos ocupantes do alto escalão governamental nos últimos quatro anos e que fomentou um planejamento linguístico – tanto no âmbito institucional, quanto nas práticas cotidianas – que favorece a marginalização de indivíduos, a exclusão social e a morte de grupos historicamente subalternizados. Trata-se de ações políticas que constroem e mobilizam discursos que operam a reboque

de um projeto de violência linguística explícita sobre mulheres, a população LGBTQIAP+, os indígenas e os negros, principalmente.

Com o intuito de mobilizar os aspectos teóricos que permeiam essa discussão, a ideia de “direitos linguísticos” (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 1995) e “cidadania linguística” (WILLIAMS; STROUD, 2015) é colocada em diálogo com a fala sobre “necropolítica”, de Achile Mbembe (2018). O propósito, antes de construir um denso debate conceitual, seria olhar para esses ensinamentos e perceber, a partir deles, em que medida o governo brasileiro nos últimos quatro anos tem (des)respeitado os direitos e a cidadania de todos, todas e todes em termos das questões linguísticas que nos envolvem. Para além disso, destacar como as práticas governamentais operam uma política de mortes no país, inviabilizando toda uma diversidade de culturas, saberes, línguas e vidas de forma sistemática, organizada e factual. Tais práticas têm operado o chamado “discurso de ódio”, que penetram as políticas públicas e planejamentos linguísticos, configurando-os, em grande parte, como antidemocráticos e discriminatórios, alimentando uma série de problemas sociais na atualidade.

O direito à cidadania linguística

Não é de hoje que os conflitos de interesses de grupos sociais distintos colocam em questão a existência dos indivíduos minorizados e marginalizados no cenário social. Projetos de exclusão são bem mais comuns na história da humanidade em comparação com as ações em prol da dignidade, da condição humana e do respeito aos direitos de cada cidadão e cidadã, independente do contexto histórico e geográfico a que nos referimos. Essas práticas opressivas são mobilizadas na e pela expressão linguística, dado que, como explica Calvet (2007, p. 35), “[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. A história dos falantes registra na expressão linguística de cada indivíduo o projeto ideológico de imposição ou resistência no qual se inscrevem, compondo cenários sociais sempre em negociação e disputa.

Por conta dessa arena de conflitos, é de grande importância a organização dos direitos dos integrantes de determinada comunidade, bem como dos direitos desses sujeitos em suas relações supra-comunitárias, na tentativa de reduzir ao máximo os conflitos possíveis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU)¹, é um exemplo de ação internacional que buscou, após a segunda guerra mundial (1948), estabelecer algum ordenamento nos relacionamentos entre as comunidades internacionais. A partir desse documento, anos mais tarde, em 1996, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promove a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos com o objetivo de “[...] corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social”. O documento é um marco regulatório em prol da proteção e da garantia à existência de indivíduos e grupos sociais historicamente invisibilizados e inviabilizados no globo.

Importante destacar as palavras de Fernandez Liesa, quando diz que:

A proteção das minorias constitui um dos melhores métodos para a prevenção de determinados conflitos nacionais e internacionais, procurando reduzir as causas do seu surgimento, através do reconhecimento e proteção dos direitos linguísticos, bem como através do estabelecimento de medidas para a solução de conflitos, tensões, tanto internas como internacionais (FERNÁNDEZ LIESA, 1999, p. 8-9)².

1 Disponível na plataforma UNICEF-Brasil.

2 No original: La protección de las minorías constituye uno de los mejores métodos para la prevención de determinados conflictos nacionales e internacionales, intentando reducir las causas de su surgimiento, mediante el reconocimiento y protección de los derechos lingüísticos, así como por el establecimiento de medidas para la solución de las tensiones, tanto internas como Internacionales.

Os conflitos citados pelo autor são provocados pela lógica hegemônica de que um Estado nacional corresponde a uma nação e uma língua, fundamentada num positivismo iluminista eurocêntrico, o que configura a formação dos Estados-nação como “Comunidades Imaginadas” (ANDERSON, 1993 [1991]), nas quais o ordenamento político pressupõe uma língua única que unifique os membros da comunidade. Essa “imaginação” é utópica do ponto de vista das vivências cotidianas, uma vez que a ideia de comunidade prevê o convívio e a interação entre seus membros, os quais, no caso, em grande medida nem se conhecem. A uniformização de um grupo diverso sob a égide de uma “comunidade” pode, inclusive, esconder toda a diversidade de sujeitos e culturas existentes em um determinado contexto o que, tal como foi usado pelo poder colonial, configura um ataque a tais diversidades, suas identidades, suas epistemes e suas formas de expressão cultural. Trata-se de ação em prol do controle e da governamentalidade (FOUCAULT, 2005) dos indivíduos. Nesse enquadramento, o aspecto “multi” ou “pluri” de grupos socioculturais que compõem o Estado são constrangidos ao projeto político cultural e linguístico dos grupos dominantes, o qual trata a diversidade como problema e não como riqueza (HOBSBAWN, 2013).

Em contextos atravessados pelo colonialismo, caso do Brasil, as estratégias coloniais de dominação cooptaram a elite nacional e outros agentes de poder (BOURDIEU, 1989), no sentido da manutenção das lógicas de controle que são organizadas no campo discursivo. Os entendimentos sobre “o que conta como língua” e sobre as formas e usos linguísticos, os enunciados discursivos relativos à “língua correta”, “fala perfeita”, “língua fácil/difícil”, “fluência linguística”, dentre outros, são exemplos de manifestações de uma “colonialidade do saber” (QUIJANO, 2005) que permeia falácias e discursos que circulam na sociedade. Igualmente, o ensino de línguas (materna, oficial, estrangeira) praticado no Brasil de hoje, em grande parte descomprometido com a diversidade linguística existente – quer em termos

de variedades da língua portuguesa, quer na falta de planejamentos adequados para o ensino das línguas maternas – expressa o esforço de mito da língua única (OLIVEIRA, 2002) em muito combatido pelas pesquisas no campo linguístico, que têm o Inventário Nacional da Diversidade Linguística como grande exemplo de árduo trabalho em prol de grupos marginalizados. Isso tudo sem falar em grupos identitários como o povo surdo, a comunidade LGBTQIAP+, as mulheres subalternas (SPIVAK, 2014) e a população negra brasileira, que possuem suas manifestações linguísticas e suas epistemes não apenas desprezadas, mas combatidas por políticas linguísticas ainda pouco democráticas.

Inventar uma língua (MAKONI; PENNYCOOK, 2009) e estabelecer um planejamento de status linguístico colocando-a como oficial, sem haver um planejamento político-linguístico para as múltiplas formas de expressão linguística existentes no território nacional é um desrespeito à existência dos indivíduos que atuam socialmente através dessas expressões. O processo de normatização linguística – o qual reside nas estratégias coloniais utilizadas pelos catequistas (SEVERO, 2013) – bem como a insistência na redução da educação linguística de um povo ao limitante – e muitas vezes artificial – estudo metalinguístico do que se entende por “língua”, são mecanismos que dão suporte a discursos que sustentam privilégios sociais, preconceitos linguísticos e exclusões de toda sorte. Ou seja, o projeto de unificação do Estado busca unificar apenas alguns grupos sociais selecionados a partir da exclusão de outros tantos indesejados e, portanto, desprezados.

Em uma discussão sobre a questão dos direitos linguísticos, ou “Direitos Humanos Linguísticos – DHLs (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 1995), Abreu (2016) destaca diversos problemas no tocante à diversidade linguística do Brasil presentes na Constituição Federal, os quais acabam por consistir em desafios a serem enfrenta-

dos na construção de políticas linguísticas mais democráticas. Cita, o autor:

- a) Ausência de normas constitucionais explícitas que garantam direitos linguísticos para as comunidades nacionais falantes de línguas de imigração;
- b) Possível interpretação de norma constitucional que veda o uso de línguas de imigração no processo de escolarização fundamental;
- c) Não reconhecimento explícito de toda situação plurilíngue da população brasileira e, portanto, crença na ausência de conflitos linguísticos no âmbito do território nacional (ABREU, 2016, p. 170).

O projeto político linguístico brasileiro, em desconsiderar a diversidade linguística característica do país, impossibilita a garantia de que todas, todos e todes, cidadãos e cidadãs possam se identificar de maneira positiva com suas línguas maternas – línguas indígenas, Libras, línguas de imigração etc. – além de não contribuir em nada para o respeito necessário a essa identificação. Diante dessa realidade, afirma-se a falta de compromisso do governo brasileiro para com os DHLs dos cidadãos e cidadãs do país, o que significaria, a partir das orientações de Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995),

[...] o direito de aprender a língua materna, incluindo pelo menos o ensino básico por meio desta língua, bem como o direito de usá-la em muitos dos contextos (oficiais) [...] Isso significa ter o direito de aprender pelo menos uma das línguas oficiais de seu país de residência. Deve, portanto, ser normal que os professores sejam bilíngues. Restrições a esses direitos podem ser consideradas violações dos DHLs fundamentais (SKUTNABB-KANGAS; PHILLIPSON, 1995, p. 2)⁵.

3 No original: “[...] the right to learn the mother tongue, including at least basic education through the medium of the mother tongue, and the right to use it in many of the (official) context [...] It means the right to learn at least one of the official languages in one’s country of residence. It should therefore be normal that teachers are bilingual. Restrictions on these rights may be considered an infringement of fundamental LHRs.”

Todavia, pensar as políticas linguísticas apenas o campo institucional estatal restringe a ideia de cidadania, como nos explicam Williams e Stroud (2015),

[...] apenas às arenas nacionais e públicas, confundindo a importância do pessoal e do cotidiano. E ignorando, ou lidando apenas parcialmente, a diversidade e a marginalização, incluindo, cada vez mais hoje, as ramificações da mobilidade translocal e as mudanças nos padrões de residência em um mundo sempre superdiverso e policêntrico.

Isso significa pensar em novas acepções para o termo “cidadania”, como os autores defendem, no sentido de que questões identitárias supranacionais – como gênero, sexualidade, raça etc. – para além das questões convencionais de pertencimento, precisam ser levadas em consideração. Trata-se de pensar a ideia de cidadania não como condição, mas como “atos de cidadania”, através dos quais os indivíduos se constituem como “sujeitos de direitos” ou como “aqueles com o direito de reivindicar direitos” (WILLIAMS; STROUD, 2015, p. 407). Dentro desse raciocínio, pensar em direitos linguísticos – ou DHLs – pressupõe a ideia de uma “cidadania linguística”, a qual, segundo os autores, baseia-se na concepção de que “[...] a linguagem se insere firmemente nos discursos de cidadania, sendo o próprio meio pelo qual a cidadania é decretada e desempenhada” (WILLIAMS; STROUD, 2015, p. 408). É através da prática de uma cidadania linguística que os indivíduos participam ativamente das políticas linguísticas em seus cotidianos, mas que, na visão dos autores, tais práticas são ainda restritas a espaços sociais marginalizados na sociedade.

Williams e Stroud destacam ainda que as práticas de cidadania linguística operam no sentido de denúncia das formas de contenção, exclusão, silenciamento e apagamento de diversidades consideradas “fora dos padrões aceitáveis” em relação às formas convencionais de práticas de cidadania. Trata-se, na verdade, de formas de resistên-

cia aos discursos e estratégias de controle e exclusão comumente encontrados nas políticas linguísticas hegemônicas, as quais mobilizam planejamentos linguísticos que operem no sentido de manter o status linguístico necessário aos ordenamentos políticos dominantes, além de operarem discursos discriminatórios, segregadores, violentos e nocivos para o desenvolvimento social em todas as suas dimensões.

Sobre uma política linguística que mata

As políticas linguísticas são organizadas, como nos explica Calvet (2007) a partir de sua gestão *in vitro* – em que um grupo de pessoas toma decisões que recaem sobre a vida de toda a comunidade – e da gestão *in vivo* – quando as práticas linguísticas do cotidiano estabelecem o ordenamento necessário ao grupo social da comunidade. Em outras palavras, isso equivale a dizer que há políticas linguísticas que se configuram no âmbito oficial e institucional, mas há também aquelas que são oriundas das relações do cotidiano social. Ainda que as duas formas de gestão político linguística se interfiram e, muitas vezes, se alimentem mutuamente, seria ingênuo pensar que as relações de poderes assimétricos próprias da lógica capitalista não tornassem igualmente desiguais essas interferências. Daí, portanto, que a gestão *in vitro* e a gestão *in vivo*, na maioria das vezes, seguem ordenamentos políticos diferentes, quase sempre opostos, em uma arena de inúmeros conflitos, imposições e resistências.

No Brasil da contemporaneidade, as ideologias conservadoras e antiprogressistas de um governo de extrema direita têm organizado ações políticas antidemocráticas e excludentes também no campo da linguagem. Trata-se de um governo que, descompromissado com a diversidade cultural do povo brasileiro, privilegia uma elite econômica repleta de privilégios em detrimento da grande massa da população, além de intensificar discursos que reforçam estigmas sociais e ações violentas de subjugação voltadas aos grupos sociais historicamen-

te deixados à margem dos interesses políticos. Para além disso, tais discursos, embebidos num (falso) moralismo (alegadamente) cristão, operam no fomento à criação de equivocados entendimentos dos problemas sociais, desrespeitosos discursos que atentam contra a democracia e os direitos humanos e incutem a repulsa e o ódio na mentalidade manipulada de alguns indivíduos em relação aos grupos excluídos. Desde 2018, a mídia tem colecionado verdadeiro arsenal de ataques machistas, racistas, xenofóbicos e discriminatórios de toda sorte, produzidos em grande parte pelo alto escalão do executivo nacional, sobretudo pelo próprio presidente da república. Trazemos, a seguir, algumas situações ilustrativas para as reflexões propostas.

Em abril de 2019, o jornalista Lu Sudré, em reportagem do portal Brasil de Fato apresenta uma fala polêmica do presidente brasileiro em que este “[...] afirmou que o Brasil não poderia ser um país do turismo gay e acrescentou: ‘Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade’” (SUDRÉ, 2019). O próprio jornalista destaca o caráter homofóbico do pronunciamento do presidente, além de ser, na visão de Sodré, “uma apologia à exploração sexual de mulheres”. O repertório de declarações misóginas, homofóbicas e machistas é vasto e está presente na mídia impressa e virtual, nacional e estrangeira, ao longo do mandato de Jair Bolsonaro. Em 2020, por exemplo, Mariana Rossi publica uma reportagem no Jornal El País na qual mais uma dessas falas do presidente é exposta. Rossi declara que o mandatário afirmou que “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, numa tentativa de ilustrar metaforicamente o interesse estrangeiro na Amazônia.

Numa reportagem de Alice Cravo, do Jornal O Globo de 13 de setembro de 2022, falas do presidente – proferidas em uma participação de 4h39min em um *podcast* voltado ao público evangélico – são apresentadas como sendo “de cunho homofóbico e racista, além de novamente ter criticado a ideologia de gênero”. O presidente teria inclusive, segundo a reportagem, afirmado que “não existe racismo [no Brasil]

da forma como falam”. No referido programa, Bolsonaro teria feito, de acordo com a Folha de Pernambuco, falas homofóbicas a respeito da bebida “Guaraná Jesus”, bebida tradicional maranhense, de embalagem rosa, afirmando que ficaria “mais delicado” depois de consumir a bebida.

A CNN, em reportagem de maio de 2022, resgata uma fala racista do atual presidente proferida em 2017, antes, portanto, de ter sido eleito. Na ocasião, segundo a CNN, “[...] enquanto discursava no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, Bolsonaro se referiu a uma visita em um quilombo na cidade de Eldorado Paulista [...] expondo que o ‘afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas’ e que eles ‘não fazem nada’ e ‘nem para procriadores servem mais’”. Ainda que as evidências sejam explícitas, Jair Bolsonaro se elegeu no pleito de 2018.

Anos mais tarde, até mesmo a revista *Veja*, conhecida por sua participação ativa no golpe político de 2016 que tirou Dilma Rousseff do poder sem que houvesse razões legais para tal, numa reportagem de agosto de 2022 produzida por Duda Monteiro de Barros, o então pré-candidato à reeleição comentou durante uma *live* que “os índios estão evoluindo e cada vez mais são um ser humano” (BARROS, 2022). Nessa mesma reportagem, Barros expõe uma tentativa de Bolsonaro de se defender das acusações de racismo numa entrevista que o presidente teria dado para o *Flow Podcast*. De acordo com a reportagem, o presidente teria dito que, no tempo que atuava no exército, salvou a vida de um homem negro que estava se afogando e que, na fala do presidente, “[...] se sua mentalidade fosse racista, ele teria deixado o soldado morrer”. A forma como a narrativa foi produzida, por si só, foi considerada pelos apresentadores do programa como racista, evidenciando o pensamento do chefe do executivo brasileiro.

O discurso de Jair Bolsonaro é ideologicamente orientado pela racialização dos indivíduos e uma supremacia da elite branca nacional, pela lógica do patriarcado colonial e pelo conservadorismo mascarado

de um tipo de “cristianismo” bastante presente em movimentos eugênicos da história da humanidade, em que a ideia central fomenta a regeneração física e moral de uma raça. Nesse raciocínio, para combater “fatores disgênicos” geralmente ligados à questão da sexualidade e de uma higiene inapropriada, seria necessário um policiamento eugênico da sociedade, que opera no sentido foucaultiano do “governo dos vivos”. Trata-se, portanto, de construções discursivas que mobilizam argumentos pedagógicos e de forte cunho moralizador do que propriamente científicos (SILVEIRA, 2005).

Os discursos discriminatórios recorrentemente proferidos pelo presidente da república do Brasil – e seguidos em grande medida pelo alto escalão do governo – sustentam uma rede discursiva na sociedade e uma série de políticas públicas organizadas para a exclusão social e a inviabilização de vidas, obviamente de algumas vidas consideradas descartáveis. A postura do governo brasileiro em relação à gestão política da pandemia é um grande exemplo disso, evidenciando o descaso com os mais empobrecidos – entendendo que nesse grupo a grande maioria é composta por sujeitos negres – a partir da descrédibilidade dada à ciência, à falta de empenho na compra e distribuição de vacinas, à incompetência na gestão da educação⁴ e dos transportes, ao favorecimento arbitrário dado às classes econômicas mais altas⁵, dentre outras atitudes antidemocráticas praticadas. Destaca-se, ainda, o tom de deboche usado pelo presidente ao imitar pessoas com falta de ar e ao se referir à doença como uma “gripezinha”, afirmando que o Brasil precisaria deixar de ser um “país de maricas”⁶, num momento em que milhares de cidadãos e cidadãs morriam⁷. Isso tudo sem con-

4 Assistir ao documentário “Desconectado” (2022), de Pedro Ladeira, Paulo Saldaña e Ana Graziela Aguiar.

5 Ver o trabalho de Pizzinga (2021) sobre a categoria das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia.

6 Ver reportagem da BBC News Brasil “Coronavírus: ‘país de maricas’ e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil”, de 11 de novembro de 2020.

7 De acordo com informações do consórcio de imprensa publicadas no portal G1 em 24 de outubro de 2022, já são quase 688 mil mortos pelo coronavírus no Brasil e um total de mais de 34,8 milhões de casos registrados (G1, 2022).

tar com o desrespeito aos direitos linguísticos indígenas na veiculação das informações sanitárias oficiais relativas ao coronavírus feitas apenas em língua portuguesa. Todas as ocorrências de traduções e produções de materiais explicativos em línguas indígenas foram iniciativas da sociedade civil, da comunidade universitária, de ONGs e de lideranças indígenas, conforme discuto em outro texto (SILVEIRA, 2021).

Todas as questões aqui apresentadas sucintamente demonstram o caráter discriminatório empregado pelo atual governo brasileiro que, sobretudo nos últimos quatro anos, tem promovido políticas de exclusão, desrespeito à diversidade, ataques racistas, machistas e homofóbicos e uma política de morte – necropolítica, como define Mbembe (2018) – organizadas para disciplinar a população dentro de padrões eugenistas moralizadores e preconceituosos. Trata-se, acima de tudo, de uma forma de impedir que corpos empobrecidos – majoritariamente negres – vivam e convivam, sendo colocados em disputa cotidiana pela existência, discursivizados como objetos de temor e ódio, a reboque de um colonialismo não superado pela sociedade e de uma mentalidade social colonizada.

Mbembe (2018, p. 38) afirma que, no passado, a demarcação da lógica colonial era “uma questão de apreensão [...] e afirmação do controle físico e geográfico” na qual cabia ao colonizador/dominador “inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais”. Entretanto, o que se vê hoje não é muito diferente e o quantitativo de corpos negres nas periferias e favelas nacionais, nas populações de rua, nos presídios e nas camadas mais vulneráveis socioeconomicamente é uma prova dessa necropolítica social vigente. Esses corpos, cujas vidas são inviabilizadas, possuem suas cosmovisões e suas epistemes igualmente inviabilizadas. Com elas, suas culturas e suas manifestações linguísticas, suas identidades e formas de ser e estar na sociedade.

A ação poderosa da linguagem da força pura, de acordo com Fanon (2006), participa das ações diretas e frequentes do Estado sobre a “população-alvo”, composta pelo “homem colonizado” que precisa ser mantido no espaço sociogeográfico considerado apropriado para fins de controle e subjugação e sob a ação constante de dispositivos de poder (AGAMBEN, 2014) que possam cooptá-los ao ordenamento pretendido, ou silenciá-los em nome das proposições dominantes. Nas palavras de Fanon, esse espaço a ser ocupado pelos indesejáveis é discursivizado como

[...] um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada (FANON, 2006, p. 38).

São portanto, lugares entendidos como “perigosos”, pessoas consideradas como “problemáticas”, com seus saberes, culturas e existências linguísticas “deslegítimos”, podendo – ou devendo – ser descartados pelo “bem comum”. A segregação evidente na forma como são definidos esses indivíduos na sociedade faz parte de processos disciplinares da biopolítica e da necropolítica organizados e mantidos institucionalmente e que se refletem nas práticas sociais cotidianas. A linguagem, fundamental na condução das relações sociais, revela os discursos em prol de uma soberania dos grupos de prestígio, evidenciando escalas de subalternização (SPIVAK, 2014) que evidencia as assimetrias estabelecidas entre homens e mulheres, pessoas cis, trans e pessoas não binárias, heterossexuais e homossexuais, corpos brancos e negros, ricos e pobres, cristãos e não cristãos, sulistas/sudestinos e nortistas/nordestinos, dentre outras categorias. São as práticas languageiras das elites e dos ordenamentos institucionais que mobilizam as políticas linguísticas e os planejamentos “*in vitro*” e “*in vivo*”

incidentes nas políticas públicas, por um lado, e nos discursos que circulam socialmente, por outro, orientando, conseqüentemente, movimentos de discriminação, exclusão e ódio direcionados aos grupos indesejáveis, em constante embate com práticas de resistência à necropolítica – também linguística – praticada historicamente e agravada nos últimos quatro anos no Brasil.

Considerações finais: não é um ponto final

Foi proposto neste texto uma breve discussão a respeito do respeito aos direitos humanos – que perpassa pelo respeito aos direitos linguísticos dos grupos sociais – e que, no Brasil dos últimos quatro anos, uma sucessão de ataques tem sido proferida, tendo como público-alvo as identidades e sujeitos historicamente colocados à margem das políticas públicas nacionais. Os discursos discriminatórios e de ódio voltado às mulheres, aos indígenas, à população LGBTQIAP+, sobretudo aos negros, negras e negres, têm sido explicitamente proferidos – inclusive e, acima de tudo, pelo presidente da república do Brasil – o que alimenta, conseqüentemente, políticas e planejamentos linguísticos, quer no âmbito institucional, quer nas práticas linguísticas cotidianas. As ideologias políticas que orientam o atual governo federal são desrespeitosas à existência dos indivíduos pertencentes aos grupos supracitados, antidemocráticas e que têm inviabilizado a existência cidadã e física desses sujeitos.

Antes de querermos fazer uma discussão com intenso aprofundamento teórico, tentamos mobilizar os conceitos de “direitos linguísticos” – a partir de documentos históricos – e de “cidadania linguística”, no intuito de melhor entendermos como uma política linguística que fere os direitos linguísticos humanos, igualmente inviabiliza uma cidadania linguística, a partir do ataque aos grupos identitários recorrentemente minorizados. A condição cidadã, conforme foi discutida, atende a uma inscrição pautada na identidade dos sujei-

tos, em formas de expressão – também linguísticas – que demarcam territórios identitários os quais se contrapõem a padrões hegemônicos impostos e cristalizados nas mentes colonizadas. Políticas e planejamentos linguísticos que se pretendem democráticos justamente operam na preservação dessa diversidade de identidades e nas suas múltiplas formas de usos linguísticos a partir da construção discursiva de acolhimento e inclusão e de políticas públicas para todos, sem distinção.

Justamente o contrário foi praticado nos últimos quatro anos no Brasil, onde os discursos produzidos e fomentados pelo alto escalão do governo operaram no sentido de segregar, estigmatizar, excluir e inviabilizar vidas. Assim foi no que tocou ao tratamento governamental na gestão da pandemia afetando substancialmente pessoas negras, indígenas e periféricas. Igualmente esta tem sido a ideologia recorrente do governo atual, o qual, mesmo antes de ter sido eleito em 2018, já demonstrava seu caráter machista, homofóbico e racista. Talvez essa tenha sido a pauta que gerou o resultado do pleito eleitoral à época, explicitando o pensamento colonial presente em grande parte da sociedade brasileira e, certamente, essa foi a pauta dos quatro anos de um governo que atentou contra os direitos humanos linguísticos, contra a diversidade identitária e cidadã do povo brasileiro e contra a própria vida do público-alvo de uma necropolítica (linguística) praticada institucionalmente no país.

Referências

ABREU, R. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil. **Língua e Literatura**, n. 27, p. 313-335, 2016.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEN, G. **O Amigo & O que é um Dispositivo?** Tradução de Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2014.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1991].

BARROS, D. M. de. Fala de Bolsonaro sobre racismo causa revolta nas redes. **Veja**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/racismo-de-bolsonaro-causa-revolta-nas-redes-veja-video/>. Acesso em: 21 out. 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CRAVO, A. Bolsonaro faz piadas de cunho machista e diz que racismo “não existe da forma como falamos” no Brasil. **O Globo**, 13 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/09/bolsonaro-faz-piadas-de-cunho-machista-e-diz-que-racismo-nao-existe-da-forma-como-falam-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNICEF-BRASIL. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 24 out. 2022.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

FERNÁNDEZ LIESA, C. **Derechos lingüísticos y derecho internacional**. Madri: Dykinson, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). **Disinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2009.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2002.

PORTO, D. Bolsonaro utiliza termo considerado racista para se referir a peso de apoiador. **CNN Brasil**, 15 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-utiliza-termo-considerado-racista-para-se-referir-a-peso-de-apoiador/>. Acesso em: 20 out. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.

ROSSI, M. A misoginia do Governo Bolsonaro vai parar na Justiça. **El País**, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-12/a-misoginia-do-governo-bolsonaro-vai-parar-na-justica.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. **Calidoscópico**, v. 11, n. 2, p. 107-115, maio/ago. 2013.

SILVEIRA, A. C. da. Políticas Linguísticas para a pandemia: um olhar para Brasil, Angola, Moçambique e Timor-Leste. **Fórum linguístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7064-7085, out./dez. 2021.

SILVEIRA, E. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX.** Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005.

SKUTNABB-KANGAS, T.; PHILLIPSON, R. **Linguistic human rights: overcoming linguistic discrimination.** Berlin: Mouton de Gruyter, 1995.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

SUDRÉ, L. Apologia de Bolsonaro à exploração sexual de brasileiras é repudiada nacionalmente. **Brasil de Fato**, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/apologia-de-bolsonaro-a-exploracao-sexual-de-brasileiras-e-repudiada-nacionalmente>. Acesso em: 21 out. 2022.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos linguísticos.** Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

WILLIAMS, Q.; STROUD, C. Linguistic citizenship: language and politics in postnational modernities. **Journal of Language and Politics**, v. 14, n. 3, p. 406-430, 2015.

SOBRE OS AUTORES



Acса de Sales Albuquerque de Sousa

Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: acsaalbuquerque1@gmail.com



Alexandre Cohn da Silveira

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Federal de Santa Catarina. Docente do Instituto de Humanidades e Letras do Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: alexandre.silveira@unilab.edu.br



Anatólia Carvalho Albuquerque

Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: anatalia.coreau@gmail.com



Bárbara Silva Cruz

Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: babiramazzina@gmail.com



Cláudia Ramos Carioca

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

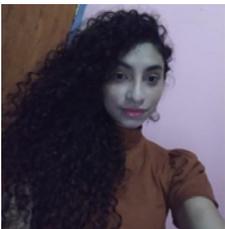
Contato: claudiacarioca@unilab.edu.br



Carlos Eduardo Silva Pinheiro

Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Contato: mrcarloseduardopinheiro@gmail.com



Danielle Ketley de Sousa Pereira

Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: daanielletketley@gmail.com



Fábio Fernandes Torres

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: fabioftorres@unilab.edu.br



Izabel Larissa Lucena Silva

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

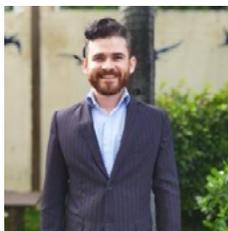
Contato: izabel_larissa@unilab.edu.br



Jonathan de Queiroz Viana

Mestrando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: jonathandruida@gmail.com



José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: olavogarantizado@unilab.edu.br



Kennedy Cabral Nobre

Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: cabralnobre@unilab.edu.br



Késsio Jhone Lopes da Silva

Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: kessiosilva@aluno.unilab.edu.br



Larisse Ferreira de Alcântara Lima

Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: laryssealcantara@gmail.com



Márcia Teixeira Nogueira

Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Araraquara (SP). Docente Titular voluntária da Universidade Federal do Ceará.

Contato: marciatn@gmail.com



Maria Leidiane Tavares Freitas

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: marialeidiane@unilab.edu.br



Mariza Angélica Paiva Brito

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Instituto de Linguagens e Literaturas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Contato: marizabrito@unilab.edu.br



Mônica Magalhães Cavalcante

Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Contato: monicamc02@gmail.com



Nadja Paulino Pessoa Prata

Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Ceará.

Contato: nadja.prata@ufc.br



Rakel Beserra de Macêdo Viana

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará.

Contato: rakelbeserra@gmail.com

